



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – *CAMPUS* OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

GERCIANE RONDÔNIA VIDAL

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: participação docente na gestão do currículo do ensino
médio integrado**

Olinda

2022

GERCIANE RONDÔNIA VIDAL

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: participação docente na gestão do currículo do ensino
médio integrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Olinda do Instituto Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profa. Dra. Edlamar Oliveira dos Santos

Linha de Pesquisa: Práticas educativas em educação profissional e tecnológica (EPT).

Macroprojeto de Pesquisa: Práticas educativas no currículo integrado.

Olinda

2022

V648g Vidal, Gerciane Rondônia.
Gestão democrática: participação docente na gestão do currículo do ensino médio integrado. / Gerciane Rondônia Vidal. – Olinda, PE: O autor, 2022.
137 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Edlamar Oliveira dos Santos.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2022.

Inclui Referências, Anexos e Apêndices.

1. Administração Escolar. 2. Gestão escolar. 3. Currículo. 4. Gestão curricular. 5. Educação Profissional e Tecnológica. 6. Ensino Médio Integrado. I. Santos, Edlamar Oliveira dos (Orientadora). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

371.2 CDD (22 Ed.)

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

GERCIANE RONDÔNIA VIDAL

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: participação docente na gestão do currículo do ensino
médio integrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 31 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Edlamar Oliveira dos Santos

Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Recife/ProfEPT – *Campus* Olinda
Orientadora

Prof.^a Dra. Edilene Rocha Guimarães

Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Recife

Prof.^a Dra. Iágrici Maria de Lima Maranhão

Centro Universitário Maurício de Nassau - Uninassau

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

GERCIANE RONDÔNIA VIDAL

Gestão democrática no currículo integrado e participação coletiva dos docentes

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 31 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Edlamar Oliveira dos Santos

Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Recife/ProfEPT – *Campus* Olinda
Orientadora

Prof.^a Dra. Edilene Rocha Guimarães

Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Recife/ProfEPT

Prof.^a Dra. Iágrici Maria de Lima Maranhão

Centro Universitário Maurício de Nassau – Uninassau

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, criador de todas as coisas, por ter me permitido viver esse momento de aprendizagem por meio do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A trajetória do processo formativo no ProfEPT contribuiu para meu crescimento pessoal e profissional, portanto, agradeço aos professores, professoras e colegas que compartilharam seus conhecimentos e me permitiram, por meio de uma metodologia dialógica, construir e reconstruir conhecimentos.

Agradecimento especial a minha orientadora, professora Dra. Edlamar Oliveira dos Santos, pela dedicação, paciência, humanidade e por me ensinar tanto.

A minha família: aos meus queridos pais, Gercina Raimunda Vidal e Luiz Quintino Vidal, que sempre valorizam a educação e me apoiaram de todas as formas possíveis; aos meus irmãos, Acre e Moab, pelo carinho e companheirismo; minhas primas, Bertiane, Bruna, Darlene e Natali, com quem conversava nos momentos de desânimo e que me animavam com palavras motivadoras; e minha tia, Lilia, por disponibilizar um espaço para que pudesse estudar, e as demais tias e tios, que tinham o cuidado de respeitar meu momento de estudo.

Ao meu namorado, Tiago, pelo apoio, carinho e saber como me alegrar.

As minhas colegas de trabalho da UFPE, que sempre me deram força e apoio para realizar o mestrado, em especial à Ana Cristina e Pablo, que contribuíram com este trabalho; à UFPE, em especial aos meus diretores e coordenadores imediatos, Juliano e Zélia, por me apoiarem nesse processo de capacitação.

À Patrícia Mergulhão, que muito me ensinou sobre o processo de gestão democrática e inspira a todos a sua volta sobre como ser um líder que valoriza e motiva sua equipe, além de ser uma grande amiga.

Aos colegas da turma 2019.2, tão queridos, e em especial à Giselli, que sempre me enviava alguma mensagem de apoio.

E aos professores do curso técnico integrado em eletrônica do IFPE, *campus* Recife, porque permitiram que este trabalho fosse possível.

A democracia, enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la (PARO, 2000, p. 25).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a gestão democrática e sua relação com a gestão do currículo. A investigação teve como objetivo geral analisar as formas de participação dos docentes no processo de tomada de decisões das atividades ligadas à gestão do currículo no Ensino Médio integrado. Para o desenvolvimento do estudo, levantamos a seguinte indagação: de que forma os professores participam dos processos de tomada de decisões nas questões relativas à gestão do currículo no Ensino Médio Integrado? O referencial teórico se apoiou em Paro (2000, 2010, 2012), Cury (2002, 2008), Sander (2007) e Ferreira (2008), especificamente na discussão sobre a gestão escolar democrática participativa, em Araújo e Frigotto (2015), Ramos (2008, 2014) e Saviani (2016), para tratar do currículo do Ensino Médio Integrado (EMI) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e em Veiga (1998), Farias (2009) e Leal (2005), que fundamentaram as reflexões sobre planejamento pedagógico coletivo. A pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória foi desenvolvida no IFPE, *campus* Recife, com os docentes que atuam no Curso Técnico Integrado em Eletrônica. Procedemos com a análise de documentos institucionais e aplicação de entrevista semiestruturada aos docentes, de forma virtual, devido à pandemia da Covid-19, e de forma presencial, respeitando os protocolos de segurança. Para organização, tratamento e análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo categorial de Bardin (2011). Os dados da pesquisa revelaram que o IFPE se compromete formalmente com uma gestão democrática participativa e com um currículo integrado para busca dos objetivos educacionais, entretanto, no âmbito do curso técnico integrado em eletrônica, observou-se que a participação dos docentes da formação geral e dos docentes da formação técnica profissional acontece de formas diferentes. Além disso, identificamos que não existe um espaço ou tempo de trabalho coletivo entre esses profissionais para discussão do currículo e o processo de ensino e aprendizagem de forma sistemática. Com base nos dados da pesquisa, elaboramos uma cartilha intitulada “Gestão democrática no currículo integrado e participação coletiva dos docentes”, que tem o objetivo de contribuir para a construção e consolidação de estratégias que ajudem a impulsionar a gestão democrática do currículo no ambiente escolar e, principalmente, nos cursos de EMI.

Palavras-chave: gestão democrática; participação; gestão do currículo; ensino médio integrado.

ABSTRACT

This research had as object of study the democratic management and its relationship with curriculum management. The general objective of the research was to analyze the ways in which teachers participate in the decision-making process of activities related to curriculum management in integrated high school. For the development of the study, we raise the following question: how do teachers participate in decision-making processes in questions related to curriculum management in Integrated High School? The theoretical framework was based on Paro (2000, 2010, 2012), Cury (2002, 2008), Sander (2007) and Ferreira (2008), specifically in the discussion on participatory democratic school management, in Araújo and Frigotto (2015), Ramos (2008, 2014) and Saviani (2016), to address the integrated high school curriculum (EMI) in Professional and Technological Education (EPT), and in Veiga (1998), Farias (2009) and Leal (2005), who based their reflections on collective pedagogical planning. The exploratory qualitative approach research was developed at IFPE, Recife campus, with the professors working in the Integrated Technical Course in Electronics. We proceeded with the analysis of institutional documents and application of semi-structured interviews to teachers, in a virtual way, due to the pandemic of Covid-19, and in person, respecting the security protocols. For data organization, treatment and analysis, Bardin's categorical content analysis (2011) was used. The research data revealed that the IFPE is formally committed to a participatory democratic management and to an integrated curriculum to pursue educational objectives, however, within the scope of the integrated technical course in electronics, it was observed that the participation of teachers in general and of teachers of professional technical training happens in different ways. In addition, we identified that there is no space or time of collective work between these professionals to discuss the curriculum and the teaching and learning process systematically. Based on the research data, we elaborated a booklet entitled "Democratic management in the integrated curriculum and collective participation of teachers", which aims to contribute to the construction and consolidation of strategies that help to boost the democratic management of the curriculum in the school environment and, mainly, in EMI courses.

Keywords: democratic management; participation; curriculum management; integrated high school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte da cartilha: capa.....	78
Figura 2 - Recorte da cartilha: conteúdo	78
Figura 3 - Proporção dos docentes da formação geral e profissional	79

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1 - Data da última modificação dos PPCs dos cursos de EMI.....	49
Quadro 1 - Proximidade dos professores com o PPPI	57
Quadro 2 - Documentos institucionais do IFPE: formas de elaboração e aprovação	58
Quadro 3 - Disposição dos órgãos colegiados e representativos	60
Quadro 4 - Participação nos órgãos colegiados	62
Quadro 5 - Participação na construção do PPC	67
Quadro 6 - Questionário de avaliação do produto educacional	79

LISTA DE SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAFS	Coordenação Acadêmica de Filosofia e Sociologia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CAP	Comissão Permanente de Avaliação
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Consup	Conselho Superior
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
DAFG	Departamento Acadêmico de Formação Geral
DAs	Diretórios Acadêmicos
DEN	Direção de Ensino
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EMI	Ensino Médio Integrado
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NLE	Núcleo de Línguas Estrangeiras
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RBPAE	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Gestão e gestão escolar	18
2.1.1	A gestão escolar que temos e que estamos construindo	23
2.2	A gestão democrática na escola pública	29
2.2.1	A participação na escola pública.....	33
2.3	O ensino médio integrado na EPT e sua relação com a gestão democrática	38
2.3.1	A organização do trabalho pedagógico materializado por meio do currículo: possibilidades de aproximação com a perspectiva de gestão democrática.....	42
2.3.2	Formas de participação dos professores no processo pedagógico.....	45
3	METODOLOGIA	48
3.1	Dos objetivos e procedimentos metodológicos	48
3.2	Aspectos éticos da pesquisa	52
3.3	Riscos e benefícios da pesquisa	53
4	A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O CURRÍCULO NA EPT	54
4.1	Órgãos colegiados e formas de participação em uma gestão democrática	54
4.2	O processo de reformulação do currículo integrado e os desafios da participação docente	65
4.2.1	A percepção dos docentes sobre sua participação	71
5	PRODUTO EDUCACIONAL	77
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	91
	APÊNDICE B – CONVITE PARA PARTICIPAR DA PESQUISA	93
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	97
	APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE	101
	APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL	103

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	124
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	127
ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA EM PESQUISA	136
ANEXO C – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DE ARTIGO.....	137

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se inscreve no debate da gestão democrática, com ênfase nas formas de gestão do currículo do Ensino Médio Integrado (EMI). Desse modo, o objeto de estudo da investigação proposta, compreendeu a relação entre a gestão democrática e as formas de participação dos professores nos processos de tomada de decisões das questões que envolvem o currículo. A pesquisa está vinculada à linha de pesquisa práticas educativas em educação profissional e tecnológica e ao macroprojeto de pesquisa práticas educativas no currículo integrado do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A escolha da temática gestão democrática decorre na minha experiência de acompanhar os desafios enfrentados por familiares que atuavam profissionalmente como professoras em escolas públicas e na gestão educacional. Tem igual importância a minha trajetória profissional como servidora pública na Universidade Federal de Pernambuco, que me possibilitou atuar na gestão, mais especificamente na coordenação geral dos cursos de especialização *lato sensu*. Essa experiência foi de muito aprendizado, pois precisei lidar com os desafios e a construção de estratégias democráticas de gestão educacional.

Neste movimento, foi possível traçar diálogos com coordenadores de cursos, atender e conciliar diálogos entre discentes e a coordenação, além das demandas internas de controle e gestão, como relatórios, planejamentos e planilhas.

Essas experiências pessoais e profissionais instigaram a pesquisa sobre a gestão democrática e sua relação com a gestão do currículo. Essas questões são fundamentais para pensarmos a dinâmica do trabalho pedagógico, que ganha força na materialização do currículo no cenário escolar. Por isso, ao discutirmos a relação entre a gestão democrática e o currículo, reforçamos a importância do trabalho coletivo no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de objetivos e metas educacionais.

Os estudos sobre a gestão democrática na escola pública e a gestão do currículo poderão contribuir para instigar as discussões sobre o debate e o reconhecimento do poder da participação por parte dos docentes e da comunidade escolar na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, e, por consequência, solidificar a compreensão de que a participação coletiva vai culminar na melhoria da qualidade do ensino, orientada por uma perspectiva de educação e formação humana.

Pesquisa realizada por Maia e Manfio (2010, p. 492) nos diz que há melhoria da qualidade de ensino com a vivência da democratização da gestão, via participação da

comunidade no processo de decisão na escola, inclusive na escolha do gestor escolar.

O desenvolvimento de uma prática educativa imbuída do compromisso com a formação humana busca:

[...] abarcar os valores, as técnicas, a ciência, a arte, o esporte, as crenças, o direito, a filosofia, enfim, tudo aquilo que compõe a cultura produzida historicamente e necessária para a formação do ser humano-histórico em seu sentido pleno (PARO, 2010, p. 771).

A especificidade do processo educativo exige que na definição dos fins da educação se tenha como premissa a valorização de uma formação humana integral, por meio de uma educação emancipatória.

Como almejamos que esses fins educacionais, dentre outros aspectos, manifestem uma concepção de educação e formação humana que vise o bem comum, sua delimitação no ambiente escolar, não tem como ser de outra forma, senão democrática. Portanto, a concretização dos objetivos educacionais se dará por meio da participação de todos que fazem a comunidade escolar. Neste sentido, a gestão escolar coletiva e participativa assume um papel fundamental no processo educativo, pois, além de fixar os objetivos educacionais, ela irá atuar para a concretização deles, por meio do currículo escolar.

Para alcançarmos os propósitos educacionais, destacamos a necessidade de um modelo de gestão que não seja autoritário e não centralize o poder. Trata-se de um modelo de gestão que tem como princípio a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões nas questões relativas à gestão do trabalho pedagógico.

Os estudos bibliográficos realizados sobre o percurso histórico da gestão educacional e suas implicações na gestão escolar demonstraram que o processo de gestão na escola é marcado por características autoritárias, hierárquicas e centralizadoras, heranças, também, de um regime político ditatorial que durou mais de 20 anos no Brasil.

Oportuno ressaltar que a importância do princípio da Gestão Democrática ganhou força e materialidade na Constituição Federal de 1988 (CF/1988). A perspectiva cidadã da CF/1988 consolida-se ao questionar a forma autoritária e centralizadora em que se pautavam os governos que compunham o período da ditadura militar no Brasil.

A Carta Magna do País foi e continua sendo considerada uma peça fundamental para construção do Estado democrático no Brasil, na medida em que vislumbra e assegura uma perspectiva cidadã que coaduna com a propagação de valores de inspiração democráticos e a ampliação de relações democráticas nas instituições sociais, dentre elas a escola.

A garantia do princípio da gestão democrática na CF/1988 e a luta popular por mais participação e democratização do espaço escolar contribuiram para assegurar a existência desse

princípio em outros documentos no campo da educação escolar.

Têm igual importância outros documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Esses documentos reforçam a necessidade do desenvolvimento de práticas educativas pautadas pela concepção de gestão democrática na escola. A partir daí,

A descentralização do poder exercida através da construção coletiva e da autonomia da própria escola começa a ser discutida nos sistemas de ensino, tendo, no decorrer das décadas subsequentes, outros documentos oficiais que dialogam com a gestão democrática no contexto escolar (PIRES; GONÇALVES, 2019, p. 3).

Importante salientar que as conquistas democráticas na esfera legislativa precisam ser valorizadas, vivenciadas e, principalmente, ampliadas.

Diante das questões apresentadas acerca do princípio da gestão democrática, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: de que forma os professores participam dos processos de tomada de decisões nas questões relativas à gestão do currículo no Ensino Médio Integrado? Definimos como objetivo geral: analisar as formas de participação dos docentes no processo de tomada de decisões das atividades relacionadas à gestão do currículo no Ensino Médio Integrado.

E estabelecemos como objetivos específicos que nos ajudarão no desenvolvimento das tarefas de pesquisa: discutir sobre os princípios que fundamentam uma gestão escolar democrática; analisar a participação dos docentes na gestão do currículo dos cursos de EMI; e, por fim, elaborar uma cartilha que trate das formas de participação dos docentes na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Essa cartilha consistiu em nosso produto educacional, conforme exigência do programa de mestrado profissional na área do ensino a que estamos vinculados.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, que foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *campus* Recife. Os sujeitos participantes da pesquisa foram os docentes da formação geral e da formação técnica profissional, que atuam no Curso Técnico de Eletrônica, ofertado de forma integrada ao Ensino Médio.

As contribuições desse estudo têm uma dimensão social, na medida em que anuncia possibilidades de construção de conhecimentos que podem ajudar para o fortalecimento de ações democráticas baseadas na participação dos docentes nas tomadas de decisões relativas à gestão do currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e na escola.

Na dimensão acadêmica, ressaltamos a elaboração do produto educacional, a partir das

questões apresentadas pelos achados da pesquisa. Os dados construídos por meio do processo de pesquisa integraram a proposta de produto educacional, que resultou em uma cartilha, que objetiva possibilitar reflexões sobre a participação dos professores na organização do currículo dos cursos de EMI. A cartilha foi apresentada para avaliação dos docentes que participaram da entrevista. Nessa direção, o produto educacional poderá contribuir para fomentar a discussão das questões relativas às práticas de gestão democrática, no tocante ao desenvolvimento do currículo no âmbito da escola.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: introdução, desenvolvimento (três capítulos) e as considerações finais. Na introdução, apresentamos uma reflexão sobre a temática da pesquisa, os motivos que levaram ao seu desenvolvimento, a justificativa, a questão de pesquisa e objetivos, geral e específicos, a serem alcançados.

O desenvolvimento do primeiro e segundo capítulos tratou da gestão escolar e abordou os conceitos e princípios que fundamentam a gestão democrática. Destacamos a atividade da gestão como tipicamente humana e ressaltamos a importância social da escola como instituição responsável pelo processo educativo formal do ser humano, para chamarmos atenção para o mérito da definição dos objetivos na gestão escolar, por meio da participação da comunidade, tendo como premissa alcançar a formação humana integral.

No terceiro capítulo do desenvolvimento, tratamos da EPT como modalidade específica da educação nacional brasileira, sendo que nesta pesquisa demos ênfase à oferta dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Ressalta-se que o oferecimento do ensino integrado como possibilidade de formação humana visa à abordagem de forma integrada dos conhecimentos gerais e dos conhecimentos específicos da área profissional, o que exige novas formas de se pensar e fazer o currículo, guiados por um projeto de gestão escolar que repousa no princípio da gestão democrática.

No capítulo três, apresentamos a abordagem de pesquisa, que orientou este estudo e as informações sobre o campo de pesquisa, sujeitos e procedimentos metodológicos e instrumentos utilizados para a coleta das informações e a técnica adotada para organização, tratamento e análise dos dados.

O quarto capítulo vai trazer o resultado da análise dos dados levantados na pesquisa de campo, cujos procedimentos e técnicas de coleta das informações foram: a análise documental e entrevista semiestruturada. O texto foi organizado considerando duas temáticas que emergiram dos dados: órgãos colegiados e formas de participação e reformulação curricular e participação docente

Sobre os órgãos colegiados e formas de participação em uma gestão democrática, os

dados sinalizaram que a instituição formalmente propõe a construção e reformulação dos documentos institucionais por meio da participação da comunidade acadêmica, utilizando-se de comissões. Entretanto, o processo de reformulação do projeto político do curso integrado de eletrônica revelou que os docentes da formação geral não tiveram a mesma oportunidade de participação que os docentes da formação técnica profissional.

No tocante ao processo de reformulação do currículo e a participação docente, os dados demonstraram que existe uma fragmentação entre os docentes das grandes áreas de conhecimento e que esse distanciamento vai se dar em todas as fases do currículo: definição, implementação e avaliação.

No capítulo cinco, apresentamos uma cartilha como produto educacional, a metodologia de elaboração dessa, sua aplicação e avaliação. Nas considerações finais, explicitamos os objetivos alcançados e as recomendações.

Por último, ressaltamos que todos os procedimentos metodológicos foram realizados de forma remota ou presencial, respeitando as orientações das autoridades sanitárias, devido à pandemia da COVID-19, bem como tomamos como referência os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, assumindo a responsabilidade de conduzir o estudo respeitando as normativas e princípios éticos e nos comprometendo com a confidencialidade das informações obtidas nos documentos e na entrevista semiestruturada, bem como de sua utilização, apenas para os fins a que se propõe esta pesquisa, conforme estabelecido pela legislação pertinente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentamos o embasamento teórico desta pesquisa científica. O texto foi organizado apresentando, inicialmente, considerações a respeito do conceito de gestão e a gestão na escola, seguida por uma discussão sobre a gestão democrática na escola pública e na terceira parte abordamos o Ensino Médio integrado na EPT, o currículo integrado e sua relação com a gestão democrática, elencando formas de participação dos docentes na organização do trabalho pedagógico.

2.1 Gestão e gestão escolar

Na área de educação, pesquisas desenvolvidas em torno do tema gestão democrática da escola pública têm chegado a um mesmo consenso, ao afirmar que o tipo de gestão empregado na escola influencia na qualidade da educação. Na mesma direção, esses estudos asseguram que, quando existe uma participação coletiva dos entes que formam a escola no processo de tomada de decisão, ocorre uma elevação no padrão do processo educativo. Vamos começar nosso texto compreendendo o que vem a ser gestão e como se deu a construção histórica da escola para posteriormente falarmos sobre a gestão na escola e a gestão escolar do tipo democrática.

Gestão, no senso comum, nos remete à ideia de administrar, organizar, coordenar, enfim, poderíamos citar diversos outros sinônimos que estariam associados ao significado do termo gestão, e eles nos ajudariam a ter uma compreensão geral das atividades desempenhadas por um gestor. Entretanto, o que queremos destacar com essa reflexão semântica é que a simples nomeação da ação não qualifica, nem identifica o ato de gerir.

Para definir o que vem a ser gestão apoiamos-nos no conceito apresentado por Paro (2012, p. 25), o qual enuncia que a “administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”. Diante dessa definição, identifica-se que a ação de gerir só poderá ser objeto de estudo a partir da análise dos objetivos e metas predeterminados. De fato, é por meio da gestão que as decisões são tomadas, os planejamentos são definidos e estratégias são traçadas para se alcançarem finalidades.

A abordagem da gestão por meio de uma definição ampla não quer dizer que estamos entendendo que a gestão possa existir desvinculada dos condicionantes históricos, essa seria uma afirmação equivocada, tendo em vista que os conhecimentos são produzidos historicamente para atender demandas sociais. O que pretendemos é vislumbrar “[...] que, sob

outras relações de produção, outros serão os determinantes e outra será a forma como se apresenta concretamente a administração” (PARO, 2012, p. 24).

O ser humano se difere dos outros animais, por não estar preso a sua determinação natural e realizar suas ações estrategicamente e não instintivamente, característica humana essa que tem relação com a ideia de trabalho, de acordo com Saviani (1984, p. 1)

[...] o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional.

Dito isso, temos que somente o ser humano realiza trabalho e como gestão, também, é trabalho, apenas o ser humano pode se organizar coletivamente e traçar estratégias para os intentos que este próprio ser humano determinou. Nesse sentido, enfatizamos a importância de uma gestão na qual todas as ações sejam executadas a partir de um propósito definido de forma estratégica e coletiva.

Aprofundando nossa análise sobre a especificidade da natureza humana para compreendermos uma de suas atividades, ou seja, a ação de gerir, colocamos que é por meio do trabalho que o ser humano retira da natureza sua subsistência,

[...] o processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material com a consequente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais; tal processo nós podemos traduzir na rubrica “trabalho material”. Entretanto, para traduzir materialmente, o ser humano necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não-material” (SAVIANI, 1984, p. 1).

O trabalho não material é produzido pelo ser humano sempre que ele executa uma ação refletida a qual podemos nomear na área da gestão de planejamento; esse processo deve ocorrer antes que as ações sejam empreendidas na realização de uma atividade. O planejamento é o momento em que as ponderações e deliberações são feitas a respeito do lugar em que se está, para se chegar a determinado objetivo, portanto, nessa atividade, são elencadas finalidades, metas e estratégias.

O ser humano está constantemente produzindo novos conhecimentos, pelo ato de pensar cria necessidades e procura formas de atendê-las; nesse processo, saberes são construídos historicamente, vão se acumulando e colaboram para a nossa própria formação. De acordo com Severino (2006, p. 628), “para Marx, o homem se define em sua humanidade pela

relação com a natureza e com a sociedade. Ele não é um indivíduo solitário nem um elemento avulso da humanidade em geral, mas um ser histórico e social”.

Ao processo de formação humana damos o nome de Educação, portanto, “a origem da Educação coincide, então, com a origem do homem mesmo” (SAVIANI, 2007, p. 154). É por meio desse processo educativo que o ser humano se afasta do seu eu natural, a partir de um processo de negação, ou seja, superação da sua natureza instintiva e se torna um humano-histórico.

Logo, para uma formação humana digna, não se pode limitar o processo educacional ao compartilhamento, apenas, dos conhecimentos e informações, mas é preciso, com a mesma dedicação dispor dos diversos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Em nossa sociedade, a Escola é a principal instituição responsável pelo processo de educação formal do ser humano. Para Saviani (1984, p. 2), “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”, portanto, a principal finalidade da Escola seria compartilhar esse saber, essa cultura científica que o ser humano produziu ao longo de sua existência e que o transforma no que ele é hoje.

Devido a esse papel social tão importante de formação humana que a escola assume perante a sociedade, e tendo em vista que estudaremos a gestão no âmbito dessa instituição, iremos abordar brevemente como se deu a concepção histórica da escola e seu processo de desenvolvimento.

“A palavra escola deriva do grego *σχολή* e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre” (SAVIANI, 2007, p. 155). Por trás dessa associação do tempo livre à designação da instituição escolar, temos que essa instituição não estava destinada a todas as classes sociais.

Para compreendermos melhor esse conceito de escola, precisamos entender como se deu a evolução do processo produtivo de comunidades, para o processo capitalista. No primeiro, para se produzir alguma coisa, o ser humano precisava dominar todas as técnicas que envolvia determinada tarefa, enquanto no atual sistema de produção teremos a divisão extrema do trabalho, a ausência de propriedade dos meios de produção e a venda da força de trabalho por aqueles que não possuem as ferramentas para realização do trabalho produtivo como forma de suprir com as suas necessidades básicas.

A escola, como ela se configura, hoje, no século XXI, é uma derivação de um longo processo histórico, que se inicia desde as sociedades primitivas, nas quais o processo de educação se dava de forma espontânea e concomitante com a experiência com o trabalho. Nessas sociedades, a produção do trabalho material e do trabalho intelectual acontecia simultaneamente e de forma natural (SAVIANI, 2007, p. 154), e, dessa forma, o ser humano

que pensava, também, era o mesmo que colocava esse trabalho em prática.

A forma de existência humana passa a mudar, de acordo com o professor Saviani (2007, p. 155-156), com a divisão dos homens em classes, ruptura essa que implicou mudanças na educação, que também resultou dividida, diferenciando-se, “em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da escola”. Temos, assim, que a escola surge da separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e da cisão entre os conhecimentos da educação básica e dos conhecimentos profissionais. Nesse cenário de rupturas, a escola assume a responsabilidade, exclusivamente, pelo compartilhamento e produção do trabalho intelectual, daí a associação inicial do conceito de escola ao ócio, porque ela estava totalmente desvinculada da ideia de trabalho, que figurava como meio de subsistência.

No Brasil, essa dualidade entre trabalho material e intelectual se apresentou devido

[...] a predominância da cultura escravocrata nas representações sociais das elites senhoriais e, portanto, na orientação conservadora das suas práticas vai configurar uma valorização própria da escola. Esta constrói-se em oposição ao mundo do trabalho, justificando assim, a estruturação no país de um sistema dual de ensino [...] (AZEVEDO, 2008, p.19-20).

Vemos, novamente, que essa dualidade refletida na escola se manifestou acompanhando as características de uma sociedade de classes, na qual desigualdades são colocadas como méritos individuais e não como um problema social. Assim sendo, o ensino escolar, também, apresentará o conhecimento de forma fragmentada. Nesse sistema, os conhecimentos práticos do trabalho material não eram valorizados e por isso eram destinados à população livre e pobre, enquanto o trabalho intelectual estava reservado apenas às elites.

O objetivo dessa formação estratificada visava à continuidade do *status quo*, alguns poucos seriam formados para comandar, enquanto outros iriam receber uma formação limitada para, apenas, cumprir ordens. De fato, a escola dualista “[...] qualifica o trabalho intelectual e desqualifica o trabalho manual” (SAVIANI, 1999, p. 38).

Seria, então, a escola um aparelho, somente, de reprodução dos interesses das elites? Como instituição dentro de uma sociedade capitalista, a escola reproduz, sim, os interesses das elites, mas não se limita a esses interesses. A teoria crítico-reprodutivista nos diz que a escola é socialmente determinada, portanto, em uma sociedade fragmentada e com interesses opostos, ela sofre a determinação dos conflitos de interesses que caracteriza as classes que compõem essa sociedade (SAVIANI, 1999, p. 38). Se o interesse das elites, como já explicitamos, não é de mudança, mas de manutenção da sua posição social, logo, “[...] uma teoria crítica (que não seja reprodutivista) só poderá ser formulada do ponto de vista dos interesses dominados”

(SAVIANI, 1999, p. 41). Dessa forma, quando temos um ideal de expansão da democracia no espaço escolar, é importante que as decisões sejam tomadas de forma coletiva.

A escola, por uma perspectiva de uma teoria crítica, não apenas reproduz os valores da sociedade capitalista, mas também tem um papel contraditório de formação humana, o que nos leva a querer explorar essa capacidade e vislumbrar uma sociedade com valores mais humanistas, diferentes daqueles que são aclamados pela sociedade capitalista vigente, que são focados no individualismo. Para que isso possa acontecer,

[...] do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais (SAVIANI, 1999, p. 42).

Sustentamos que essa busca por um ensino da melhor qualidade possível, que proporcione uma formação humana completa a todos trabalhadores seja o principal objetivo a ser perseguido em uma gestão escolar.

Apesar de no início deste trabalho apresentarmos o conceito de gestão utilizando o conceito de administração de Paro (2012), utilizamos a expressão gestão para nos referirmos ao processo de organização e mediação entre forças e recursos para se alcançarem fins, quando nos referirmos ao ambiente escolar.

Concordamos com as autoras Oliveira e Menezes (2018), quando afirmam que o termo gestão escolar e administração escolar são termos distintos, quando empregados para se tratar de educação.

Para Santos Filho (1998), administração traz, no caso da educação, uma concepção técnica, hierarquizada e fragmentada, baseada no poder e na autoridade. O autor prefere a utilização de gestão escolar, que leva ao conceito de compartilhamento de ideias, participação de todos no processo de organização e funcionamento da escola. Bordignon e Gracindo (2000) compreendem que gerenciar uma escola é diferente de gerenciar outras organizações sociais, devido à sua finalidade, estrutura pedagógica e às relações internas e externas (OLIVEIRA; MENEZES, 2018, p. 879-880).

Além disso, a associação do termo administração escolar nos remete a uma forma de trabalho autoritária, porque essa expressão foi utilizada, no Brasil, no tempo histórico em que figurava no País o Regime Militar.

Já o uso do conceito amplo de gestão, desconectado dos determinantes histórico-sociais, teve o objetivo de vislumbrarmos um modelo de gestão escolar cada vez mais democrático, que as marcas históricas da gestão de autoritarismo venham paulatinamente serem superadas por meio da criação de espaços coletivos de diálogo. Para isso, devemos nos mobilizar progressivamente em direção à materialização de uma gestão escolar plural e

inclusiva, que atenda aos anseios da maioria da população brasileira e proporcione formação humana completa, por meio de educação de qualidade, que possa romper com a dualidade imposta na sociedade de tipos diferentes de educação, a depender da classe social a que o indivíduo pertence.

Destacamos na definição de gestão inicialmente apresentada a importância da definição dos objetivos a serem perseguidos pela instituição escolar, pois, será a partir desses fins que teremos materializada a concepção de educação, formação humana e ideia de sociedade.

Os objetivos educacionais precisam materializar a concepção de sociedade e formação humana que vise ao bem comum, logo precisam ser construídos de forma democrática, por meio da participação de todos que fazem a comunidade escolar.

Veremos na próxima seção como se foi construindo, ao longo da história, a gestão escolar no Brasil, será possível perceber o quanto o clima político vai influenciar na definição do tipo ideal de gestão escolar.

2.1.1 A gestão escolar que temos e que estamos construindo

As características da gestão pública se deram, segundo Vieira (2008, p. 142), de uma “[...] herança que se instala desde os primórdios da Colônia, passando pelo Império, até as diferentes formas de organização da República”. As marcas históricas que acompanham a gestão pública possuem uma perspectiva autoritária e, classificada pela autora, também, como, centralizadora.

Destacamos que essa forma de organização e funcionamento da gestão pública vai refletir, também, na gestão da escola pública, porque “a centralização está tão entranhada na base da organização do sistema educacional brasileiro, quanto no interior da própria escola” (VIEIRA, 2008, p. 142), e se refletirá dentro das relações que se estabelecem na instituição escolar, do processo pedagógico (discente-docente) ao administrativo (funcionários-gestor).

Quando o território brasileiro abrigava colônias de Portugal, nos séculos XVI e XIX, a atividade produtiva se estruturava nas grandes propriedades de terra, monocultura e mão de obra escrava. Dessa forma, as características do período colonial brasileiro são semelhantes a “uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa” (RIBEIRO, 1993, p. 15).

A educação da época era oferecida pela religião, apenas para os homens, e tem sua

origem nas missões jesuíticas. A Companhia de Jesus tinha o objetivo de conseguir mais fiéis ao catolicismo, tornar os índios adeptos da fé católica mais dóceis e aptos para o trabalho braçal. O século XVIII é marcado por diversas reformas na educação, entre elas a retirada do poder educacional das mãos da igreja para o Estado, reforma essa que foi encabeçada pelo Marquês de Pombal, que administrava Portugal e era influenciado pelas ideias iluministas.

A construção da gestão educacional no Brasil Colônia, de acordo com Sander (2007, p. 25), deve-se ao cristianismo, especialmente o catolicismo, que fortaleceu a força normativa e a lógica dedutiva do enfoque jurídico, enquanto que a “introdução do método científico empírico, do enciclopedismo curricular e dos modelos normativos de gestão da educação” (SANDER, 2007, p. 25-26) contribuições é contribuição da filosofia positivista, que defende a aplicação dos princípios das ciências naturais no estudo dos fenômenos das ciências sociais.

Assim sendo, são heranças do período colonial: uma educação conservadora, oferecida pela igreja católica, que visava à obediência e submissão. É relevante destacar que:

[...] mesmo após a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a instauração das Aulas Régias, a situação não mudou, pois o ensino continuou enciclopédico, com objetivos literários e com métodos pedagógicos autoritários e disciplinares, abafando a criatividade individual e desenvolvendo a submissão às autoridades e aos modelos antigos (RIBEIRO, 1993, p.16).

Observamos que as mudanças no processo educativo não são automáticas, mas processuais. Assim, o período Republicano não surge sem influências de conhecimentos, ele traz consigo todo o saber elaborado no período colonial, e é partindo desse método educacional que se construirão novas concepções e formas de gestão na escola.

O período republicano brasileiro pode ser dividido em República Velha (1889 – 1930), Era Vargas (1930 – 1945), República Populista (1945 – 1964), Ditadura Militar (1964 – 1985) e Nova República (1985 – dias atuais). Enquanto a gestão pública durante a república é didaticamente estudada em quatro partes, por Sander (2007, p. 26), a saber: “organizacional, comportamental, desenvolvimentista e sociocultural”. Destacamos que esses períodos não são rigidamente separados, ou seja, não desaparecem por completo de uma fase para outra, e podem se sobrepor.

O acompanhamento do desenvolvimento do conhecimento a respeito da gestão educacional ao longo da história poderá possibilitar compreender nosso atual modelo de gestão educacional. Daremos um olhar ao passado, para construirmos um novo futuro.

A gestão da educação, como já explicitado por Vieira (2008), vai sofrer as influências das mudanças que ocorriam no âmbito da administração pública.

A fase organizacional vai da República Velha à República Populista, que, como o nome

já sugere, é voltada à estruturação e regulamentação da educação. Marcada por muitas reformas educacionais e inúmeras regulamentações, dentre elas, temos: a promulgação da Constituição de 1934 e a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/61), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

O movimento da Escola Nova marcou o período organizacional com disputas de ideias no campo educacional entre a igreja católica, que tinha grande influência social e defendia interesses privados, e os educadores escolanovistas, que defendiam um ensino público, laico e gratuito. De acordo com Andreotti (2006, p. 106), “o embate entre os renovadores e os católicos aconteceu na década de 1920 e foi posteriormente retomado nos anos 50, na discussão de uma lei nacional de educação”, ou seja, no momento de definição da LDB/61.

Destacamos que “a democratização educacional no Brasil, iniciou-se com a República e através da escola pública, sendo esta mais uma razão para a defesa deste tipo de escola” (RIBEIRO, 1981, p. 152). A escola pública, gratuita e de qualidade social é uma oportunidade de avançarmos na construção da democracia e cidadania por meio do oferecimento de formação humana para todos, que possa promover a autonomia do indivíduo.

A administração pública nesse período se pautava por um “enfoque tecnoburocrático”, no qual havia o destaque para com a técnica, a valorização de soluções racionais e a preocupação com a eficiência (SANDER, 2007), portanto, a gestão da educação inspirava-se nas bases do Fayolismo, teoria da administração clássica idealizada por Henri Fayol. Um exemplo de uma obra que retrata a realidade da gestão escolar republicana é o livro publicado em 1938, de José Querino Ribeiro, intitulado *Fayolismo na Administração Escolar das Escolas Públicas*.

As soluções administrativas baseadas exclusivamente em métodos e procedimentos passaram a ser questionadas, a fase comportamental que abrange parte da Era Vargas e da República Populista surgiu como uma crítica ao modelo de administração clássica. Em contraponto ao modelo de gestão da fase organizacional que supervaloriza a técnica, teremos na fase comportamental o destaque para a valorização da dimensão humana.

No conjunto dos esforços de superação do enfoque tecnoburocrático de administração educacional, destaca-se a perspectiva fenomenológica que concebeu a administração da educação como ato pedagógico (SANDER, 2007, p. 42 *apud* REZENDE, 1978, p. 15-58).

Teremos nessa etapa uma gestão educacional que leva em conta a especificidade do processo educacional, existe um esforço no sentido de a questão pedagógica começar a ser considerada quando se fala em gestão na escola, portanto, a simples aplicação de princípios da administração empresarial para gerir uma instituição escolar entra em crise.

A fase desenvolvimentista tem seu apogeu na República Populista, na qual a educação ganha destaque e mais investimentos, porque ela passa a ser “[...] considerada fator estratégico de desenvolvimento nacional” (SANDER, 2007, p. 47). É durante esse período que Juscelino Kubitschek é eleito presidente do País (1956 -1961), cujo governo é marcado pelo amplo desenvolvimento econômico e industrial.

A expansão industrial demandava mão de obra qualificada, e devido à escola suprir essa demanda de formação técnica para o processo produtivo, houve um aumento significativo de investimento em educação na fase desenvolvimentista. Contudo, apesar de o alto investimento em educação ser algo positivo e necessário, temos nessa fase uma educação, exclusivamente, a serviço do sistema econômico.

Então, na década de 1970, esse otimismo com a educação, como solução para o desenvolvimento econômico, foi substituído por pessimismo e desilusão, pois “[...] o investimento na educação não havia alcançado os resultados esperados em termos de crescimento econômico e progresso tecnológico” (SANDER, 2007, p. 48). Portanto, a utilização da educação para formar, exclusivamente, para o sistema econômico não deu certo e o resultado dessa experiência nos disse que “o valor econômico é uma dimensão importante, mas não suficiente, da gestão da educação” (SANDER, 2007, p. 48). Por isso, é essencial em um processo educativo considerar as demandas sociais e econômicas, sem deixar de priorizar o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. Consideramos essa responsabilidade indispensável em gestão escolar.

Por fim, na fase sociocultural, teremos o desenvolvimento de diversas pesquisas na área da gestão educacional, com destaque para a criação, em 1961, da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), que protagonizou eventos na temática da gestão educacional. A fase sociocultural é marcada pela busca por modelos de gestão da educação que atendessem às exigências e peculiaridades econômicas, políticas e culturais próprias do Brasil (SANDER, 2007, p. 58). Em vista disso, existe uma preocupação em não incorporarmos modelos de gestão educacional internacionais, mas em desenvolvermos um modelo próprio que atenda às especificidades do nosso povo e à realidade da educação brasileira.

Enfatizamos que o período sociocultural abrange o período da ditadura militar. O período em que os militares assumem o poder é marcado por “[...] repressão política, censura à Imprensa e aos outros meios de comunicação, reforço do Executivo, tortura a presos políticos, exílio voluntário ou não, de grandes nomes da Ciência e Educação” (RIBEIRO, 1993, p. 25 e 26), e, conseqüentemente, temos no Brasil liberdades restritas, decadência da democracia e um forte apelo ao autoritarismo como forma de governo.

Ressaltamos que o destaque de determinado modelo de gestão, numa época histórica, não significa que os conhecimentos construídos em épocas anteriores são totalmente superados e desaparecem. Portanto, como vimos, a construção histórica do conhecimento sobre o tema da gestão educacional nos períodos Colonial e Republicano (fases: organizacional, comportamental, desenvolvimentista e sociocultural) se deu a partir das demandas políticas do seu tempo e partindo dos conhecimentos já construídos. Em nossa época não é diferente, os conhecimentos estão em constante reconstrução.

A contemporaneidade, do século XXI, marcada pelo desenvolvimento da tecnologia, pela velocidade da informação que circula por meio das redes sociais, é também conhecida pela competitividade do sistema capitalista, pelo subemprego, como a “uberização”, como forma de vida e pelas desigualdades sociais.

No contexto da educação, ocorre a tendência de implementação dos conceitos e princípios da Administração Empresarial na gestão das escolas públicas. Tal tendência tem o objetivo de racionalizar as ações dos gestores e tornar mais econômico o processo de utilização dos recursos disponíveis, que já são escassos, para com isso se alcançarem os objetivos educacionais da forma mais econômica possível.

De acordo com Oliveira (2008, p. 96), “verifica-se a transposição de teorias e modelos de organização e administração empresariais e burocráticas para a escola como uma atitude frequente”, acrescento que também é uma atitude histórica, que se deu no período republicano e se repete na sociedade contemporânea. Sander (2007, p. 69) reforça essa percepção de absolvição pela administração pública de conceitos e práticas do gerencialismo empresarial e associa esse fenômeno ao neoliberalismo que está implementado em nossa sociedade. Estudos como o de Paro (2010, 2012) e Saviani (1984) também corroboram com a defesa de que a transposição de teorias administrativas do campo econômico para o campo educacional não colabora para se alcançar uma formação humana plena.

A especificidade do processo educativo não funciona em um clima de autoritarismo. Como vimos anteriormente, o ser humano torna-se humano, propriamente dito, por meio do processo educativo, que implica na apropriação dos saberes historicamente construídos. Todavia, esse processo de apropriação de conhecimentos não é natural, logo, exige-se esforço e vontade do indivíduo de aprender, é aí que entra o desafio da escola, compartilhar os conhecimentos com os indivíduos, bem como tornar esse processo educativo atrativo, sobretudo no ensino básico.

Se, por hipótese, seguirmos a lógica da gestão empresarial e tomarmos a escola como uma empresa que visa à obtenção de lucros, sabemos, a partir do conceito geral de gestão, que

para a persecução de metas e objetivos uma empresa necessita de recursos.

Vamos classificar esses recursos em duas dimensões: humanos e materiais. Entendem-se por recursos materiais os instrumentos e tecnologias necessários para o desenvolvimento das atividades. Enquanto os recursos humanos, como o próprio nome já explicita, vai se referir a todo pessoal que faz parte da empresa. Das pessoas que integram a empresa se espera que elas disponham de sua força de trabalho e dos seus conhecimentos, para entregar o produto que a empresa desenvolve, da melhor forma possível.

O empenho humano para realização de uma atividade é nomeado por Paro (2010) de recurso subjetivo. Em suas palavras: “Dada sua força ou capacidade de trabalho, o recurso subjetivo de cada trabalhador consiste, assim, em seu esforço na realização de ações que concorram para a concretização do objetivo” (PARO, 2010, p. 767). Dessa forma, a forma de administração de uma empresa será diretamente influenciada pela:

[...] abordagem de vontades diversas e à solução de conflitos é a atinente à relação entre os objetivos a serem atingidos e os interesses dos que despendem seu esforço na consecução de tais objetivos. Trata-se de uma questão política de primeira grandeza, que condiciona em grande medida a própria forma como se desenvolve a coordenação (PARO, 2010, p. 768).

Quando aqueles que executam o trabalho possuem interesses alinhados com o interesse da empresa, o papel do gestor torna-se mais prático, ou seja, técnico, enquanto que em uma situação com interesses difusos, entre empregados e empresa, o papel do gestor assume um caráter político (PARO, 2010, p. 768), de convencimento e motivação.

Dito isso, parece óbvio que em um modelo de gestão em que os próprios executores do trabalho tenham oportunidade de compreender e participar do processo de definição e construção das finalidades e metas a serem alcançadas, o engajamento e doação daqueles que perseguirão os fins acordados por eles mesmos serão maiores do que se os objetivos da instituição forem externos e não fizerem sentido para as pessoas que fazem parte da equipe de trabalho.

Agora, observando a especificidade do processo educativo, vemos a importância de quando se pensar na definição desses fins da educação se tenha em mente, como premissa, a valorização de uma formação humana integral por meio de uma educação emancipatória. Para alcançarmos esses objetivos, estamos adotando um modelo de gestão democrático e participativo, e como esse modelo de gestão precisa ser construído por aqueles que não detêm o poder, é preciso que seja garantida a participação de todos os membros da escola na gestão da instituição.

Como a escola é uma instituição formal do Estado que assume um papel relevante na

formação humana, sustentamos, a partir das ideias de Brito, Freire e Gurgel (2011, p. 212), que “[...] para que as instituições de ensino possam formar pessoas para transformar a realidade, ela própria teria que ser regida por princípios transformadores, o que no mínimo significa passar de uma organização burocrática para uma organização coletivista democrática”.

Nesse cenário democrático de gestão educacional, a participação em nível comunitário fortalece a gestão democrática participativa, na medida em que todos envolvidos com o processo educativo têm garantida sua participação na elaboração de um “[...] projeto coletivo de educação emancipatória” (PEREIRA; KRÁS, 2014, p. 561).

Discutiremos no próximo tópico a gestão democrática como modelo de gestão que envolve a participação nas decisões da escola, de todos aqueles que vão procurar, por meio da sua força de trabalho, atingir os objetivos educacionais propostos.

2.2 A gestão democrática na escola pública

O modelo de gestão das escolas públicas no Brasil encontra-se definido na Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu terceiro capítulo, que trata “da Educação, da Cultura e do Desporto”, mais especificamente na primeira seção, a qual trata da Educação, teremos o seguinte princípio: a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988).

A formalização do princípio da gestão democrática instituído em um documento de relevância nacional, como a CF/88, foi uma conquista relevante para a sociedade, porém, precisamos ressaltar que esse modelo de gestão foi instituído de forma limitada, tendo em vista que no Brasil o sistema educacional é formado pelo ensino público e privado, e o modelo de gestão democrática contemplou, apenas, as instituições de ensino públicas, ficando, pois, as instituições de ensino privadas desobrigadas de seguir essa regra, e tendo liberdade de utilizar qualquer outro modelo de gestão educacional.

Outro ponto a sinalizar é o tempo para regulamentação da gestão democrática nas escolas. Essa lacuna da lei só foi preenchida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Apesar disso, a implementação do princípio da Gestão Democrática na CF/88 é um acontecimento notável para a educação, pois, naquele momento histórico, o Brasil passava por um clima de transição política, afinal, vinha de um período de Ditadura, entre os anos 1964 e 1985, em que o modelo de gestão pública e educacional era pautado na técnica, autoritarismo, hierarquia e centralização. A forma autoritária e centralizadora em que se pautava a ditadura no

Brasil “[...] passou a ser questionada pelos movimentos populares e sindicais com vistas na construção de uma forma de governo, transparente, com instâncias de participação, sujeito a um maior controle público e atento às demandas sociais” (DRABACH, 2013, p. 47).

As expectativas, na época da década de 1980, por trás das reivindicações da população são resumidas por Adrião (2006), quando afirma que:

[...] as propostas de alterações na gestão da escola pública apoiavam-se na defesa, principalmente, da implementação de uma administração coletiva na escola, da eleição dos dirigentes escolares, da participação da comunidade usuária na definição das metas e objetivos das unidades escolares, da constituição de instâncias coletivas de trabalho docente e da exclusividade do financiamento da escola pública pelo poder público. Buscava-se instalar mecanismos de gestão baseados na organização democrática dos diferentes setores que compunham a “comunidade escolar” (ADRIÃO, 2006, p. 57).

Portanto, esse era o clima social no momento da construção da atual constituição, era de luta pela redemocratização da sociedade brasileira e do espaço escolar. Em suma, os movimentos sociais e a sociedade organizada não estavam satisfeitos com o modelo de sociedade em que estavam vivendo e lutavam por mudança.

Para Cury (2002, p. 165), “a gestão democrática, enquanto temática histórica, nos move em direção contrária àquela mais difundida em nossa trajetória política onde os gestores se pautam ora por um movimento paternalista, ora por uma relação propriamente autoritária”. Portanto, o autor reafirma nosso argumento que esse princípio surge como resposta das demandas populares por uma sociedade democrática.

Como estamos tratando da temática Educação, não podemos deixar de verificar o que estabelece a LDB/96, a respeito da gestão educacional. Quando pesquisamos na LDB/96 pela expressão “gestão democrática”, verificamos que ela está inscrita, explicitamente, três vezes na normativa: figura pela primeira vez quando a Gestão Democrática é preconizada como um dos princípios do ensino público, repetindo o que já constava na CF/88, tendo um pequeno acréscimo, quando em seu texto concede à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a liberdade para ajustar a implementação da gestão democrática nos seus respectivos sistemas de ensino (Brasil, 1996).

A segunda aparição do termo gestão democrática na LDB/96 ocorre quando a lei define dois princípios que os sistemas de ensino devem observar no momento da implementação de uma gestão democrática. Segue abaixo trecho da lei:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto

pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, n.p).

Por fim, a última menção ao termo gestão democrática na LDB/96 faz referência ao ensino superior, basicamente repetindo o que foi estabelecido para a educação básica.

Da análise dos trechos da LDB/96, identificamos que o legislador associa a gestão democrática a três princípios: participação, cidadania e autonomia. Sendo a participação o movimento de aproximação da comunidade das atividades e ações da escola, a qual também, vai se caracterizar como um ato de cidadania, no qual as pessoas que fazem a escola escolhem o gestor educacional, tomam decisões e definem os objetivos da escola, no que concerne à autonomia, essa se caracteriza pela liberdade da instituição de se organizar sem, contudo, desprezar as normativas educacionais. Ainda sobre a autonomia temos:

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996, n.p).

De acordo com Oliveira e Menezes (2018, p. 881), diversos estudiosos da educação reconhecem que a participação e a autonomia são “[...] fatores fundamentais para que a escola construa um espaço de gestão escolar democrática”.

Assim sendo, concordamos com Pires e Gonçalves (2019, p. 03), que:

[...] com a promulgação da CF (1988) e a aprovação da LDB (lei n. 9.394/96), foi aberto espaço para o fortalecimento do princípio da gestão democrática e da educação como direito dos sujeitos, onde, a partir da criação de leis posteriores, se reforçam e se complementam estes princípios para o contexto educacional.

No que se refere à efetivação da gestão democrática da educação no ambiente escolar da escola pública, o Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento que estabelece metas e estratégias que visam à implementação desse modelo de gestão.

O primeiro PNE, instituído pela Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, define por um período de 10 anos competências e diretrizes a serem seguidas pelos municípios, Estados e Distrito Federal. Sobre o conteúdo desse documento,

[...] no capítulo destinado ao conjunto de metas relacionadas ao financiamento e à gestão, um comando para que cada sistema de ensino definisse normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade. Outras metas incluídas tratavam da autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas; da articulação com universidades para oferta de formação continuada e atualização a diretores de escola, visando à melhoria do seu desempenho no exercício da função; bem como havia a exigência de assegurar, ao final da década, que todos os diretores tivessem formação em

nível superior, preferencialmente em cursos de especialização (GOMES, 2015, p. 143).

“Em 2014 foi aprovado o atual PNE, lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o qual também reforça a questão da gestão democrática em sua meta 19, ampliando as discussões do plano anterior e contendo oito estratégias para sua implementação” (PIRES; GONÇALVES, 2019, p. 4). O atual PNE foi aprovado para o decênio de 2014 a 2024 e tem como meta 19:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014, n.p).

Ressaltamos, portanto, que o PNE, juntamente com a CF (1988) e a LDB (lei n. 9.394/96), é mais um documento que reforça o diálogo com a gestão democrática e que contribui com “a descentralização do poder exercida através da construção coletiva e da autonomia da própria escola” (PIRES; GONÇALVES, 2019, p. 3), bem como, para o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas sobre o assunto, segundo Oliveira e Menezes (2018, p. 878) “os estudos mostram [...] que pesquisas sobre gestão democrática foram responsáveis por mais de 31% dos trabalhos de mestrado e doutorado no período de 1981 até 2001”.

Dos estudos sobre a gestão democrática, Paro (2000) apresenta a ideia de gestão escolar como uma forma de organizar os recursos da escola coletivamente para se atingir as finalidades da educação, além disso, propõe que a coletividade pode ser um método de pressão junto aos governantes para que concedam os meios necessários ao funcionamento da escola. Para Ferreira (2008, p. 307-308):

[...] a gestão democrática da educação constrói coletivamente, através da participação, a cidadania da escola de seus integrantes e de todos que nela, de alguma forma, participam, possibilitando, este aprendizado, o desenvolvimento de uma consciência de participação mais ampla no mundo.

Os autores Paro (2000) e Ferreira (2008) adotam uma gestão escolar democrática que se materializa em princípios como a autonomia da escola, participação da comunidade, e vivência da cidadania. Veremos mais adiante que esse conceito possui relação estreita com a concepção de currículo integrado porque considera o ser humano como capaz de transformar sua realidade.

A autonomia da escola é algo em evidência nos trabalhos sobre gestão escolar, princípio esse que se associa à descentralização, enquanto que a instituição assume a responsabilidade de organizar-se administrativa, financeira e pedagogicamente, por meio dos órgãos colegiados que tomam as decisões por meio de seus membros.

De acordo com Cury (2002, p. 173), “a gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência”. Veremos no tópico a respeito da participação na escola pública que esses princípios poderão se materializar mediante formas coletivas de gestão escolar.

De acordo com Silva (2010, p. 50), “há possibilidades a serem reexploradas para se pensar uma democracia baseada na soberania popular”. E no ambiente escolar a gestão democrática é um desses caminhos que proporciona a participação da comunidade escolar.

O desafio de concretizar essa gestão democrática no dia a dia da sala de aula e nas relações com a comunidade escolar vai caber ao gestor educacional e a cada membro do corpo da escola: docentes, alunos, pais e comunidade.

2.2.1 A participação na escola pública

A gestão escolar democrática, como vimos, deriva de uma luta social e histórica da sociedade brasileira por mais participação, e por que não dizer por mais poder? Poder de tomar decisões, de expressar seu ponto de vista, e este ser levado em consideração, poder de ajudar diretamente nas atividades educacionais. Mas o que vem a ser Participação? “Participar consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo” (GUTIERREZ; CATANI, 2013, p. 78).

Quanto à questão da participação, os autores Gutierrez e Catani (2013, p. 77 e 78) chamam atenção à falta de consenso quanto à definição de participação, aliado ao desejo de se quantificar essa participação, à qual também não tem critérios claros. Em análises de casos de quantificação da questão da participação, os autores destacam duas situações, uma corresponde à quantificação da subjetividade do indivíduo envolvido no processo de participação, ou seja, sua “[...] disposição pessoal para engajar-se no processo. Outro problema é que esta situação permite associar o grau de participação ao número de pessoas consultadas” (GUTIERREZ; CATANI, 2013, p. 78). Tal entendimento pode levar a se acreditar que a qualidade da participação se resume à quantidade de pessoas.

Consequentemente, ter um número expressivo de participantes é relevante pela diversidade de ideias que podem ser compartilhadas. Entretanto, se as pessoas envolvidas não estiverem comprometidas, o quantitativo de pessoas não fará diferença, porque não haverá construções efetivas.

Por isso que, após mais de trinta anos da consolidação do princípio da Gestão

Democrática nas escolas públicas na CF/88, o desafio para sua efetiva implementação ainda se faz presente. Os estudos realizados em participação escolar afirmam que esta é fraca, burocrática e longe dos aspectos mais determinantes (SASTRE, 2003, p. 177), no que se refere às tomadas de decisão.

Ressaltamos a importância de refletirmos sobre os condicionantes sociais que interferem na participação na escola pública:

[...] quando falamos em gestão participativa no âmbito da escola pública estamos nos referindo a uma relação entre desiguais onde vamos encontrar uma escola sabidamente desparelhada do ponto de vista financeiro para enfrentar os crescentes desafios que se apresentam e, também, uma comunidade não muito preparada para a prática da gestão participativa da escola, assim como do próprio exercício da cidadania em sua expressão mais prosaica (GUTIERREZ; CATANI, 2013, p. 86 e 87).

Em uma perspectiva de gestão democrática na escola, compreendemos que a participação é a forma de materialização de uma experiência de democracia e cidadania no ambiente escolar, logo, se a comunidade escolar não está pronta para exercer a participação, então a instituição escolar como espaço educativo deve procurar meios de capacitá-la.

Isto posto, quais as formas possíveis de participação na gestão do ambiente escolar? A participação pode ser feita de forma indireta ou representativa, quando se escolhe o diretor escolar, ou de forma direta, por meio da participação em órgãos colegiados, reuniões pedagógicas ou realização de atividades.

Pesquisa realizada por Maia e Manfio (2010), por meio de literatura publicada de 1990 a 2005 sobre o tema gestão democrática, a qual investiga o provimento do cargo de gestor escolar como forma de manifestação de uma gestão democrática, nos mostra que como todo conhecimento construído historicamente, o entendimento sobre a temática de provimento do cargo de gestor escolar foi sendo desenvolvido ao longo dos anos, o que reforça a ideia de que o conhecimento é vivo e está em constante transformação e por isso precisamos, partindo de uma análise do real, construir as bases de uma sociedade mais justa e igualitária por meio da educação.

Tomando a escolha do diretor escolar como uma forma de participação, observamos que as obras sobre gestão democrática, publicadas no período de 1990 a 1995 e analisadas por Maia e Manfio (2010), revelam que nelas “[...] há referência à necessidade de formação do administrador escolar e críticas à eleição de diretores por não priorizar a qualificação específica para o exercício da função” (MAIA; MANFIO, 2010, p. 491). Há nessa manifestação, ainda, um forte apego às raízes do tecnicismo, ao ponto de não perceber a eleição como uma ferramenta importante que contribui para o exercício da democracia, por isso a criticam como

se não fosse possível uma formação continuada do gestor eleito.

O segundo período (1996 – 2000) é após a aprovação da LDB/96, em que já sabemos de toda a conjuntura das lutas sociais por maior participação que marcaram a sociedade brasileira pós-ditadura e que a LDB/96 é mais uma normativa que surge fortalecendo o princípio da gestão democrática. Por conseguinte, a maioria das obras estudadas pelos autores de 1996 a 2000 “estabelece relação estreita entre a eleição de diretores, democratização da gestão e qualidade de ensino e continua a acentuar a necessidade de a participação se estender para além do momento de votação” (MAIA; MANFIO, 2010, p. 492).

Por fim, o último período (2001-2005) de análise das obras é composto pela maioria dos livros escritos por autores únicos, não são obras escritas em conjunto. Essas obras inserem a discussão da gestão no âmbito das diretrizes políticas internacionais e da reforma do Estado brasileiro. Pode-se perceber que as discussões passam a acontecer em nível global, para além dos muros do cenário local, ou seja, internacional. Os quatro livros que discutem o contexto local de gestão prosseguem com os argumentos dos períodos anteriores e defendem que, para eles, há melhoria da qualidade de ensino com a vivência da democratização da gestão, via participação da comunidade no processo de decisão na escola, inclusive na escolha do gestor (MAIA; MANFIO, 2010, p. 492).

Sendo assim, na participação indireta a escolha do gestor por meio da eleição foi se consolidando como uma expressão da cidadania e forma de vivência de uma experiência democrática no interior da escola.

Quanto à participação direta, de acordo como Paro (2000, p. 12), uma gestão participativa aumenta o poder de influência de uma comunidade escolar, à medida que o poder está pulverizado, quando se leva ao poder público uma solicitação não é mais a vontade de apenas uma pessoa que ali está materializada, ou seja, não é um requerimento, apenas, do diretor da escola, mas de um grupo, do grupo que faz a escola. Nesse sentido, o autor assume que os conselhos são uma forma de organização que deveria ser explorada e aperfeiçoada, como um instrumento de representação dos interesses de todos os que fazem a escola.

Mas o que vem a ser um Conselho? “*Conselho* vem do latim *consilium*. Por sua vez, *consilium* provém do verbo *consulo/consulere*, significando tanto *ouvir alguém* quanto *submeter algo a uma deliberação de alguém*, após uma *ponderação refletida, prudente e de bom senso*” (CURY, 2008, p. 47). Em vista disso, de acordo com o conceito da origem etimológica do termo, um conselho seria uma instância na qual se ouve e se é ouvido a respeito de determinado tema e na qual se tomam decisões sobre os rumos da escola, não de forma deliberada, mas de forma responsável por meio do debate.

As principais instituições colegiadas que fazem parte da gestão das instituições educacionais são, de acordo com Brito e Síveres (2015, p. 13): “o Grêmio Estudantil, o Colegiado Escolar e o Conselho de Classe”. Falaremos como se constituem cada uma dessas instituições e suas principais atividades.

O Grêmio Estudantil é formado pelos estudantes da escola e tem como objetivo representar os interesses dos estudantes, apresentar propostas e promover debates, eventos culturais, artísticos e de lazer. É uma forma de promover o protagonismo do estudante por meio de sua participação ativa na gestão escolar.

Já “o Conselho de Classe tem o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos, conseqüentemente, a prática docente, ele é formado por professores das diversas disciplinas, coordenadores pedagógicos, especialistas e alunos” (BRITO; SÍVERES, 2015, p. 13).

Quanto ao Colegiado Escolar ou Conselho Escolar, adotaremos aqui a expressão Conselho Escolar seguindo a expressão utilizada, também, na LDB/96. “Os Conselhos Escolares na educação, concebidos pela LDB como uma das estratégias de gestão democrática da escola pública, tem como pressuposto o exercício de poder, pela participação” (BRASIL, 2004, p. 36) dos professores, estudantes, equipe pedagógica, pais e membros da comunidade.

Quanto a sua função, um Conselho Escolar pode assumir função deliberativa, consultiva, fiscal, mobilizadora ou outra, definição essa que vai partir das condições reais da unidade escolar. Sobre cada uma das funções, veremos o que diz o Ministério da Educação (MEC):

A função deliberativa é assim entendida quando a lei atribui ao conselho competência específica para decidir, em última instância, sobre determinadas questões [...].

A função consultiva tem um caráter de assessoramento e é exercida por meio de pareceres, aprovados pelo colegiado, respondendo a consultas [...].

A função fiscal ocorre quando o conselho é revestido de competência legal para fiscalizar o cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações, aprová-las ou determinar providências para sua alteração.

A função mobilizadora é a que situa o conselho numa ação efetiva de mediação entre o governo e a sociedade, estimulando e desencadeando estratégias de participação e de efetivação do compromisso de todos com a promoção dos direitos educacionais da cidadania, ou seja: da qualidade da educação (BRASIL, 2004, p. 25-26).

O Conselho Escolar deveria se consolidar como forma de concretização da gestão democrática, quando esse órgão gestor proporciona a participação da comunidade escolar. Concordamos com Paro (2000, p. 16), quando afirma que, quando fala em participação, está se

referindo à “participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para participação propriamente dita que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões”, ou seja, a participação direta.

O autor ainda apresenta considerações a respeito das atividades presentes na escola, em dois grupos:

As atividades-meio são aquelas que, embora referindo-se ao processo ensino-aprendizagem, não o fazem de maneira imediata, colocando-se, antes, como viabilizadoras ou condições para a realização direta do processo pedagógico escolar que se dá predominantemente em sala de aula. [...] As atividades-fim da escola se referem a tudo o que diz respeito à apropriação do saber pelos educandos (PARO, 2000, p. 72 e 75).

A participação na gestão escolar deve, à vista disso, contemplar essas duas dimensões. Ressaltamos, também, que a relação entre as atividades-fim e as atividades-meio precisa ser de dependência, pois ambas estão interligadas e uma depende da outra para ser bem-sucedida.

Apontamos ainda outras formas de participação que podem envolver toda a comunidade acadêmica: a consulta pública, o plebiscito e o referendo. Conceitua-se a consulta pública como uma forma de transparência e publicidade, por meio da qual um grupo de pessoas pode contribuir para a construção de um entendimento a respeito de tema específico, enquanto que o plebiscito e o referendo relacionam-se com a votação e diferenciam-se, respectivamente, quanto ao tempo de elaboração de um documento. No plebiscito, a consulta é prévia, ou seja, antes da construção de um documento, e no referendo, depois que um documento é elaborado, pergunta-se a uma comunidade a respeito da aprovação do mesmo.

Por fim, destacamos que “a superação da formação autoritária e burocrática de cada um só pode ser bem-sucedido porque a realidade que nos cerca é essencialmente contraditória” (GUTIERREZ; CATANI, 2013, p. 81), convivemos com práticas e exemplos de políticas conservadoras, mas também, com modelos progressistas, “principalmente nos campos da educação, cultura e sociabilidade espontânea, que incentivam a participação responsável dentro de grupos com posturas críticas, o amadurecimento moral e o autoconhecimento” (GUTIERREZ; CATANI, 2013, p. 81).

Essa realidade contraditória na qual vivemos deve servir de combustível para motivar os profissionais de educação a buscar uma educação de qualidade social e contribuir para uma vivência no ambiente escolar de igualdade e participação ativa, pois, de acordo com Bordenave (2014, p. 22), “[...] é possível fazer parte sem tomar parte e [...] a segunda expressão representa um nível mais intenso de participação. Eis a diferença entre a participação passiva e

participação ativa [...]”. Assim sendo, concebemos a participação para além do fazer parte dos espaços democráticos, e a tomamos como um meio de compromisso e responsabilidade que o sujeito assume, perante a coletividade, com a democracia.

2.3 O ensino médio integrado na EPT e sua relação com a gestão democrática

Consolidada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/96), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se integra aos diferentes níveis e modalidades da educação nacional.

A EPT no Brasil surge historicamente sob uma perspectiva assistencialista, com o objetivo de oferecer uma ocupação para aqueles que tinham poucas condições sociais.

Os primeiros indícios do que hoje se pode caracterizar como as origens da educação profissional surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI (Brasil, 1999 – Parecer nº 16/99-CEB/CNE). Nessa direção, ao longo do século XIX foram criadas várias instituições, predominantemente no âmbito da sociedade civil, voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados, dentre essas, os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos (RAMOS, 2014, p. 24).

O caráter assistencialista da EPT passa a mudar depois de um século, quando no início do século XX, “em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ‘aos pobres e humildes’, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação” (RAMOS, 2014, p. 25). Ainda com raízes assistencialistas, tendo em vista que as escolas de Aprendizes de Artífices tinham como público-alvo as pessoas menos abastadas financeiramente, mas com o diferencial de nessas Escolas ter como objetivo principal “a preparação de operários para o exercício profissional” ((RAMOS, 2014, p. 25). Dessa forma, “a criação das escolas de ofício foi um primeiro ensaio para se formalizar o ensino profissional” (GOMES, 2013, p. 63).

Hoje, no século XXI, pesquisadores e militantes da Educação ainda lutam por uma educação de qualidade que possa elevar a classe daqueles que vivem do trabalho a um patamar de conhecimento que possibilite uma formação humana integral por meio da apropriação dos conhecimentos e da cultura historicamente produzidos pela humanidade por meio do trabalho, “o trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana, mas também o trabalho como práxis econômica” (RAMOS, 2008, p. 2).

“O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154). Logo, o homem se faz

homem à medida que age sobre a natureza, essa ação do homem sobre a natureza, dominando-a e submetendo-a à satisfação das suas necessidades, é uma atividade tipicamente humana. É baseado nesse conceito abrangente de trabalho, que em um processo dialético o homem transforma a si mesmo em humano à medida em que esse realiza trabalho, que nos colocamos favoráveis ao oferecimento de uma EPT que proporcione uma formação humana completa.

Pesquisas feitas sobre as políticas públicas em EPT, como a de Kuenzer (2010), que analisou o período de 1995 a 2005, e a de Maldaner (2016), que foi de 2003 a 2015, quando realizamos uma interseção entre esses períodos de pesquisa, temos um período de análise das políticas públicas em educação profissional e tecnológica, que corresponde a 20 anos. O resultado das pesquisas infelizmente não é algo positivo, tendo em vista que, apesar da expansão em termos de quantidade de instituições e por consequência dos cursos em EPT, a qualidade não foi algo que, também, melhorou. Os cursos ofertados apresentavam uma formação aligeirada e voltada exclusivamente ao ensino da técnica.

Como explicitado na LDB/96, fazem parte da educação profissional e tecnológica aqueles cursos que podem ser encaixados em algum dos tipos abaixo, são eles:

- a) formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- b) educação profissional técnica de nível médio;
- c) educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe, dentre outros assuntos, sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a implementação de um dos objetivos dos IFs traduz-se na garantia de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente com os cursos integrados (BRASIL, 2008).

Objetivando à superação de uma EPT que prepara o discente exclusivamente para atender às demandas do mercado de trabalho, por meio do repasse, apenas, de técnicas de trabalho, é que levantamos a bandeira por um currículo e por uma prática docente que proporcione um ensino integrado, no qual, além do ensino da técnica, seja proporcionado ao estudante uma formação integral, e que essa contemple mais que o compartilhamento do conhecimento da técnica, mas a arte, o esporte, a ciência, a filosofia, enfim, todos os valores e bens que foram construídos e compõem a dimensão humana.

O ensino integrado ou educação integrada apresenta-se como uma dessas possibilidades de formação humana, no âmbito da educação profissional e tecnológica. O EMI sustenta-se em dois pilares: “um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o

acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional” (RAMOS, 2008, p. 2-3). Entendemos politécnica como o oferecimento de um ensino pautado nos “princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas” (RAMOS, 2008, p. 3).

Ressaltamos que essa concepção de formação vai de encontro à proposta de educação que historicamente marca a dualidade da educação brasileira. Mais que uma forma de se trabalhar os conteúdos técnicos ou das disciplinas específicas mais diretamente relacionadas ao aprendizado de uma profissão e os conteúdos teóricos ou das disciplinas de conhecimentos gerais, o projeto de ensino médio integrado deve ser “[...] compreendido como um projeto político-pedagógico que se compromete com a formação ampla dos indivíduos” (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p. 65). Tomando esse posicionamento político, precisamos discutir uma proposta de currículo e de organização do trabalho pedagógico que seja coerente com esse projeto de um ensino integrado.

Nos convém compreender o que vem a ser o currículo na escola, para Saviani (2016, p. 55) “[...] o currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os seus recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: a educação das crianças e jovens”. Observa-se que o autor se utiliza de uma concepção ampla de currículo, conceituando essa que engloba tanto os conhecimentos organizados e sistematizados, quanto todas as atividades que contribuem para o processo educacional.

O currículo é um campo de disputa, porque traz consigo uma determinada concepção de educação e, por consequência, de formação humana. É por meio do currículo que são definidos os conhecimentos a serem trabalhados no ambiente escolar e sua organização de acordo com o tempo e os espaços disponíveis, e, também, se estabelece a maneira como os conhecimentos serão trabalhados.

Nesse sentido, o currículo integrado caracteriza-se como uma concepção de formação que, de acordo com Ramos (2008, p. 3), pode ser visto sob três concepções que se autocomplementam: “como concepção de formação humana; como forma de relacionar ensino médio e educação profissional; e como relação entre parte e totalidade na proposta curricular”.

Quanto à concepção de formação humana, já falamos sobre isso ao admitir uma formação que se coloque além do compartilhamento de técnicas para a realização de um trabalho. Na relação entre a educação básica e a educação profissional, almeja-se uma formação profissional juntamente com uma formação geral que possibilite ao estudante uma inserção no mundo do trabalho de forma digna. Por fim, a relação entre parte e totalidade, visa ao tratamento

dos conhecimentos gerais e dos específicos da área profissional, chamando atenção que “não se trata de somatório, superposição ou subordinação de conhecimentos uns aos outros, mas sim de sua integração na perspectiva da totalidade” (RAMOS, 2008, p. 20).

Por contemplar os conhecimentos a serem trabalhados na escola, o currículo assume certo destaque no enredo pedagógico. Podemos, também, ressaltar que entre o que está proposto e a efetividade da implementação do currículo na sala de aula pode ser um espaço de contradição, a implementação depende do público-alvo, da formação do docente, das condições e recursos que a escola pode oferecer, portanto, vai depender das reais condições do seu público-alvo.

A distância entre o planejamento e a efetividade curricular aumenta a depender do modelo de gestão adotado na escola. Quando o modelo de gestão não é democrático e a participação e autonomia dos docentes não são consideradas no momento de tomada das decisões para definição do currículo escolar, temos uma dualidade entre aquele que pensa e aquele que executa, por meio de sua prática, o que foi definido por outrem.

Tendo em vista que é por meio da prática curricular que o currículo irá se efetivar na escola, é preciso que os docentes possam estimular e contribuir por meio de suas práticas para a vivência de uma experiência de cidadania, democracia e coletividade no ambiente escolar. Para isso, não daremos fórmulas prontas pois:

[...] consideramos a possibilidade de haver práticas pedagógicas mais adequadas ao projeto de ensino integrado, mas recusamos a ilusão de haver uma única forma de promover a integração parte-todo, teoria-prática e ensino técnico e profissional, no ensino médio (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p. 63).

Mais importante que o método a ser utilizado no processo educativo, destaca-se que “as atitudes dos sujeitos do ensino, principalmente, e da aprendizagem revelam uma atitude humana transformadora, que se materialize no seu compromisso político com os trabalhadores e com a sociedade dos trabalhadores” (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p. 63).

Dessa forma, os autores Kuenzer e Grabowski (2006, p. 298) compreendem o princípio da “[...] gestão democrática como resultante da integração entre gestão pedagógica e gestão administrativa, lastreada na compreensão que sua função é assegurar as condições necessárias à consecução das finalidades e objetivos da educação profissional”.

Por isso, assumimos uma gestão democrática participativa no espaço escolar e no contexto do currículo da EPT, que seja comprometida com a qualidade da educação dos trabalhadores e seus filhos.

2.3.1 A organização do trabalho pedagógico materializado por meio do currículo: possibilidades de aproximação com a perspectiva de gestão democrática

Para se pensar em valores democráticos aliados à organização do trabalho pedagógico, e para que este trabalho seja construído de forma participativa, é necessário que o ambiente escolar seja regido por princípios democráticos que promovam e valorizem a participação de todos os que estão envolvidos no processo educativo. Destacamos neste trabalho as ações dos professores nas tomadas de decisão do processo pedagógico.

Assim, como no processo educativo compreendemos o ensino integrado como forma de enfrentamento da dualidade educacional, entre aquele que pensa e aquele que executa, a gestão democrática aliada ao pensamento do ensino integrado “visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle, pelos educadores, do processo e do produto do seu trabalho” (MARQUESIN; BAGNE; FACCIONI, 2012, p.154).

Desta maneira, compreendemos que temos um processo dialético entre a gestão da escola e a organização do processo pedagógico, de forma que, à medida que temos uma gestão democrática que considera e incentiva a participação e uma organização pedagógica que segue o modelo de gestão democrática, os valores e princípios democráticos irão se estender pela escola, pois serão vivenciados na prática educativa e no dia a dia da vivência escolar, uma vez que, tanto a gestão quanto a organização pedagógica irão se fortalecendo como espaços das pessoas pertencentes a comunidade escolar, ou seja, como espaços democráticos.

Precisamos destacar que “por sua característica de relação humana, a educação só pode dar-se mediante o processo pedagógico, necessariamente dialógico, não dominador, que garanta a condição de sujeito tanto de educador quanto do educando” (PARO, 2000, p. 108). A educação é um processo que implica a formação humana, logo, não estamos falando em uma linha de montagem, o objeto de trabalho é ativo e à medida que aprende, também ensina.

É pensando nessa especificidade do processo pedagógico que abordaremos as ideias trazidas por Marquesin, Bagne e Faccioni (2012), os quais, interpretando a LDB/96, afirmam que o trabalho na escola deve ser guiado por princípios como: “flexibilidade, autonomia, responsabilidade, planejamento e participação, [...], este último concebido como a identidade da escola” (MARQUESIN, BAGNE, FACCIONI, 2012, p. 154). Entendemos que todos esses princípios, também, devem acompanhar as ações de uma gestão escolar democrática.

Desses princípios apresentados, a flexibilidade é entendida como a possibilidade, dada na LDB/96, de as instituições escolares, priorizando o processo de aprendizagem, definirem a

sua melhor e mais adequada forma de organização.

O princípio da flexibilidade, nesse sentido de autonomia de organização escolar, também conversa com os demais princípios que enumeramos. Na verdade, todos esses eixos que devem ser trabalhados em regime de codependência.

Ao definir sua forma de organização, por exemplo, a escola está exercendo a autonomia concedida na normativa (LDB/96). Porém, a instituição escolar precisa considerar atrelar o exercício da autonomia à construção de um projeto de educação coletivo, que tem como objetivo principal a aprendizagem dos seus educandos. É nesse compromisso que temos configurado o princípio da responsabilidade. Em uma gestão escolar democrática, a tomada de decisão para definição da estrutura escolar precisa ser feita de forma coletiva, mediante a participação dos docentes, discentes e demais membros da comunidade escolar.

Falamos sobre a flexibilidade, a autonomia e a questão primordial que deve reger a organização do trabalho pedagógico, a responsabilidade com uma educação de qualidade para todos, que promova uma formação autônoma e crítica para o trabalho, mas que nunca se limite ao exercício profissional. Os tópicos seguintes irão tratar da importância do planejamento de ensino para o exercício do trabalho pedagógico do docente e, por fim, algumas formas de participação docente na gestão da escola por meio da organização do trabalho pedagógico.

Para tratar do planejamento de ensino, corroboramos com o entendimento de que o ser humano, diferente dos outros animais, idealizam e criam algo mentalmente, antes de dar forma e concretizar essas ideias no plano real. Para que essa idealização prévia possa se tornar real, será preciso pensar nas técnicas, recursos, enfim, será preciso planejamento. Um exemplo bem imediato que aproxima a ação de planejar das ações humanas, é o planejamento do dia a dia, como citou Leal (2005), que fazemos muitas vezes de maneira até automatizada, sem uma reflexão elaborada.

Se o planejamento está tão próximo da vida do ser humano por que quando falamos dele na área da educação sua implementação ainda é um desafio? De acordo com Leal (2005, p. 2), “o planejamento de ensino implica, especialmente, em uma ação refletida: o professor elaborando uma reflexão permanente de sua prática educativa”. É por envolver a formação humana que o processo de ensino, além de ser contínuo, também precisa ser flexível, pois mais importante que seguir um planejamento à risca é não esquecer que todo planejamento envolve um objetivo, que, no caso da educação, está atrelado à responsabilidade de uma formação inteira do educando.

Como “planejar não é um ato neutro” (FARIAS, 2009, p. 112), mas “um ato político-pedagógico porque revela intenções e a intencionalidade, expõe o que se deseja realizar e o que

se pretende atingir” (LEAL, 2005, p. 1), o planejamento tanto pode ser feito no sentido da conformação, como na direção da transformação social, por isso afirmamos que ele é um processo que exige um posicionamento, não pensar sobre sua prática para um docente é estar alienado, como um barco sem rumo.

Por não existir uma fórmula pronta que se encaixe em todo e qualquer espaço escolar, o início de um planejamento de ensino deve começar, de acordo com Farias (2009, p. 112), com o “diagnóstico da realidade sobre a qual iremos, intervir, alterar”. Ressaltamos que o compromisso com a mudança social pode ser um sentido para se fazer um planejamento de ensino.

O planejamento exige uma reflexão e investigação contínua do docente sobre a sua própria prática e sabemos que isso exige tempo. Apesar das condições de trabalho dos docentes, destacamos a importância da garantia de um espaço reservado para a atividade de planejamento na carga horária de trabalho do(a) professor(a). O planejamento se faz urgente, quando se pensa na realização de um trabalho educacional intencional, voltado à melhoria da educação e ao fortalecimento da luta pela valorização da categoria profissional dos(as) educadores(as).

Embasados nessa perspectiva de mudança social, favorecemos a superação de práticas individuais isoladas e a construção de experiências coletivas, e nisso apontamos como uma forma de efetivação o planejamento de ensino participativo no qual se possam envolver as demandas de pais, discentes e professores. Essas são práticas de gestão democráticas que podem ser fortalecidas por meio da organização do trabalho pedagógico de forma coletiva.

Um gestor educacional precisa assumir o compromisso de pensar em maneiras de assegurar a concretização desse instante dedicado ao planejamento, para que cada docente possa realizar seu planejamento de ensino, não só de forma individual, mas de forma coletiva com seus pares das diferentes áreas de conhecimento.

A experiência democrática, por meio planejamento de ensino no qual o professor tem a autonomia e a liberdade de organizar como irá trabalhar os diversos conteúdos na sala de aula, precisa, para sua efetividade, de uma gestão democrática, que promova e incentive a construção coletiva da organização e definição pedagógica no ambiente educacional.

Abordaremos a seguir três formas de planejamento em nível macro: o Projeto Político-pedagógico e o Projeto Pedagógico de Curso, que são documentos que irão guiar, respectivamente, as ações na escola e no curso; e a definição do currículo na escola.

2.3.2 Formas de participação dos professores no processo pedagógico

A gestão democrática tem como implicação direta para a sua concretização: a participação nas dimensões pedagógica, administrativa ou financeira, de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, nas tomadas de decisão e organização da escola. De acordo com Paro (2000), é preciso ir além da permissão da participação da comunidade na gestão da escola, é preciso, também, dar condições para que essa participação possa de fato se efetivar. Nesse aspecto, ao analisarmos a participação docente, precisamos considerar que o Estado possui responsabilidades de dar essas condições, bem como a gestão escolar deve criar formas e incentivar essa participação.

Dentre as formas de participação, começaremos pela participação na construção do Projeto Pedagógico ou Projeto Político-pedagógico (PPP), que, como o próprio nome já diz, é uma idealização, ou seja, é um planejamento no qual irá constar o que se tem intenção de fazer e realizar na escola.

O Projeto Pedagógico é um documento que está consolidado na LDB/96 como uma das conquistas para implementação das normas de gestão democrática, pelo sistema de ensino público na educação básica. Este documento corrobora para um planejamento da organização do trabalho pedagógico e para construção comunitária da identidade da escola.

Como todo planejamento, o projeto pedagógico irá refletir uma visão de mundo, de sociedade e de formação humana, por meio de uma proposta de educação. Veiga (1998) vem reforçar essa ideia ao afirmar que:

[...] o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1998, p.1-2).

Destacamos que “não é possível construir um projeto político pedagógico coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática, ao contrário, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo” (BIANCHIN; BARICHELLO, 2014, p. 29). Tendo em vista que é por meio de uma gestão democrática que se torna possível a participação de todas as pessoas que fazem a escola, na definição das metas e objetivos a serem perseguidos pela instituição, o

modelo de gestão democrática vai proporcionar que o PPP não se resume a mais um documento burocrático, mas se concretize como um plano coletivo.

O PPP não deve ser algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas, ele deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1998, p.1) e, como todo planejamento, precisa ser revisitado e atualizado periodicamente, de acordo com as demandas de aprendizagem.

Para Veiga (VEIGA, 1998, p. 6), o projeto político-pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. Logo, sua construção deve partir “dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério”.

Pretende-se que a reflexão crítica desses princípios na construção do PPP faça com que esse documento passe a ser visto como um instrumento de luta, “uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central” (VEIGA, 1998, p. 6), que fragmentam o trabalho entre aqueles que planejam e aqueles que executam o planejamento construído por outra pessoa, que muitas vezes desconhece a realidade específica daquela instituição.

Outro documento de igual importância e que precisa ser construído coletivamente é o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que é um documento menos abrangente do que o PPP, pois irá se restringir às definições de um curso. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio¹, normatizadas por meio da Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, as instituições de ensino devem formular, de forma coletiva e participativa, seus projetos político pedagógicos e planos de curso.

O PPC é outro documento escolar que se insere no âmbito do planejamento participativo, que vai propor “uma direção política e pedagógica ao trabalho escolar, formula objetivos, prevê ações, institui instrumentos e procedimentos” (FREITAS, 2017, p. 159). É no PPC que constará a concepção de um curso, bem como é nele que serão definidos o itinerário formativo, objetivos, justificativa, público-alvo, critérios e formas de avaliação, organização curricular, dentre outros. Nesse contexto, percebe-se que o “Projeto Pedagógico incorpora, também, o currículo que define a identidade da formação proposta” (FREITAS, 2017, p. 159).

O currículo, de acordo com Saviani (2016, p. 55), “[...] procura responder à pergunta: o que se deve fazer para atingir determinado objetivo. Diz respeito, pois, ao conteúdo da

¹ Destaca-se que temos ciência de uma versão mais atualizada neste documento, entretanto nos utilizamos desta, porque os documentos estudados do IFPE foram construídos a partir desta edição publicada em 2012.

educação e sua distribuição no tempo e espaço que lhe são destinados”. Nessa seleção de conteúdo está presente um ideal de um percurso formativo, bem como, teremos implícita uma ideia de sociedade, valores e formação humana.

A seleção dos conteúdos a serem trabalhados por meio do currículo é tão relevante, que Young (2007) nos apresenta, por meio da problematização dos conteúdos a serem estudados nas escolas, a ideia da escola como meio de se alcançar a emancipação e defende que as escolas por meio dos seus currículos devem oferecer o que ele chama de “conhecimento poderoso”, aquele tipo de conhecimento que é destinado àqueles que possuem maior poder na sociedade, como o conhecimento universitário. O autor enxerga na escola uma maneira de os filhos da classe trabalhadora elevarem seu nível de conhecimento social por meio do acesso a um tipo de conhecimento que eles não teriam nos seus relacionamentos mais imediatos, como famílias e amigos.

Pensar o currículo como a concretização de uma sociedade de classes nos fará compreender o nível e importância educacional da definição desse documento no âmbito escolar, e na influência dele na formação humana e, por consequência, da sociedade. É por isso que adotamos no âmbito escolar uma gestão democrática, na qual todos os que fazem parte da comunidade escolar possam participar ativamente das tomadas de decisões e construções pedagógicas.

Compreendemos a construção do PPP, do PPC e da organização curricular como formas de participação coletiva na construção da identidade da escola e vivência de uma experiência de democracia no ambiente escolar, e, com isso, queremos mostrar que a participação docente precisa ir além da sala de aula e atuar, também, na gestão escolar. Como vimos, por meio da construção coletiva desses documentos, pode-se planejar e definir estratégias para se alcançarem os objetivos compactuados pela comunidade escolar. Essa é uma ação antes da sala de aula, é um planejamento para ser executado no dia a dia da vivência escolar. Não participar da gestão escolar e não contribuir para a consolidação de uma gestão democrática é estar alheio aos objetivos e compromissos de uma educação que visa à transformação social.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, será explicitado o percurso metodológico adotado para se alcançarem os objetivos da pesquisa. Para isso, apresentamos os objetivos e procedimentos metodológicos (tipo e modalidade de pesquisa, local, sujeitos participantes), aspectos éticos da pesquisa, seus riscos e benefícios, bem como os procedimentos utilizados para coleta e análise de dados.

3.1 Dos objetivos e procedimentos metodológicos

Com base nos objetivos desta investigação, apresentamos o delineamento da pesquisa que, segundo Gil (2008, p. 49), constitui-se no “[...] planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados”.

Nosso trabalho está concentrado no campo da Educação Profissional e Tecnológica. Como iremos trabalhar com a interpretação da realidade social dos professores, nossa pesquisa será de abordagem qualitativa, tendo em vista que concordamos com Minayo (2009, p. 21), ao afirmar que “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos”. Consequentemente, visando apreender esse universo das relações humanas, optamos por um enfoque qualitativo.

O estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *Campus* Recife. A escolha dessa instituição está relacionada aos seguintes critérios: tempo de sua existência e a diversidade e quantidade quanto à oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Para definição do Curso Técnico, consideramos as informações do site do IFPE. De acordo com dados acessados em 21 de fevereiro de 2021, o *campus* Recife conta atualmente com sete cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, a saber: Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Química, Saneamento e Segurança do Trabalho. Estabelecemos como critérios para seleção do curso: data de criação ou reformulação do Projeto Político do Curso (PPC), considerando-se o processo mais recente, bem como o maior número de membros na comissão de criação ou reformulação do PCC. A Tabela 1 a seguir apresenta o detalhamento dos dados coletados no site do IFPE.

Tabela 1 – Data da última modificação dos PPCs dos cursos de EMI

PPC dos Cursos de IEM do IFPE <i>campus</i> Recife	Postado	Última data de Modificação	Data no PPC
Edificações	23/12/2015	○ 27/01/2017	2013.2
Eletrônica	23/12/2015	● 20/10/2020	2019.2
Eletrotécnica	23/12/2015	● 20/10/2020	2019.2
Mecânica	23/12/2015	○ 04/01/2017	2014.1
Química	23/12/2015	◐ 12/01/2018	2014.1
Saneamento	23/12/2015	○ 15/03/2016	2013.2
Segurança do trabalho	23/12/2015	◑ 18/01/2018	2014.1

Fonte: IFPE (2021)

Como resultado do primeiro critério de inclusão, selecionamos dois cursos: Eletrônica e Eletrotécnica. Como pode-se ver na tabela, ambos tiveram a última modificação do PPC publicada em 20 de outubro de 2020. Após análise do PPC de cada um desses dois cursos e verificação dos membros da comissão responsáveis por sua reformulação, identificamos que o curso de Eletrônica contou com oito membros, enquanto o curso de Eletrotécnica tinha seis membros. Após a análise dos dados coletados no site do *campus* Recife, definimos o curso de Eletrônica, devido sua atualização mais recente no PCC e ao fato de ter maior participação em termos de número de integrantes.

Quanto à definição da amostra, estabelecemos trabalhar com 8 oito professores(as), que atuam no curso selecionado, observando-se os seguintes critérios:

- Quatro docentes da formação geral, um de cada área do conhecimento do Ensino Médio:
 - Linguagens e suas Tecnologias,
 - Matemática e suas Tecnologias,
 - Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e
 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
- Quatro docentes da formação técnica profissional.

Para a construção do referencial teórico, procedemos, inicialmente, com a realização de uma pesquisa bibliográfica que possibilitou a compreensão sobre o estado do conhecimento da temática de pesquisa Gestão Democrática. A pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). A vantagem na utilização dessa pesquisa é que ela permite “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50).

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida na fase exploratória e favoreceu a

aproximação com a categoria teórica Gestão Democrática e Participativa. Nessa fase, procedemos com a busca nas produções da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), utilizando os seguintes descritores: *gestão educacional* OR *gestão escolar* OR *gestão democrática* OR *participação* OR *gestão participativa*. O descritor OR equivale à inclusão de qualquer um dos termos pesquisados no resultado da busca, conforme orientação da revista RBPAE. Utilizamos um parâmetro de tempo para seleção das produções científicas: os artigos teriam que ser publicados no período de 2010 a 2020.

Na segunda fase da pesquisa, procedemos com a revisão de literatura, a fim de atingir o primeiro objetivo específico: discutir sobre os princípios que fundamentam uma gestão democrática. Elegemos como principais teóricos: Paro (2000, 2010, 2012), Cury (2002, 2008), Sander (2007) e Ferreira (2008), para tratar da gestão democrática participativa, Araújo e Frigotto (2015), Ramos (2008, 2014) e Saviani (2016), para falarmos sobre o currículo da EPT no EMI, e Veiga (1998), Farias (2009) e Leal (2005), quando tratamos do planejamento pedagógico coletivo.

Realizamos a análise documental dos seguintes documentos no âmbito do IFPE, *campus* Recife: a análise considerou aspectos relacionados à concepção de gestão democrática e à organização pedagógica.

- Projeto de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 – PDI (2015);
- Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI (2012);
- Documento de orientações para elaboração de um projeto de curso de Ensino Médio Integrado (2014);
- Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletrônica – PPC (2019).

Justificamos que planejamos analisar as atas de reunião do colegiado do curso técnico integrado em eletrônica, porém, no decorrer da pesquisa, fomos informados de que esse colegiado não existe e, portanto, não tivemos acesso a esse tipo de documento. Destacamos, ainda, que esses documentos institucionais estudados eram as versões mais recentes que estavam publicadas na página da internet do IFPE.

Visando atingir nosso segundo objetivo específico: analisar a participação dos docentes na tomada de decisões relativas à gestão do currículo, utilizamos das informações da pesquisa de campo: análise documental e entrevista semiestruturada (Apêndice A) realizada com o grupo de oito docentes, selecionados como amostra desta investigação. A utilização da entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa tem a finalidade de aprofundar os elementos que não foram revelados por meio dos documentos analisados.

Considerando a situação de pandemia da COVID-19 e as orientações das autoridades sanitárias quanto ao distanciamento social, para a realização das entrevistas, procedemos inicialmente com o envio de convite (Apêndice B) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice C) para o e-mail institucional de cada professor(a) que seria selecionado a participar da investigação, conforme critérios estabelecidos nesta pesquisa.

Nesse momento de convite para participação na entrevista, tivemos dificuldade em conseguir retorno dos professores responsáveis pela formação técnica profissional, então tivemos que nos utilizar de uma abordagem presencial, respeitando os protocolos estabelecidos durante a pandemia, e só assim conseguimos completar nossa amostra preestabelecida.

Após o aceite dos professores quanto a sua participação na entrevista, foram agendados dia e horário para realização desta atividade. As oito entrevistas foram desenvolvidas da seguinte forma: seis foram vivenciadas por meio da Plataforma *Google Meet* e duas ocorreram de modo presencial. No início da entrevista, a pesquisadora realizou a apresentação dos objetivos da pesquisa e do TCLE e orientou aos professores a guardarem uma cópia eletrônica do TCLE em seus arquivos pessoais. Deixamos claro para os participantes o cuidado e o compromisso quanto a não promover nenhum tipo de discriminação, estigmatização ou preconceito com o desenvolvimento deste trabalho; seja na definição dos participantes para entrevista ou no conteúdo do conhecimento que produzido.

Para organização, tratamento e análise dos dados qualitativos, foi preciso definir uma metodologia que fosse compatível com a abordagem qualitativa. Neste trabalho, definimos como referência a análise de conteúdo categorial, que Bardin (2011, p. 48) conceitua o procedimento como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Em nossa pesquisa as mensagens foram do tipo orais e escritas, sendo obtidas, respectivamente, por meio das entrevistas e da análise documental.

No tocante ao tratamento dos dados da entrevista semiestruturada, realizada com docentes do curso técnico integrado em eletrônica, realizamos as seguintes etapas:

- Transcrição das entrevistas gravadas;
- Organização das informações das entrevistas em uma tabela do Excel;
- Realização de leitura flutuante dos dados;
- Codificação dos dados da entrevista, observando a frequência das informações;

- Definição de categorias a partir das codificações;
- Realização de inferência a partir do material coletado e organizado.

Após a leitura e releitura dos dados, as mensagens foram agrupadas de acordo com sua frequência em temas e subtemas. O processo de análise dos dados não seguiu uma ordem rígida de etapas, a pesquisadora retornou a algumas dessas fases acima sempre que julgou importante para interpretação, codificação e categorização dos dados. Para definição das categorias, nos utilizamos de uma abordagem indutiva, método em que “as categorias devem emergir, fundamentalmente do próprio material” (ESTEVES, 2006, p. 110).

Quanto aos documentos institucionais do IFPE *campus* Recife, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Definição dos conceitos e termos a serem analisados a partir dos dados da entrevista;
- Leitura dos textos e interpretação dos significados em cada contexto;
- Relação com a interpretação realizada e os conceitos e termos definidos na pesquisa;

Por último, realizamos a triangulação dos dados coletados e iniciamos o processo de análise, considerando os teóricos que fundamentaram a pesquisa. Ressaltamos que na escrita do texto de análise utilizamos a seguinte legenda: professores formação técnica profissional (p1, p2, p3 e p4) e professores formação geral (p5, p6, p7 e p8).

Portanto, a partir do conjunto de dados coletados e analisados durante o desenvolvimento das pesquisas documental e de campo, visando atender ao último objetivo específico que corresponde a elaborar uma cartilha que trate das formas de participação dos docentes na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, construímos o produto educacional: “Gestão democrática no currículo integrado e participação coletiva dos docentes”.

3.2 Aspectos éticos da pesquisa

O projeto para realização desta pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil para avaliação e emissão de parecer por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sobre o atendimento aos preceitos éticos enunciados nas Resoluções nº 466/CNS, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510/CNS, de 10 de abril de 2016, que regulam as exigências no caso de pesquisas realizadas com seres humanos no Brasil.

Ressaltamos que a coleta de dados só foi iniciada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP da Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda (Facottur), por meio do parecer consubstanciado de número 4.985.741 (Anexo A), em 20 de setembro de 2021.

Consta nesta dissertação o Termo de Compromisso e Confidencialidade (Apêndice D), no qual a pesquisadora se compromete a manter a confidencialidade dos dados coletados nos documentos e registros utilizados na pesquisa.

Por fim, encontra-se anexado o Termo de Anuência em Pesquisa (Anexo B), aprovado por meio da Resolução CONSUP/IFPE nº 29/2017, que equivale a autorização do IFPE para a realização das entrevistas e levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto.

3.3 Riscos e benefícios da pesquisa

A participação neste estudo não oferece prejuízos materiais ao(a) participante. Quanto aos riscos imateriais, integridade física, saúde, honra e imagem do participante, os riscos são nulos. Entretanto, com relação aos aspectos psicológicos os riscos são mínimos: o perguntado pode se constranger, por não saber responder a algum questionamento.

Os benefícios da pesquisa estão voltados à promoção da participação docente na gestão do currículo dos cursos de ensino médio integrado (EMI), vantagens essas que vão estar materializadas nos conhecimentos construídos cientificamente, por meio desta pesquisa. O saber elaborado permitiu conhecer como está consolidada a gestão democrática, bem como as formas de participação docente na gestão do currículo no IFPE, *campus* Recife, no âmbito dos cursos de EMI. Outro ganho com este trabalho consiste no desenvolvimento do Produto Educacional, o qual será explicitado no capítulo cinco.

4 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O CURRÍCULO NA EPT

Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa de campo realizada com os docentes que atuam no curso técnico integrado em eletrônica no IFPE, *campus* Recife. A organização do texto tomou em consideração as seguintes categorias empíricas: órgãos colegiados e formas de participação em uma gestão democrática e processo de reformulação do currículo e a participação docente.

4.1 Órgãos colegiados e formas de participação em uma gestão democrática

O princípio da gestão democrática marca um momento de redemocratização da sociedade brasileira. Desde a sua formalização nas normativas legais, houve um número expressivo de trabalhos nessa área, pesquisadores e profissionais da educação têm se dedicado aos estudos que buscam analisar o processo de democratização da escola e consolidar os princípios e espaços que fortaleçam a democracia.

No contexto educacional, a gestão democrática traz no seu âmago o compromisso com a construção de uma prática educativa democrática e de qualidade social, capaz de favorecer o desenvolvimento do estudante em todas as suas dimensões. Depreende-se o entendimento acerca da função social da escola, como espaço importante de apropriação, desenvolvimento e sistematização da cultura produzida pela humanidade.

Dito isso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) estabelece em seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) que a sua função social é:

[...] é promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais e que impulse o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente. Para tanto, deve proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz (IFPE, 2012, p. 36).

Identifica-se a partir da análise dos dados que o PPPI, quando define a função social do IFPE, segue o mesmo preceito das normativas nacionais (Constituição Federal de 1988 – artigo 205 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – artigo 22), quando declara as finalidades da educação. Nota-se que esses documentos colocam o estudante como o centro de todo o processo educativo e estabelece a formação de qualidade sob uma perspectiva

humana, como um direito social.

De acordo com Oliveira (2008, p. 100 e 101), “[...] a luta pela democratização do ensino assume, no âmbito da educação básica, o caráter da qualidade, da busca da permanência e da conclusão da escolaridade como um direito social”. Nesta pesquisa, evidenciamos esse compromisso do IFPE em seu PPPI:

Garantir a democratização do acesso ao IFPE através de processos comprometidos com a ética da inclusão, da permanência e conclusão dos cursos com êxito. Para tal fim, implantar política de apoio aos estudantes de escolas públicas para participarem do processo de seleção. Após a entrada, propiciar apoio aos estudantes ingressos que apresentarem defasagem de conteúdo (IFPE, 2012, p. 52).

Outro ponto que destacamos das finalidades da educação elencadas nos documentos nacionais e institucional é o compromisso de que essa educação de qualidade seja estendida a todas as pessoas, sem qualquer tipo de preconceito. Essa regra é estabelecida na Constituição Federal de 1988, no artigo 205, como um direito para todos os brasileiros e uma responsabilidade para o Estado e a família. Por fim, verifica-se que uma educação de qualidade é construída de forma coletiva, juntamente com a sociedade e a comunidade escolar, sendo assim, seus objetivos coincidem com o princípio da gestão democrática.

Para o estabelecimento da Gestão democrática, é necessário que se garanta a participação por meio de espaços que possibilitem o exercício democrático. Mas, de que forma a sociedade pode participar e como essa participação poderia ser incentivada pela instituição escolar?

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1998 – LDB/96 vai estabelecer dois princípios para a implantação da gestão democrática, e, por consequência, nos aponta algumas formas de participação:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, n.p).

Destacamos, da citação acima, duas conquistas democráticas relevantes: o estabelecimento do Projeto Político-pedagógico a ser construído coletivamente pelos profissionais da educação, e o destaque dado às formas colegiadas de gestão. A partir disso, espera-se das instituições educativas uma ampliação das formas de participação, que o que se consta nas normativas nacionais não seja cumprido, apenas, por ser uma obrigação legal, mas

que venha a ser interpretado como uma conquista social.

No tocante às formas de participação no processo de elaboração do PPPI do IFPE, a análise dos dados nos permitiu afirmar que o processo de elaboração deste documento ocorreu em sintonia com o princípio da gestão democrática, porque seguiu o que estava estabelecido no inciso I do artigo 14 da Lei nº 9.394/96, como se pode observar no trecho abaixo:

A construção do projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) com a participação dos segmentos da comunidade escolar é de fundamental importância no contexto de uma gestão participativa, porque, desenvolvida dessa forma, permite que as pessoas ressignifiquem as suas experiências, reflitam sobre as suas práticas, explicitem os seus sonhos e utopias, demonstrem os seus saberes, reafirmem as suas identidades, estabeleçam novas relações de convivência e indiquem um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação. Nesse contexto, a operacionalização da construção do PPPI deu-se em cumprimento à exigência legal, na intenção de realizar discussões com a comunidade do IFPE, na qual foi possível identificar as necessidades e anseios dos que fazem essa instituição (IFPE, 2012, p. 31).

Os dados oriundos da análise documental evidenciaram que a comissão responsável pela organização das atividades do processo de elaboração do PPPI realizou conferências e fóruns, a fim de preparar os membros das comissões locais para uma participação consciente e próspera. O texto a seguir demonstra esse movimento:

Foram realizados inicialmente Fóruns Temáticos e, posteriormente, Conferências. O presente documento foi construído a partir da constituição de quatro comissões: Coordenação Geral Responsável pela Articulação da Construção do PPPI (Portaria no 420/2009), Comissões Locais (por campi), Comissão Responsável pela Conferência do Projeto Político Pedagógico do IFPE (Portaria no 258/2010) e Comissão para Finalização do Documento referente ao PPPI (Portaria no 1.265/2010) (IFPE, 2012, p. 31).

As Comissões Locais (por *campus*) tiveram como finalidade propiciar a discussão e a reflexão sobre a importância do PPPI, bem como a preparação dos seus representantes para a participação nos Fóruns Temáticos (IFPE, 2012, p. 32).

Portanto, afirmamos que a construção do PPPI contribuiu estrategicamente com a função política e social da escola, a partir do momento em que viabilizou a participação da comunidade escolar nos debates sobre os objetivos a serem alcançados por meio do trabalho pedagógico. Nesse sentido, concordamos com Veiga (2010, p. 02), quando afirma que

Pensar o projeto político-pedagógico da escola de ensino médio é pensar a escola no seu todo e a sua função social. É um movimento institucional que extrapola o interpessoal, visa atingir a organização do trabalho pedagógico e as funções precípuas da escola. Se essa reflexão for realizada de forma participativa, certamente será possível construir um projeto consistente e viável. O projeto é um instrumento norteador das trilhas da escola e conta com sujeitos protagonistas, tempos e espaços articulados com vistas à construção do futuro ou daquilo que virá a ser.

O Projeto político-pedagógico é um instrumento de intervenção na realidade. Por meio dessa ação, é possível fortalecer o sentido da escola pública. Assim, a participação e o compromisso com uma perspectiva de educação e de formação são fundamentais para construção de sentimento de pertencimento dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com dados apresentados no Quadro 1, podemos observar que o PPPI do IFPE é um documento conhecido por 07 (sete) dos 08 (oito) professores participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Proximidade dos professores com o PPPI

Docentes	Projeto Político-pedagógico Institucional
P1	Conheço o PPP, mas não acredito que ele seja de amplo conhecimento.
P2	Não, o PPP, essa parte do projeto político ela cabe mais aos pedagogos.
P3	Conheço.
P4	Conheço.
P5	Conheço o PPP.
P6	Conheço o PPP.
P7	Conheço o PPP e quando disponibilizam eu participo.
P8	Conheço o PPP.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Além do PPI, outro documento que tomamos para a análise documental foi o Plano de desenvolvimento Institucional (PDI). Trata-se de um documento orientador dos rumos da instituição, elaborado para um período de 5 anos, por meio da adoção de uma metodologia participativa. Inclui, ainda, um processo sistemático de implantação, acompanhamento e avaliação.

Em consonância com o PPPI e o PDI são elaborados os projetos pedagógicos de cursos (PPC). Esses documentos são responsáveis por estabelecerem a política institucional, a função social, bem como os objetivos e finalidades a serem alcançadas pela comunidade educacional. Portanto, eles pertencem ao grupo do planejamento da escola.

Com base no PDI e no PPI, o IFPE elabora as políticas institucionais que orientam as atividades finalísticas, dentre elas as atividades de ensino. No Quadro 3, apresentado abaixo, podemos observar os níveis de participação da comunidade acadêmica na elaboração dos

documentos que fizeram parte da análise documental desta pesquisa.

A construção coletiva desses documentos orientadores da instituição apresentou-se como uma possibilidade de estimular a participação da comunidade na definição das finalidades e das tarefas educativas.

Quadro 2 – Documentos institucionais do IFPE: formas de elaboração e aprovação

Documentos do IFPE	Forma de elaboração	Portarias de designação	Aprovação
Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.	Comissões: uma central e sete temáticas.	O documento não informa.	Pelo Consup, por meio da Resolução nº 57/2015, 15 de dezembro de 2015.
Plano de Desenvolvimento institucional 2014 – 2018.	Comissões: uma central e sete temáticas	O documento não informa.	Pelo Consup, por meio da Resolução nº 57/2015, 15 de dezembro de 2015.
Projeto Político Pedagógico Institucional (2012).	Comissões: uma geral, nove locais (uma por <i>campus</i>), uma conferência e uma de finalização.	Portarias nº 420/2009, o documento não informa as portarias das comissões locais, 258/2010, 1.265/2010.	Pelo Consup, por meio da Resolução nº 44/2011, de 01 agosto de 2022 (documento de referência do PPPI).
Documento de Orientações Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos (2014).	Equipe formada por cinco servidoras do IFPE: três pedagogas, uma técnica em assuntos educacionais e uma docente.	O documento não informa.	Pelo Consup, por meio da Resolução nº 17/2014, de 01 de abril de 2014.
Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrônica Integrado 2019.	Comissão	Portarias nº 413/2013, 037/2013, 193/2010.	Pelo Consup, por meio da Resolução nº 54/2014, 30 de julho de 2014.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações dos documentos institucionais e do site do IFPE (2022)

Nos dados do quadro foi evidenciado que a participação na elaboração dos documentos ocorreu de forma a considerar os níveis de participação da comunidade acadêmica, por meio de representações em comissões. Mesmo considerando os limites de participação que uma comissão tem, ressaltamos a importância de a instituição caminhar no sentido de construir instâncias participativas de decisão sobre os rumos da instituição e da prática educativa.

A construção coletiva desses documentos orientadores da instituição apresentou-se como uma possibilidade de estimular a participação da comunidade na definição das finalidades e das tarefas educativas. A participação no contexto escolar é um instrumento importante, que pode contribuir para a efetivação da democracia participativa.

No tocante à participação da comunidade escolar, Veiga (2013, p. 31) vem admitir que “uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão”.

Sobre o conceito de participação, Paro (2000, p. 16) afirma que:

Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece faltar ainda uma maior precisão no conceito de participação. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões. É importante ter sempre presente este aspecto para que não se tome a participação na execução como fim em si mesmo, quer como sucedâneo da participação nas decisões, quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo.

Portanto, não basta, apenas, estar presente em alguma atividade da escola, é importante que a atuação comunitária culmine na descentralização do poder, e que esse compartilhamento do poder decisório venha a construir espaços onde os participantes são ouvidos, deliberam, planejam e executam a vida escolar.

O resultado da análise dos dados revelou uma preocupação do IFPE em atender à demanda da participação comunitária, quando o PPPI elenca o “Programa de Gestão Compartilhada” como forma de organização institucional, como se pode observar em alguns pontos que dialogam com essa assertiva:

- Garantir a realização do orçamento participativo como prática cidadã no IFPE.
- Fortalecer a relação intercampi de forma a garantir a uniformização de procedimentos e adequação das políticas às necessidades e/ou especificidades de cada *campus* do IFPE.
- Estruturar os *campi* física, humana e pedagogicamente, para a implementação das políticas de inclusão.
- Criar e/ou fortalecer as instâncias de representação estudantil do IFPE.
- Implementar mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações que visem à realização e à efetividade das políticas de inclusão, diversidade e igualdade do IFPE.
- Implantar uma sistemática de avaliação institucional, participativa e contínua, com definição clara do que, do porquê, do para que e do como avaliar.
- Criar e/ou reativar colegiados ou instâncias equivalentes em cada *campus*, de modo a garantir a participação efetiva na gestão compartilhada (IFPE, 2012, p. 44 – 45).

Além desse programa de gestão, os dados demonstraram que são apresentadas propostas e ações para o sistema de gestão do IFPE. A seguir, elencamos algumas que se relacionam diretamente com a gestão democrática e a participação:

- Criar, além dos conselhos já existentes, o Conselho Diretor, os Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão, os Conselhos Departamentais e o Colegiado de Cursos Técnicos e Superiores, com base no art. 9º e 24 do Estatuto do IFPE, como assegura a LDB (Lei no 9.394/96) e a Constituição Federal.
- Criar e/ou reestruturar o projeto pedagógico dos cursos do IFPE de forma

coletiva e participativa, instituindo comissões dentro dos cursos para a reestruturação deles.

- Garantir transparência e participação no planejamento, administração e aplicação dos recursos financeiros, através da prestação de contas periódica à comunidade escolar.
- Instituir grupos de trabalho intersetoriais e *intercampi* de modo a propiciar o planejamento participativo e a tomada de decisão coletiva (IFPE, 2012, p. 51 – 52).

De fato, a materialização da gestão democrática irá se efetivar por meio dos espaços de gestão, que serão os mecanismos existentes na instituição para que as pessoas possam dialogar e decidir sobre o processo educativo. No tocante à necessidade de organizações coletivas no espaço escolar para viabilizar a participação da comunidade, Cury (2002, p. 172) afirma que:

A gestão democrática é um princípio do Estado nas políticas educacionais que espelha o próprio Estado Democrático de Direito e nele se espelha, postulando a presença dos cidadãos no processo e no produto de políticas dos governos. Os cidadãos querem mais do que ser executores de políticas, querem ser ouvidos e ter presença em arenas públicas de elaboração e nos momentos de tomada de decisão. Trata-se de democratizar a própria democracia. Tal é o caso dos múltiplos Conselhos hoje existentes no âmbito de controle e fiscalização de recursos obrigatórios para a educação escolar, da merenda e de outros assuntos. Tal é o caso também dos orçamentos participativos em diversos municípios do país. É neste sentido que a gestão democrática é um princípio constituinte dos Conselhos intra-escolares como os Colegiados, o Conselho da Escola, os Conselhos dos Professores e outras formas colegiadas de atuação.

No tocante à participação da comunidade em órgãos colegiados, a análise documental revelou que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) traz considerações sobre a organização da gestão administrativa na instituição e ressalta o papel das instâncias de decisão que contemplam a participação da comunidade interna e externa. Apresentamos as informações no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Disposição dos órgãos colegiados e representativos

Órgão Colegiados	Órgãos Representativos
Conselho Superior Colégio de Dirigentes Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Comissão Permanente de Avaliação (CPA)	Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) Comissão Interna de Supervisão/Plano de Carreira dos Cargos (Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE) Comissão de Ética Ouvidoria Diretórios Acadêmicos (DAs) Grêmio Estudantil (Ensino Médio) Conselho Escolar

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir de informações do PDI (2022)

De acordo com o PDI, o Consup possui função consultiva e deliberativa, e é formado por:

[...] representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da Instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto, assegurando-se, assim, a representação paritária dos segmentos e dos campi que compõem a comunidade acadêmica (IFPE, 2015, p. 224).

Enquanto o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), de caráter consultivo e normativo, possui em sua composição: Pró-reitores(as) de Ensino, Pesquisa e Extensão, três Dirigentes Máximos de Ensino, Pesquisa e Extensão, três Docentes por *campus* do IFPE, um Discente por *campus* do IFPE e um Técnico-administrativo por *campus* do IFPE (IFPE, 2015, p. 226).

Por fim, o Conselho Escolar é uma instância de decisão no IFPE que possui um caráter maior de descentralização. Todos os *campi* do instituto devem organizar seu próprio conselho com representantes da instituição:

Esses Conselhos representam a comunidade escolar, revestindo-se de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico, administrativo e orçamentário da instituição, em conformidade com a Organização Didática, o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico Institucional em vigor, observando a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no cumprimento da função social da Instituição (IFPE, 2015, p. 231).

Diante do exposto, ressaltamos a importância da participação efetiva, por meio de órgãos colegiados, na construção de uma gestão democrática. Cury (2008, p. 48) afirma que o “Conselho é também o lugar onde se delibera. Deliberar implica a tomada de uma decisão, precedida de uma análise e de um debate que, por sua vez, como se viu, implica a publicidade dos atos na audiência e na visibilidade dos mesmos”. Dessa forma, os conselhos e colegiados são organizações formais que possuem o poder de decisão. Como o poder de deliberação depende da participação em órgãos formais, enfatizamos que:

Participar é dar parte e ter parte. O primeiro movimento visa informar, dar publicidade, e o segundo é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um ordenamento. Conselhos com essas características são uma forma de democratização do Estado. Neles torna-se possível a (re)entrada da sociedade civil no âmbito dos governos a fim de fiscalizá-los e mesmo controlá-los (CURY, 2008, p. 48).

Evidenciamos, a partir do estudo dos documentos estudados, que em termos formais o IFPE aponta e orienta a comunidade escolar no sentido de uma gestão democrática participativa, comprometendo-se não apenas com o acesso e a inclusão, mas com a qualidade do ensino e a permanência dos estudantes; defendendo a transparência e participação no uso dos recursos

públicos; criando formas coletivas e descentralizadas de tomadas de decisão e ampliando a participação com a criação de novos conselhos e colegiados.

No que concerne à participação dos docentes no Conselho Escolar e no Conselho de Classe, a análise dos dados anunciou que apenas um docente afirmou participar do conselho escolar. Identificamos, também, com respeito ao conselho de classe do curso técnico integrado de eletrônica, que os docentes da formação geral nunca participaram ou nunca foram convidados a participar do mesmo. Em contraponto a esse dado, os docentes da área técnica profissional afirmaram participar ou que já participaram desse conselho. Apresentamos essas informações no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Participação nos órgãos colegiados

Docentes	Conselho escolar	Conselho de classe	Colegiado do curso
P1	Não participo do conselho escolar.	No conselho de classe eu faço parte e tenho portaria.	Nós não temos um conselho, um colegiado de eletrônica montado.
P2	Sim, participo!	Sim, participo!	Não existe um colegiado de um único curso.
P3	Conselho, não.	Já participei do conselho de classe.	Já participei do colegiado.
P4	Não	Não	Não participo do colegiado, existe um grupo de professores.
P5	Não	Não	Não
P6	Não	Não, não somos convocados pra isso não. Em nenhum <i>campus</i> , e olha que passei [...] por alguns.	Não, acredito que ninguém de formação geral participa do colegiado.
P7	Não, eu só participo quando sou solicitada de alguma forma.	Não, nunca fui chamada.	Não, nunca fui chamada.
P8	Não, participo!	Não, participo!	Não! Enfim, Eletrônica em si, eu não sei se tem entre eles, mas a gente do integrado não faz parte.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Os dados revelam que, apesar da existência do Conselho Escolar e do Conselho de Classe na instituição, a maior parte dos docentes afirma não participar desses órgãos. No que se refere ao Conselho de Classe, foi possível identificar a ausência de todos os docentes da formação geral neste órgão. Dessa forma, consideramos esse dado preocupante, devido a sua função desempenhado pelo Conselho de Classe, que implica em “[...] acompanhar o rendimento escolar dos estudantes” (CURY, 2008, p. 44), pois a falta dos professores das disciplinas propedêuticas pode significar uma supervisão parcial do processo educativo.

O resultado da pesquisa demonstrou, também, que não existe colegiado dos cursos técnicos. Na análise documental, observamos que o documento denominado organização acadêmica institucional não faz menção a esse tipo de organização coletiva. A fala dos docentes é elucidativa das formas de participação vivenciadas no curso:

Não existe um colegiado é... em função da atividade, existem algumas comissões: na reforma curricular foi formada uma comissão, quando precisa comprar alguma coisa... enfim, sempre que surge uma necessidade, e existem algumas comissões permanentes como comissão de horário, comissão de laboratórios, que cuida dos laboratórios (professor 1 – formação técnica profissional).

Acredito que ninguém de formação geral participa do colegiado. Nós de formação geral somos meio que excluídos dessas coisas. Não tem participação. Aí eu até brinco com o pessoal, que nós de formação geral somos de todos os cursos e ao mesmo tempo não somos de nenhum (professor 6 – formação geral).

O professor 2 afirma que existe um colegiado dos cursos técnicos, mas esse colegiado é formado por gestores:

O colegiado, ele é através [...] da camada mais apropriada, ou seja, formado por chefias e coordenadores de cursos. Eles podem convocar algum professor, mas eles são do colegiado da própria escola, os coordenadores de curso e os chefes de departamento são responsáveis por esse colegiado, nós professores não somos assim... convocados a não ser que eu tenha uma portaria para que o professor possa participar. Não existe um colegiado de um único curso. No caso, a minha portaria é para estágio, supervisão de estágio, conselho de classe, banca de professores e alunos (professor 2 – formação técnica profissional).

Um terceiro posicionamento afirma que existe um colegiado exclusivo do curso técnico integrado em eletrônica:

Já participei do colegiado. Existe colegiado de todos os cursos, cada curso tem um colegiado. O colegiado de eletrônica é formado por professores e coordenadores. Até quando eu participava como membro era composto por coordenador e professor. Cada curso tem um coordenador e para discutir assuntos pertinentes às questões acadêmicas, quando vem aqueles processos que fica difícil uma pessoa tomar decisão só, aí tem o colegiado formado pelo coordenador do curso e professores do curso. O colegiado ele existe tem portaria, aí ele entra quando tem demanda (professor 3 – formação técnica profissional).

Os dados revelam que na percepção dos docentes as formas de participação se efetivam, principalmente, por meio de comissões, reforçando a ideia de uma participação episódica e pontual. As falas dos professores denotam esse entendimento:

Sempre tem comissão para se discutir e desenvolver estudos de viabilidade, de aplicações de metodologias, a infraestrutura de laboratório puxa muito essa necessidade de formar comissões. As comissões são formadas, apenas, por docentes. Às vezes somos requisitados para fazer parte de comissões administrativas, mas que se volta para o desenvolvimento de trabalho na área, a parte de compras por exemplo, administrar uma compra é um trabalho árduo, também, demanda muito tempo na questão da formalização de processos e acompanhamentos e nesse período você foge um pouco do que acontece no dia a dia, mas é indispensável que um colega da área... é indispensável a presença dele porque ele é quem especifica e quem entende (professor 3 – formação técnica profissional).

Então, se a gente tem uma situação para resolver de uma disciplina que precisa ser modificada, de um laboratório que precisa ser rearranjado, de uma mudança de ambiente aí esses aí a gente faz com comissões próprias, comissões onde são só os docentes ou às vezes entra algum administrativo ou laboratorista, mas sempre da coordenação do departamento técnico (professor 1 – formação técnica profissional)

Espaços institucionais formais, regulares, sistemáticos... não tem. Basicamente eles ocorrem a partir de comissões, as comissões, é que acabam fazendo esse papel dos espaços participativos. (professor 8 – formação geral).

As comissões são um grupo coletivo de trabalho com uma tarefa definida, geralmente possuem natureza temporária, com data de início e término estabelecidos em função da atividade que motivou sua criação. A demanda por uma comissão costuma surgir a partir de algum trabalho que precisa ser realizado coletivamente. Destacamos que o limite de deliberação das comissões é limitado ao seu objetivo temático.

Deduzimos das respostas obtidas nas entrevistas que os tipos de comissão quanto ao tempo, são: permanente e temporária. Sendo essas comissões:

- a) Tipo permanente: Horário, Laboratórios e Q–Acadêmico.
- b) Tipo temporária: Reforma Curricular, mudança de ambiente (salas), estudos de viabilidade, aplicação de metodologias, compras.

Importante observar que as comissões são voltadas às questões administrativas, e aquelas que se voltam à questão pedagógica possuem natureza temporária, o que inviabiliza o diálogo permanente e o zelo pela aprendizagem dos estudantes. A fala do docente a seguir demonstra a ausência do sentimento de participação nas tomadas de decisão, quando afirma que:

Não temos reuniões de tomada de decisão, é algo que a gente tem questionado muito né? A gente fica mandando e-mail... nós não estamos sendo consultados em relação a basicamente nada do que está sendo definido no período remoto e nem nesse agora que seria híbrido. Nós somos os últimos a receber as notícias, não assim... pelo DAFG, mas o corpo docente como um todo (professor 6 – formação geral).

Disso, observa-se que os dados sinalizam que a participação dos docentes em instâncias coletivas formais, que tenham caráter deliberativo e permanente ainda se mostra insuficiente para a construção de uma gestão democrática no âmbito do curso técnico integrado em eletrônica. De acordo com Ferreira (2008, p. 310):

A gestão democrática da educação, enquanto construção coletiva da organização da educação, da escola, da instituição, do ensino, da vida humana, faz-se, na prática, quando se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos

necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para a sua realização.

Acreditamos que a criação/reactivação de um colegiado específico do curso, permitirá que os docentes exerçam sua autonomia e coletivamente discutam os problemas que são próprios do curso em que trabalham.

4.2 O processo de reformulação do currículo integrado e os desafios da participação docente

A tomada de decisão nos processos de elaboração e formulação do currículo envolve docentes e outros profissionais da educação. Esse encadeamento de ações pode ser dividido, para fins didáticos, em três fases contínuas, que se retroalimentam: definição/organização, implementação e avaliação.

A definição e organização do currículo partem de determinada concepção de formação e constituem-se em um momento de reflexão coletiva, no qual se objetiva selecionar os conteúdos e metodologias a serem trabalhados em sala de aula.

A implementação do currículo consiste na execução daquilo que foi planejado. Devido à dinamicidade da realidade e dos sujeitos, essa fase pode exigir do professor flexibilidade e criatividade. O processo de avaliação vai ocorrer quando o que foi planejado for colocado em prática, e o período da implementação do currículo pode ser uma boa metodologia para se observar e fazer ajustes neste documento, quando necessário.

No que se refere à organização do currículo integrado na EPT, os dados revelaram que o IFPE recomenda o trabalho como princípio educativo, e, nesse sentido, ele se comportará como mediador entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos práticos, ao longo de todo o processo de formação. Como se pode observar:

Propõe-se uma integração curricular que organiza o currículo por unidades didáticas integradas, desenvolvidas no período de um ano letivo ou um módulo. Para um curso com duração de quatro anos, por exemplo, teremos [quatro] unidades didáticas integradas que terão a prática profissional como eixo integrador da relação teoria e prática ao longo da formação. Assim, propõe-se que a prática profissional perpasse todo o desenvolvimento das unidades didáticas integradas, sob os eixos do trabalho, da ciência, da cultura e do meio ambiente, permitindo a contextualização dos saberes acadêmicos na articulação entre os saberes científicos e os saberes empíricos cotidianos “comunitários”, “organizacionais” e da “produção material”, sustentado pelos princípios da formação integral (IFPE, 2015, p. 120-121).

De acordo com Ramos (2014, p. 87), eleger o trabalho como princípio educativo

ratifica a busca “[...] no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”.

O resultado do estudo dos dados, também, demonstrou que a instituição demonstra formalmente uma preocupação com a materialização de uma proposta de formação para educação profissional e tecnológica que possa superar a histórica fragmentação da formação. Os trechos denotam esse movimento:

Um dos desafios que envolvem essa proposta de formação integrada é que os cursos sejam organizados com itinerários formativos que possam transpor a oferta fragmentada e descontínua de formação profissional que não auxiliava os trabalhadores, seja para fins de exercício de uma ocupação, seja para o prosseguimento de estudos (IFPE, 2019, p. 32).

Promover o diálogo constante e sistemático entre os professores da formação geral e profissional para a escolha relevante de conteúdos significativos e para o encaminhamento pedagógico deles (IFPE, 2012, p.43).

A proposta de currículo integrado coloca-se como possibilidade de intervenção na realidade educacional, de forma a superar a fragmentação e desarticulação da organização curricular. Do ponto de vista da concepção de formação humana, a proposta integrada apresenta caminhos para a construção de uma prática educativa imbuída do compromisso com a formação integral do estudante, que articule as múltiplas dimensões da realidade. Tem igual importância o conteúdo ético-político desta proposta pedagógica.

O ensino integrado é um projeto pedagógico que só pode cumprir com sua finalidade de formar na perspectiva da totalidade se assumir a liberdade como utopia e mantiver íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 66).

Sobre a integração curricular do curso técnico integrado em eletrônica, observamos que, na prática, os dados revelaram um caminho que vai de encontro ao que está posto nos documentos institucionais do IFPE. O resultado da análise dos dados anunciou que o PPC do curso técnico integrado de eletrônica só é de amplo conhecimento entre os docentes da formação técnica profissional.

Para os docentes da formação geral, esse documento pedagógico não é conhecido ou só é conhecido parcialmente. Em alguns casos, o professor conhece somente a ementa da disciplina que ministra.

Quadro 5 – Participação na construção do PPC

Docentes	Projeto Pedagógico do Curso de Eletrônica
P1	Conheço, o documento [PPC do curso de eletrônica] está disponível, existe o link do drive disponível para todos os professores.
P2	Sim!
P3	Já participei da construção do PPC do curso, sempre acompanhei.
P4	Já participei da construção do PPC.
P5	Não conheço o PPC.
P6	Não conheço o PPC.
P7	Conheço o que cabe a ementa da disciplina de Física.
P8	Conheço o que cabe a Sociologia no PPC de eletrônica.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da entrevista (2022)

Inferimos, a partir de nossos dados, que o afastamento dos docentes da formação propedêutica do PPC do curso técnico integrado de eletrônica pode se dar porque os mesmos não são convidados a participar integralmente do processo de construção/reformulação desse documento pedagógico. Vejamos a seguir que metodologia foi utilizada nesse transcurso:

Houve uma reunião para convocar e quem queria ser convocado, deixou aberto: - quem é que pode nos ajudar nisso aí? Essas foram as perguntas chaves né? Para não sacrificar aquela pessoa e dizer: - você é quem vai fazer! Primeiro houve uma concordância geral para saber se pode fazer ou não (professor 2 – formação técnica profissional).

Identifica-se o uso da palavra convocar como forma de chamamento à participação, sem, contudo, haver a ideia da obrigatoriedade para realização da atividade. Esse movimento demonstra um dos princípios da gestão democrática, que consiste na autonomia.

De acordo com os depoimentos dos professores, evidenciou-se que após a definição dos participantes, o grupo convocado formou uma comissão. As narrativas abaixo expressam esse movimento:

Foram determinados professores titulares, de uma determinada área, convocados para ver quem poderia assumir, e diante desse sim, foi feita uma comissão por portaria; os responsáveis, foram convocados para reuniões – professores que ministram as disciplinas — para contribuir (professor 4 – formação técnica profissional).

Por meio de uma comissão, a escolha dos membros é simples, é pela convivência entre nós professores, nós conhecemos quem são os mais dedicados, quem vive mais a instituição [...] e é nessa base do conhecimento, das aproximações. Mas não é uma ação isolada, a gente abre para todos participarem, o que é muito difícil, a disponibilidade da maioria é muito

complicada, realmente aqueles que chegam junto são os de sempre, mas a gente vai arrancando, mesmo aqueles que não tem disponibilidade pra..., a gente vai aproveitando as brechas de tempo deles e vai insistindo, insistindo, até arrancar alguma contribuição, é um trabalho de formiguinha (professor 3 – formação técnica profissional).

Sempre que se fala em reforma curricular é instituída uma comissão não é? E essa comissão trabalha no currículo profissional. Nós na última comissão que foi montada, [...] saímos definindo do último período para os anteriores e quando encerramos a parte profissional nós entregamos o projeto do ponto que tava para o departamento, que eu acredito que deu encaminhamento junto a parte de ensino gerais, a parte das disciplinas propedêuticas. Os participantes foram, apenas, professores da área técnica (professor 1 – formação técnica profissional).

Evidenciamos, a partir do estudo dos dados, que os docentes da formação técnica profissional, além de conhecerem o PPC, também participaram do processo adotado para a reformulação do referido documento. Todavia, os elementos explicitam que os professores da formação geral não tiveram as mesmas possibilidades de participação nos processos de reformulação do PPC. Vejamos a seguir o que dizem alguns docentes:

Não sei informar se os professores da formação geral foram convocados a participar da reformulação/construção do PPC do curso de eletrônica (professor 5 – formação geral).

Não participei e não fui consultada (professor 7 – formação geral).

Não fui consultado (professor 8 – formação geral).

Os docentes da formação geral indicam desconhecer como se deu o processo de reformulação do PPC do curso estudado. Ao que tudo indica, a comissão formada para este trabalho não tinha docentes representantes da formação geral, conforme relato a seguir:

Em 2018 houve uma revisão das ementas, os professores de Espanhol participaram e eu participei. A gente não foi chamado para uma reunião específica, só fomos informados que estavam revisando e se a gente quisesse poderia revisar também, não fomos avisados que poderíamos incluir o ensino híbrido [...]. Não ficou muito claro o que realmente poderia ser atualizado. Por isso a importância de uma reunião para dar os direcionamentos. Dos 05 professores 03 participaram, mas sem abertura de comissão (professor 6 – formação geral).

Embora a participação seja um elemento fundamental para o processo de tomada de decisão das questões relativas ao PPC do curso e do currículo, os dados apontaram para uma participação desigual entre os docentes das áreas de formação geral e técnica profissional, em que docentes da formação geral expressaram uma participação de forma parcial.

Concordamos com Ferreira (2013, p. 133), quando afirma que “[...] a participação é um processo de democratização emancipatória na conquista incessante de novos espaços e de novas formas de cidadania individual e coletiva”. Portanto, se a participação é o meio pelo qual

a gestão democrática vai se consolidar no espaço educacional, quando ela ocorre de maneira enfraquecida, implica em uma democracia frágil, que necessita ser repensada para ser fortalecida.

Considerando que o curso técnico em eletrônica é ofertado na forma integrada que compreende o oferecimento dos conhecimentos da formação técnica profissional e da formação geral, de forma articulada, constituindo, assim, um único curso, parece ser importante pensar nos desdobramentos da desarticulação entre os professores durante as experiências de reformulação do PPC e do currículo.

No que se refere à fragmentação do trabalho pedagógico entre os docentes, Veiga (2013, p. 28), ao falar sobre o tempo escolar, traz uma reflexão que pode ser aplicada nesse caso. De acordo com a autora “[...] quanto mais compartimentado for o tempo, mais hierarquizadas e ritualizadas serão as relações sociais, reduzindo, também, as possibilidades de se institucionalizar o currículo integração que conduz a um ensino em extensão”.

A proposta de currículo integrado promete “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (KUENZER, 2001, p. 43-44).

Dessa forma, para a materialização de uma formação democrática e humanista, a ser realizada por meio de um currículo integrado, é necessária uma reorganização na forma e no tempo do trabalho pedagógico. Veiga (2013, p. 28) vai defender ser “[...] necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada”.

Assim sendo, apresentamos, a partir das ideias de Veiga (2013) e Kuenzer (2001), que é preciso que a instituição, representada pela comunidade escolar, venha debater a respeito de possíveis ações que visem superar esse afastamento entre os profissionais das grandes áreas do saber, que integram o curso técnico integrado de eletrônica, para que seja possível avançar na concretização de um currículo que promova de fato uma formação integral e emancipadora.

A avaliação do currículo acontece na prática por meio da observação e estudo das demandas sociais e humanas. Quando o processo avaliativo identifica lacunas, é importante que essas informações sejam organizadas e sistematizadas para embasar a reformulação desse documento.

Com relação à motivação para realização da atualização do PPC e do currículo do curso, os dados apontam que os docentes da formação técnica profissional apresentam como parâmetros as necessidades do mercado de trabalho e apontam que a instituição não pensa o currículo de forma regular e estratégica. Os depoimentos a seguir expressam essas ideias:

[...] nós temos que sempre estudar o mercado, qual é a aceleração do mercado hoje, o que é que o mercado exige, nós temos que está sempre essa parceria com o mercado e a mudança é sempre, uma mudança assim diária, uma mudança mensal. [...] Então aqui, nós temos que estar em fase com o mercado com a indústria para que a gente possa encaixar todo nosso conhecimento baseado no conhecimento dele para que o aluno não sofra quando chegar lá, eu estava estudando uma tecnologia ultrapassada (professor 2 – formação técnica profissional).

Nos 34 anos de docência, eu não percebi que há algo sistemático, periódico que venha de cima para se fazer isso. Nós vamos seguindo assim ao longo do curso essas necessidades, o mercado também, quem tá também sintonizado com o mercado, como alguns professores nossos não tem só atividade aqui tem também fora, os ex-alunos que estão no mercado de trabalho nos realimentam, as amizades que se formam nos realimentam e nos sensibilizam para fazer reforma, empresas vem também sugerindo dizendo o que é que tem nas fábricas o que é que faz e a escola está deixando de atender aquele perfil, é muito em cima disso. Da escola mesmo, institucionalmente, não tem um trabalho organizado, institucional que... de forma que a escola vá para o mercado para saber o que é que o mercado quer não existe (professor 3 – formação técnica profissional).

A participação dos professores na definição dos conteúdos programáticos, das ementas é fundamental na qualidade do currículo, não tem outro caminho tem que passar por isso, e de forma [...] que isso acontece né? Isso acontece porque os professores são os principais atores na hora em que você precisa dizer como é que o aluno deve chegar ao mercado, como o aluno deve chegar ao mundo profissional (professor 1 – formação técnica profissional).

Dessa forma, identificamos que, apesar da análise de dados dos documentos institucionais apontarem para uma formação integrada focada na compreensão ampla do mundo do trabalho, ciência, cultura e tecnologia e em desenvolver todas as potencialidades humanas, percebe-se que os docentes da formação técnica apresentam uma concepção de formação divergente.

A partir desse dado, destacamos que se faz relevante:

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa ‘aprender fazendo’, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la (RAMOS, 2014, p. 90).

Ainda de acordo com Ciavatta (2005, p. 2), “a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. Assim sendo, ressaltamos que nessa concepção de formação, o currículo é pensado para atender às demandas de desenvolvimento do indivíduo e não para adaptá-lo às demandas do mercado de trabalho. Araújo e Frigotto (2015, p. 64) utilizam:

[...] a ideia de integração como um princípio pedagógico orientador de práticas formativas focadas na necessidade de desenvolver nas pessoas (crianças, jovens e adultos) a ampliação de sua capacidade de compreensão de sua realidade específica e da relação desta como a totalidade social.

Concluimos, a partir do resultado da análise dos dados e dos teóricos apresentados, que o papel dos docentes na definição, implementação e avaliação do currículo integrado é imprescindível, porque eles são os mediadores entre um plano de formação e os aprendizes. Ressaltamos, assim, que, no campo da EPT, a compreensão da concepção e eixos norteadores do ensino integrado, que, de acordo com Ramos (2014, p. 90), se trata de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, é fundamental para que o currículo formal possa ser vivenciado na prática pedagógica por alunos e professores. Sendo assim, a instituição deve promover a formação continuada de seus profissionais.

Veremos no seguinte tópico como os docentes percebem sua participação no processo de implementação do currículo.

4.2.1 A percepção dos docentes sobre sua participação

Os professores assumem um papel relevante no momento da definição do currículo escolar – conteúdos e metodologias que serão compartilhados e vivenciados em sala de aula. Quando se fala no currículo integrado na EPT, o trabalho coletivo entre os docentes da formação geral e formação técnica profissional será essencial para que se tenha unicidade entre os conhecimentos que serão estudados.

A análise dos dados revelou que a integração é um tema considerado nos documentos institucionais, quando se fala em currículo integrado no IFPE. Todavia, quando observamos os dados da pesquisa, identificamos que não existem momentos formais de interação entre os docentes que ministram as disciplinas da formação geral e da formação técnica profissional, conforme relatos a seguir:

Eu não interajo muito com a coordenação de eletrônica, como minha disciplina é de formação geral eu fico mais com a turma de formação geral (professor 5 – formação geral).

Não existe essa interação. Eu procuro fazer esse *link* com o curso, porque fiz o curso de eletrônica. Mas procuro em qualquer curso procurar fazer esse *link*. (professor 7 – formação geral)

[...] No *campus* Recife, eu não sei precisar, mas tem mais de 400 docentes [...]. Então, acaba que há uma divisão, há um distanciamento, principalmente entre os docentes das disciplinas propedêuticas do ensino médio, das disciplinas técnicas. [...] Há um distanciamento real entre os docentes do integrado e do propedêutico até porque é um campo antigo, historicamente já é isso, houve

um período no IF que havia uma divisão mesmo, não havia o integrado. Então, era médio, [acabava] o médio, fazia o técnico, então essa fronteira foi muito bem demarcada até dentro do *campus*, eu acho que é muito presente ainda (professor 8 – formação geral).

Dessa forma, apesar de a instituição enfatizar nos documentos pedagógicos que os cursos integrados, mesmo contemplando o ensino médio e a formação profissional, devem ser tratados como um único curso, têm-se, na prática e na implementação do currículo, uma separação bem definida entre os docentes do técnico e do propedêutico, a ponto de os professores nem se conhecerem e alguns se sentirem alheios ao curso o qual lecionam. Sobre essa assertiva vejamos os relatos a seguir:

Sobre o curso de eletrônica eu não sei, porque não sou vinculado a ele, eu não sei nada do dia a dia do curso de eletrônica. Quando eventualmente eles precisarem de algo de Matemática eles precisam vim a nós, a gente não fica envolvido no curso de eletrônica (professor 5 – formação geral).

Eu leciono nesses cursos técnicos, mas não me considero parte do grupo. E nem sou tratada como igual em relação ao professorado, em relação aos professores das disciplinas específicas. Por exemplo, em relação aos horários, eles pegam a formação geral e colocam aos sábados, porque eles já vêm com os horários prontos. Acho que deveria existir uma alternância por semestre, como não existe um horário fixo, eu acho questionável (professor 6 – formação geral).

Há... para ficar muito claro se não ficou muito evidente... há uma separação realmente entre o técnico e o propedêutico. Quando há diálogos, são de posicionamentos distintos, são conflitantes. Nós temos disputas de divisão de calendário, de divisão dos horários [...] (professor 8 – formação geral).

Olha eu acho que o único caso que a gente tem..., eu acho né? Tem que aprofundar essa minha resposta, mas eu acredito que as únicas situações que a gente tem envolvido para decisão, para o trabalho, o pessoal da área de conhecimentos gerais, ou seja, na questão de horário e reforma do curso – nesse último trabalho foi feito. De uma maneira geral, todas as outras questões, digamos assim, são domésticas da própria coordenação [da área técnica] (professor 4 – formação técnica profissional).

As consequências dessa fragmentação na relação entre os profissionais que integram o curso técnico integrado de eletrônica parece guardar relação com a ausência de um colegiado que tenha reuniões sistemáticas e que garanta a participação dos professores. A participação é um fator importante no processo decisório das questões didático-pedagógica do curso.

A falta de participação dos professores do curso estudado nas tomadas de decisão relativas ao processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação do currículo parece despertar o sentimento de apatia e não pertencimento ao curso. Por outro lado, as consequências desse sentimento fazem com que os docentes vejam as dificuldades pedagógicas do curso como algo que não lhes diz respeito, porque eles não fazem parte daquele grupo.

Ressaltamos, em sintonia com Araújo e Frigotto (2015, p. 65), que o fato de estarmos

destacando o papel dos professores para se alcançar uma formação integral não significa que “[...] reduzimos a possibilidade do ensino integrado a um ato de vontade dos docentes e dos gestores educacionais; compreendemos que este depende, também, das condições concretas de sua realização”. Essas soluções devem ser construídas coletivamente pelos próprios sujeitos envolvidos no processo, intermediadas pela gestão institucional.

Os dados revelaram que os docentes responsáveis pelas disciplinas da formação geral têm exercido sua participação por meio das reuniões pedagógicas, organizadas por seus núcleos de área de conhecimento. Os relatos a seguir são ilustrativos deste encaminhamento adotado:

A equipe de matemática se reúne uma vez por semana. Formação geral também tem grupo, o pessoal de formação geral não costuma se dirigir ao curso. Os grupos que participo são formados por docentes (professor 5 – formação geral).

A gente faz semanalmente uma reunião com o grupo de Física, coordenação de Física, que no momento nesse último semestre estava às quartas das 19h às 21h, às vezes começa mais cedo... o horário foi definido para que todos participem. Tem professor que dá aula de manhã, tem professores dando aula a tarde, como tem poucos cursos a noite pega justamente o horário vago daqueles professores que dão aula à noite e a gente agrega todo mundo naquele horário, praticamente todos participam (professor 7 – formação geral).

Na formação geral, não! Tem dentro das coordenações, na Coordenação Acadêmica de Filosofia e Sociologia, CAFS, nós temos reuniões sistemáticas e dentro da formação geral existem reuniões sistemáticas representadas pelos coordenadores, que compartilham as informações e decisões com os demais professores (professor 8 – formação geral).

Mas, eu nunca fui chamada para uma reunião do [Departamento Acadêmico de Formação Geral] DAFG. Só tem reunião do meu núcleo, realmente, mas do DAFG não, o núcleo é o de Línguas Estrangeiras (NLE) do *campus* Recife (professor 6 – formação geral).

Dessa forma, notamos que os docentes entrevistados das quatro áreas de conhecimento da educação básica afirmam que em seus núcleos: Matemática, Física, Filosofia e Sociologia, Línguas Estrangeiras, acontecem reuniões sistemáticas. Nesses encontros, são discutidos assuntos diversos, de questões administrativas a questões pedagógicas, como frequência, conteúdo, material didático e definição do livro didático. Todavia, é importante assinalar que essa é uma ação que não acontece de forma integrada, mas que poderia ser articulada pela dinâmica de funcionamento do colegiado do curso.

Percebemos, também, a indicação de reuniões sistemáticas de discussões relativas ao currículo no âmbito da coordenação da formação geral. Nessas reuniões, participam coordenadores de áreas de conhecimento, e os assuntos abordados nessas reuniões são compartilhados com os demais docentes da Coordenação Acadêmica de Filosofia e Sociologia. Os depoimentos abaixo expressam o conteúdo das discussões vivenciadas nos grupos de

docentes da formação geral:

Existe essa discussão inclusive com essa questão do novo ensino médio, a formação geral tem se reunido, tem subgrupos da formação geral que tem se reunido para discutir essa questão e está até atrasado vamos dizer assim, é urgente assim... a gente repensar o currículo da escola sei que tem, mas não sei em que pé anda. Não sei te dizer se já chegou a ser uma coisa oficial, nesse tempo de pandemia a gente teve muitas reuniões quando se precisava se reunir quando se precisava tomar algumas decisões sobre o novo ensino médio (professor 5 – formação geral).

A gente tem discutido de [...] tudo, desde o conteúdo, preparação de materiais, ultimamente né? E também, nós discutimos a questão do livro, com essa nova mudança aí do currículo da parte da integração, [...]. As reuniões também pontuam casos específicos, algum problema que eu tive com algum aluno é discutido, pra gente não tomar uma decisão de um jeito e o outro tomar de outro a gente uniformiza, esse semestre teve a questão da frequência, [...] alunos novatos tivemos alguns problemas de criação de e-mail institucional, [...], criação de um site de física [...], tem um grupo de professores que tá trabalhando com isso (professor 7 – formação geral).

Formação geral tem reunião semestral e oferece cursos de formação por meio da [Direção de Ensino] DEN (professor 8 – formação geral).

Reforça-se, nesses insertos, que as reuniões dos núcleos e grupos específicos dos docentes da formação geral parecem incentivar a participação dos professores nos processos de decisão na esfera da formação geral. Essas formas, em nível micro de participação, aproximam os professores que estão na execução das decisões e discussões pedagógicas, inclusive sobre o Novo Ensino Médio e os livros didáticos que implicam diretamente na questão do currículo. Identificamos que a reunião pedagógica do grupo de Física, por exemplo, levou à discussão a respeito do livro didático, inicialmente para os docentes e posteriormente para os gestores, uma forma de envolver todos nas decisões.

Ressaltamos que a participação dos professores por meio das reuniões pedagógicas apresenta limitações, tendo em vista que nessas reuniões os profissionais interagem, apenas, em nível disciplinar de conhecimento, portanto, não promove um debate interdisciplinar que favoreça a busca pela integração curricular, bem como dificulta a tomada de decisões de natureza coletiva. Esse parece ser um dos desafios para implementação do currículo integrado.

Os dados revelaram que na formação técnica profissional a implementação do currículo ocorre de forma diversa dos docentes da formação geral. Vejamos como acontece o processo pedagógico entre pares:

O processo pedagógico... a gente é convocado também, é convocado pela direção, pelo chefe de departamento para participar dessa construção pedagógica, a construção pedagógica ela é desde a construção de parâmetros necessários, os conteúdos programáticos, então isso aí tudo é discutido na esfera do curso mesmo e consultado vários professores para saber se eles estão de acordo com essa construção, não é chamado apenas um são chamados

vários para fazer a construção. Quando fazemos o conteúdo programático é baseado em uma ementa, a ementa você trata dos tópicos que são tópicos gerais e daí você esmiúça nos conteúdos programáticos e para isso é preciso consulta de vários outros professores, se nós temos equipamentos para respaldar a nossa aula, nós temos muitos equipamentos hoje, mas antes nós não tínhamos, era difícil, então é necessários que outras pessoas sejam consultadas para que a gente possa elaborar isso aí (professor 2 – formação técnica profissional).

Sim, tem reuniões específicas para definir os planos de curso. As reuniões que participei só envolvia os professores das disciplinas específicas de eletrônica (professor 4 – formação técnica profissional).

Sim, nós temos reuniões mensais que fazem parte inclusive de nossa carga horária. Na área nós definimos a atualização, que nossa área de atualiza em uma razão exponencial, então a gente atualiza o currículo de acordo com a necessidade do nosso público em geral, ou seja, a área de eletrônica constantemente a gente tem que se atualizar, perante a área. Nas reuniões que participei não existe a participação dos discentes, mas existe a participação de pedagogos, sempre tem. Discentes eu não lembro (professor 4 – formação técnica profissional).

Compreende-se, que os docentes da formação técnica profissional possuem uma dinâmica diferente, as reuniões coletivas não são rotineiras e só acontecem para definir ou revisar ementas, conteúdos programáticos. Quando existe essa necessidade de trabalho, os representantes são convocados e ficam como responsáveis, enquanto os demais professores são consultados e podem vir a colaborar.

No que se refere à vontade pessoal de agir coletivamente, de acordo com Sandoval (2001, p. 189-190), essa corresponde a uma dimensão da consciência política e...

[...] Essa dimensão se concentra em três aspectos de situações que condicionam a participação coletiva: uma refere-se aos custos e benefícios para as lealdades e vínculos interpessoais decorrentes da participação ou não no movimento; uma segunda refere-se à percepção de ganhos ou perdas de benefícios materiais decorrentes do envolvimento no movimento social; a terceira refere-se aos riscos físicos percebidos ao se engajar em ações coletivas dadas as condições situacionais; e por último é a avaliação individual da capacidade da organização do movimento social para implementar as ações coletivas propostas.

Portanto, para que a instituição venha a mobilizar os docentes a agir, é necessário considerar que as suas ações e discursos venham contemplar os aspectos que motivam uma pessoa a participar coletivamente. Outro ponto que destacamos é a criação de espaços que promovam a democracia e cidadania por meio da participação, que, de acordo com Ramos (2014, p. 96):

A premissa que orienta o projeto de educação integrada é a de centralizar e aprofundar o caráter humanista do ato de educar, desconstruindo o parâmetro colonialista e dual que caracteriza a relação entre educação básica e profissional. Para isto, a geração de tempos e espaços docente para a

realização de atividades coletivas é preceito inegociável quando se tem essa finalidade.

Evidenciamos que a iniciativa dessas ações deve partir da instituição, sem excluir as contribuições de cada docente que já está envolvido e gostaria de ver outros, também, colaborando. Para a instituição, ficam as seguintes sugestões:

- Ampliar as formas de participação com a criação, por exemplo, dos colegiados de cada curso técnico;
- Instaurar tempo razoável para consulta pública, assumir o compromisso de conceder retorno sempre que receber alguma contribuição e encaminhar o resultado da consulta pública para aqueles que enviaram suas contribuições;
- Promover cursos de formação continuada a respeito da concepção de ensino integrado na EPT;
- Instituir fóruns virtuais de debate permanente e palestras a respeito do currículo com os docentes e comunidade externa.

Portanto, a construção de relações democráticas no ambiente escolar e no trabalho pedagógico é um fazer processual e coletivo, não existem fórmulas prontas e cada instituição precisa analisar sua realidade e condições que venham a favorecer a participação e colaboração de toda a comunidade acadêmica nas atividades e tomadas de decisão.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Apresentamos neste capítulo o produto educacional (Apêndice E) elaborado por meio dos dados levantados nesta pesquisa realizada com os docentes do curso técnico integrado em eletrônica, no IFPE *campus* Recife. De acordo com as orientações do curso de mestrado profissional, O produto educacional é uma proposta de intervenção para um problema que surge durante o processo investigativo. Portanto, o resultado desta dissertação consistiu em uma cartilha intitulada: “Gestão democrática no currículo integrado e participação coletiva dos docentes”.

Esta cartilha é destinada aos docentes que fazem parte do curso técnico integrado em eletrônica e tem como finalidade dar visibilidade aos espaços democráticos do IFPE *campus* Recife, que tratam da gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, estímulo à participação dos professores e a construção de novos espaços coletivos.

O objetivo de uma gestão democrática escolar relaciona-se diretamente com o conceito de currículo integrado. A gestão democrática tem como horizonte a busca das finalidades da educação de forma coletiva. De acordo com Oliveira e Menezes (2018, p. 880), “o princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos”.

O currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica abarca um conceito de formação amplo, que objetiva o pleno desenvolvimento dos estudantes. Segundo Araújo e Frigotto (2015, p. 63),

[...] o ensino integrado exige a crítica às perspectivas reducionistas de ensino, que se comprometem em desenvolver algumas atividades humanas em detrimento de outras e que, em geral, reservam aos estudantes de origem trabalhadora o desenvolvimento de capacidades cognitivas básicas e instrumentais em detrimento do desenvolvimento de sua força criativa e de sua autonomia intelectual e política.

Como vimos, às concepções de gestão democrática e currículo integrado se relacionam e objetivam uma educação de qualidade para todos, além disso, direcionamos este trabalho aos docentes, porque concordamos que:

[...] o professor desempenha um papel central no âmbito da decisão curricular, uma vez que lhe compete, de forma mais ou menos autônoma, adaptar o currículo proposto a nível nacional à situação específica da escola e dos alunos, sendo-lhe proporcionada, também, alguma liberdade para ‘elaborar e adaptar’ materiais curriculares (LIMA, 2006, p. 37 *apud* PACHECO, 2001, p. 141).

Portanto, elaboramos este material, que procura motivar os docentes dos cursos

técnicos integrados a se comprometerem totalmente com o processo educacional, participando, inclusive, das tomadas de decisão referentes ao currículo. Acreditamos que a participação docente contribui para o melhor conhecimento da instituição, bem como para construção de uma educação de qualidade que atenda às demandas de uma comunidade e da sociedade.

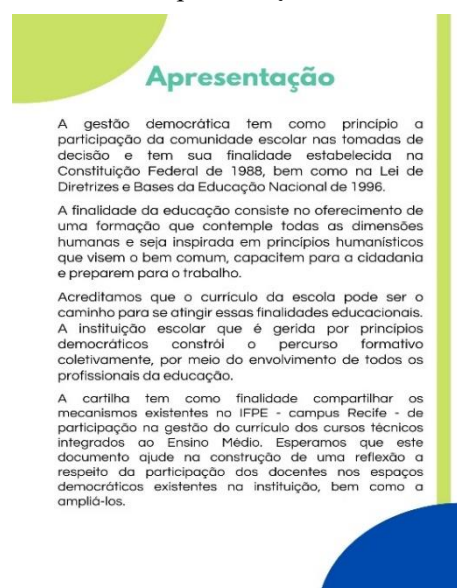
A construção da primeira versão da cartilha (Figuras 1 e 2) se deu após a realização do levantamento e análise dos dados dos documentos institucionais e das entrevistas semiestruturadas, assim como da fundamentação teórica deste trabalho. Essas etapas da pesquisa levaram: a identificar as necessidades existentes no processo pedagógico do curso técnico integrado em eletrônica, no que se refere às ações que sugerem uma perspectiva de gestão democrática do currículo. Para aplicação e avaliação do produto, procedemos com o convite aos sujeitos participantes pesquisa. As Figuras 1 e 2 apresentam recortes do produto educacional elaborado.

Figura 1 - Recorte da cartilha: capa



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 2 - Recorte da cartilha: apresentação



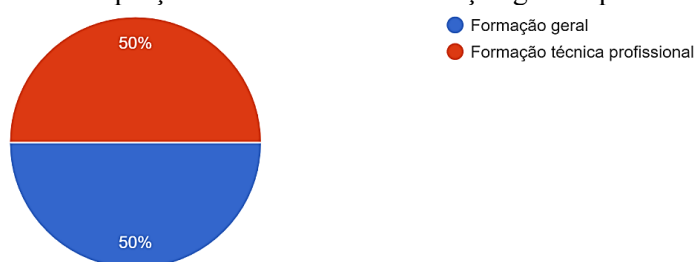
Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Após a elaboração de uma proposta preliminar da cartilha, ela foi aplicada aos 8 (oito) docentes que aceitaram cooperar com a pesquisa por meio da entrevista. De acordo com Leal (2005, p.5), o processo avaliativo “[...] exerce uma função fundamental, que é a função diagnóstica”. Objetivando saber a opinião dos docentes do curso pesquisado e receber as suas contribuições, a cartilha foi compartilhada juntamente com um convite e um formulário avaliativo, via *e-mail*. O convite chamava os professores para avaliação da cartilha “Gestão democrática no currículo integrado e participação coletiva dos docentes”. O formulário

eletrônico avaliativo foi estruturado com 06 (seis) perguntas de múltipla com escala de 1 a 5, em que 1 é insatisfeito e 5 é totalmente satisfeito, e um espaço aberto para escrita de ideias e sugestões de melhoria ao documento apresentado.

O formulário de avaliação do produto educacional (Apêndice F) recebeu um total de 04 (quatro) respostas, dessa forma, recebemos um retorno de metade dos professores (p2, p4, p5 e p7). No que se refere à área de conhecimento em que atuam os avaliadores, tivemos a seguinte proporção, como ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Proporção dos docentes da formação geral e profissional



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2022)

O resultado da análise dos dados das perguntas fechadas revelou que os docentes do curso técnico integrado em eletrônica avaliaram a cartilha como um instrumento que informa aos docentes sobre as formas de participação e que contribuiu para a consolidação de uma gestão democrática do currículo. No que se refere ao formato PDF, como recebemos uma nota 3, iremos disponibilizar versões impressas do documento para as coordenações do curso. No que se refere às imagens e possibilidade de aplicação das sugestões, mantivemos as ideias iniciais e incorporamos as ideias apresentadas nas perguntas abertas. Apresentamos a seguir as perguntas e notas dos professores, ilustradas no Quadro 6.

Quadro 6 – Questionário de avaliação do produto educacional

Perguntas	Avaliação				
	p2	p4	p5	p7	Média
A Cartilha contribui para o fortalecimento de uma gestão democrática do currículo?	5	5	5	4	4,75
O conteúdo da cartilha encontra-se organizado no sentido de estimular a participação dos(as) professores(as)?	5	5	5	4	4,75
O conteúdo da cartilha informa sobre as formas de participação e convida os(as) professores(as) a ampliá-las?	5	5	5	4	4,75
A disponibilidade da Cartilha em meio digital ou impresso pode facilitar sua discussão, aplicação e avaliação entre os(as) professores(as)?	5	5	5	3	4,5
As imagens têm correspondência dialógica com o conteúdo da Cartilha?	5	5	5	3	4,5
A Cartilha apresenta soluções possíveis de serem aplicadas?	5	5	5	3	4,5
Total	5	5	5	3,5	4,63

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

No que se refere ao espaço livre para considerações: “Escreva suas contribuições, críticas e ideias para a elaboração do texto final da cartilha”, três avaliadores apresentaram suas reflexões. Inferimos da análise desses dados que os docentes aprovaram o produto educacional, no que se refere à sugestão do trabalho colaborativo e cooperativo, consideramos que o trabalho nas comissões e a participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados podem contribuir para essa forma de trabalho coletivo. Segue o resultado delas:

Excelente contribuição (p4)

Me senti muito feliz ao ler a cartilha por tratar de tema urgente e importante que seja de discussão contínua na escola, não apenas no curso de Eletrônica. A cartilha poderá certamente ser utilizada por todos os cursos e, para uma mente aberta a aprender, ela está extremamente atraente também do ponto de vista visual. Ao invés de fazer críticas a possível situação atual, apresenta sugestões práticas e teoricamente embasadas para que a gestão democrática melhore a situação tanto para docentes quanto para discentes. Parabéns! Merece ser amplamente compartilhada (p5).

Poderia utilizar o trabalho cooperativo (onde cada um tem um determinado papel para ser feito) e também colaborativo. Nos eventos, muitas vezes, não nos trazem mudanças efetivas, acredito que atividades práticas sistematizadas seriam mais interessantes, para que ocorra transformações reais (p7).

A partir do resultado da avaliação e das sugestões de melhoria recebidas dos participantes da pesquisa, consideramos que a cartilha atingiu o proposto: contribuir com a reflexão e o diálogo sobre a gestão democrática por meio da participação docente nos processos de decisão relacionados ao currículo integrado. Entendemos que o material pode e deve ser atualizado com novas ideias e demandas que a realidade exigir.

O processo de gestão democrática no contexto escolar é um desafio que precisa compor a cultura organizacional da instituição, de forma a encorajar e a incentivar a comunidade a discutir as finalidades educativas escolares e sua relação com o currículo, pois é por meio do currículo que os docentes estruturam o seu trabalho educativo, contemplando aspectos cognitivos, habilidades e valores. O currículo expressa a projeção das finalidades educativas negociadas em meio aos processos decisórios que envolvem aspectos políticos, ideológicos, pedagógicos e concepção formação e de conhecimento, de certo que esses aspectos incidem na qualidade da educação.

Por fim, entendemos que a compreensão dessas relações é importante para a materialização do currículo integrado na educação profissional e tecnológica. Têm igual importância as condições de trabalho e a existência de espaços de discussão e tomadas de decisões por parte dos professores. As possibilidades de participação na gestão do currículo escolar apresentadas na cartilha podem se constituir como estratégias importantes de gestão democrática e de fortalecimento das ações que já vêm sendo desenvolvidas na instituição

participante deste estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos as considerações finais, explicitamos os resultados obtidos na investigação retomando a nossa pergunta de pesquisa, os objetivos, geral e específicos definidos previamente.

O princípio da gestão democrática especificado nas normativas brasileiras é um marco para a democracia nas escolas públicas e para a sociedade. Esse modelo de gestão, além de abarcar a demanda do acesso, engloba a busca pelo ensino de qualidade.

Definimos, assim, que a finalidade última de uma gestão democrática consiste na construção coletiva de uma educação que ofereça os instrumentos necessários para o desenvolvimento de todas as capacidades humanas. Consideramos que a escola, como instituição formal responsável por parte do processo educativo, tem a responsabilidade de compartilhar do saber humano construído historicamente e constitui-se em um espaço de todos.

Essa concepção de formação para cidadania exige da instituição escolar que estabeleça formas de organização democráticas, e, para isso, deve ser gerida visando à inclusão de toda a comunidade escolar nos processos de decisão. Vimos ao longo deste trabalho que a materialização da participação vai se dar por meio dos órgãos colegiados e que ela contribui para o fortalecimento da autonomia da escola.

A participação é um princípio fundamental para a gestão democrática e pode acontecer por meio da escolha do gestor escolar, quando exerce o voto, contribuição com as comissões ou grupos de trabalho, participação e colaboração com os órgãos colegiados.

Sendo assim, consideramos que o currículo escolar, instrumento que abarca todas as atividades da escola e engloba determinado percurso formativo, precisa ser planejado, organizado e avaliado coletivamente. O currículo integrado no contexto da educação profissional e tecnológica insere-se nesse debate como uma forma de superação do individualismo, fragmentação e hierarquização entre os conhecimentos da formação geral e da formação técnica profissional.

Para materialização dessa concepção de formação e avançar na articulação entre os profissionais das grandes áreas de conhecimento que integram um currículo integrado, consideramos que estratégias que aproximam os professores para a realização de um trabalho colaborativo ajudam no alcance dos objetivos educacionais.

Nesta pesquisa, procuramos analisar: de que forma os professores participam dos processos de tomada de decisões nas questões relativas à gestão do currículo no Ensino Médio Integrado? Visando levantar dados para satisfazer esse questionamento, analisamos as formas

de participação dos docentes no processo de tomada de decisões das atividades ligadas à gestão do currículo.

Assim, mediante análise dos dados construídos a partir da análise documental e das entrevistas semiestruturadas observou-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) estabelece nos documentos institucionais objetivos educacionais que se relacionam com as finalidades buscadas pela gestão democrática e o currículo integrado, são eles: a garantia do acesso e permanência nos cursos, por meio de políticas que visam à inclusão e superação das desigualdades sociais.

Também foi evidenciado que o processo de construção dos documentos estudados que definem a política institucional, os objetivos a serem alcançados, as metas a serem atingidas, as diretrizes de uma escola, seus princípios ou o currículo de um curso, tem ocorrido de forma coletiva, considerando a participação representativa da comunidade escolar. Para isso, utilizaram-se de comissões como forma de organização para o desenvolvimento do trabalho e do órgão colegiado denominado Conselho Superior (Consup) para apreciação final.

Todavia, ressaltamos a seguir o processo de atualização do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrônica Integrado (PPC), por ser um documento de natureza pedagógica e comportar a organização e sistematização dos conhecimentos que fazem parte do curso que estudamos.

A análise dos dados revelou que a dinâmica de reformulação do PPC não aconteceu da mesma forma para os professores que integram a formação geral e a formação técnica profissional e que não existiu um momento de debate de ideias entre esses profissionais. As formas de participação dos professores da formação geral, no que se refere ao currículo do curso, tem se dado de forma limitada, por meio de reuniões de seus núcleos de conhecimento, e os professores da formação técnica profissional têm participado somente por meio de comissões e reuniões pedagógicas, dificultando maior articulação entre os professores dos dois campos do conhecimento que fazem parte do curso estudado.

Os dados analisados, também, revelaram que, apesar da existência de órgãos colegiados na instituição, existe a necessidade de ampliação desses espaços de debate e deliberação que venham a promover a articulação entre os docentes da formação geral e os docentes da formação técnica profissional do curso técnico integrado em eletrônica.

Diante desse dado, apontamos que a criação de um colegiado específico para cada curso técnico, bem como a integração de docentes da formação geral no conselho de classe podem ser ações que colaborem para o enfrentamento dessa fragmentação entre as áreas de

conhecimento e que ajudem a promover a participação dos professores nos processos decisórios.

Objetivando colaborar com a discussão de caminhos que possam fortalecer as ações de natureza democrática no curso participante da pesquisa, elaboramos uma cartilha que apresenta conceitos de gestão democrática e currículo integrado na EPT, trazendo formas de participação e ideias de como envolver a comunidade acadêmica e convidá-la a tomar e fazer parte das discussões e trabalhos desenvolvidos no IFPE.

Quanto às limitações da pesquisa apontamos que este trabalho pesquisou somente um curso integrado do IFPE, e apesar de alguns dos docentes entrevistados também serem professores de outros cursos, não podemos generalizar a experiência do curso técnico integrado em eletrônica para os demais cursos do IFPE. No que se refere às dificuldades, acreditamos que o momento pandêmico trouxe algumas, de ordem pessoal e de comunicação com os docentes, sendo a maior parte das entrevistas realizada de forma remota via *Google Meet*.

Para continuidade dos estudos acerca da gestão democrática e sua relação com o currículo integrado, sugerimos a ampliação desta pesquisa para outros cursos do *campus* participante da investigação. Considerando a importância dos conselhos escolares nos processos de discussão e tomadas de decisões coletivas, nos instiga um aprofundamento sobre as contribuições dos conselhos escolares para consolidação de uma gestão democrática.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. Novos padrões de gestão para educação: em busca de novos referenciais? In: ADRIÃO, T. **Educação e produtividade**: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.
- ANDREOTTI, A. L. A administração escolar na Era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930 - 1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 102–123, ago. 2006.
- ARAÚJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 19 set. 2020.
- AZEVEDO, J. M. L. de. O estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- BIANCHIN, J. F.; BARICHELLO, M. R. de A. A gestão democrática e o projeto político pedagógico na concepção do professor: um estudo de caso. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.**, Santa Maria, v. 3, n. 5, jan./jun. 2014, p. 25-32. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/10877>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. 8. ed. São Paulo: brasiliense, 1994.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 03 dez. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 02 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 07 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de->

educacao -lei-n-13-005-2014. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**: Conselhos Escolares: Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública. Genuíno Bordignon. Brasília: MEC, SEB, 2004.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

BRITO, L. M. P.; FREIRE, J. L.; GURGEL, F. F. Gestão participativa: um processo contínuo? **Revista Labor**, Fortaleza, n. 5, v. 1, 2011. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6647>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRITO, R. de O.; SÍVERES, L. As características da participação da comunidade escolar em um modelo de gestão compartilhada. **Revista Sophia**, vol. 11, n. 1, p 9-20, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5163700.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (2013). Documento da Área de Ensino – ano 2013. Brasília, DF.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (2016). Documento da Área de Ensino – ano 2016. Brasília, DF.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **RBP AE**, v. 18, n. 2, p. 153-297, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/25486/14810>. Acesso em: 23 abr. 2022.

CURY, C. R. J. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DRABACH, N. P. A trajetória da administração da educação pública no Brasil e a construção da democracia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 51, p. 42-53, jun. 2013.

ESTEVES, M. Análise de conteúdo. In: LIMA, J. Á. de; PACHECO, J. A. (org.). **Fazer investigação**: contributos para a elaboração de dissertações e teses. Porto: Porto Editora, 2006. p. 105-126.

FARIAS, I. M. S. de. O planejamento da prática docente. In: FARIAS, I. M. S. de. **Didática e Docência**: aprendendo a profissão. Brasília: Líber Livro, 2009.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da educação: resignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREITAS, A. A. da S. Construção coletiva do PPC: a experiência do curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). **Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, vol. 16, n. 31, p. 157-173, ago. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. V. A. Gestão democrática no Plano Nacional de Educação 2014-2024. In: GOMES, A. V. A; BRITO, T. F. de (org). **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, n. 8, p. 141 - 162, 2015.

GOMES, H. S. C. Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil: uma história de dualismos e racionalidade técnica. In: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. (org.). **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas: Alínea, 2013.

GUTIERREZ, G. L; CATANI, A. M. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Orientações gerais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos**. Recife, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Plano de desenvolvimento institucional do instituto federal de Pernambuco 2014 - 2018**. Recife, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Projeto político pedagógico institucional - PPPI**. Recife, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Projeto pedagógico curso técnico em eletrônica integrado: reformulação parcial - 2019**. Recife, 2019.

KUENZER, A. Z. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan/jun. 2006

LEAL, R. B. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 37, n. 3, p. 1-7, 2005.

LIMA, S. A. da C. E. Concepção, implementação e avaliação do Projecto Curricular de Turma no 1º Ciclo de Ensino Básico: dilemas e constrangimentos. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Minho, Braga, 2006.

MAIA, G. Z. A.; MANFIO, A. O provimento do cargo de gestor escolar e a qualidade de ensino: análise de publicações nacionais (1990-2005). **RBPAE**. v. 26, n. 3, p. 477-494, set./dez. 2010.

MALDANER, J. J. As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil - 2003-2015: modelos societários em disputa. In: MALDANER, J. J. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MARQUESIN, D. F. B.; BAGNE, M. da. G. T.; FACCIONI, A. Participação e Gestão Democrática. **Revista de Educação**, vol. 13, n. 16, ano 2010, p. 151-165, mar. 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, D. A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, I. C.; MENEZES, I. V. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, n. 169, p. 876-900, jul./set. 2018.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010b.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

PEREIRA, A. S.; KRÁS, C. S. B. Ensino de língua portuguesa: contribuição para a prática da gestão democrática participativa. **RBPAE**, v. 30, n. 3, p. 553-569, set./dez. 2014.

PIRES, P. A. G.; GONÇALVES, R. M. A gestão democrática no contexto da legislação brasileira: lutas e embates para a democratização do ensino público. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.**, Santa Maria, v. 8, n. 17, p. 1-13, 2019.

RAMOS, M. N. História e política da educação profissional. Curitiba, PR: **Instituto Federal do Paraná**, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%c3%b3ria-e-pol%c3%adtica-daeduca%c3%a7%c3%a3oprofissional.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

RAMOS, M. N. Concepção do ensino médio integrado. **Secretaria de Educação do Estado do Paraná**, 2008.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 3a. Edição. São Paulo: Editora Moraes, 1981.

- RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, FFCLRP - USP, Rib. Preto, n. 4, fev./jul. 1993.
- SANDER, B. **Administração da educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livros, 2007.
- SANDOVAL, S. A. M. The Crises of the Brazilian of Labor Movement and the Emergence of Alternatives of Working-class Contention in the 1990s. **Psicologia Política**, São Paulo, v.1, p. 173-195, 2001.
- SASTRE, M. G. Participación y poder: una reflexión sobre las dificultades del proyecto participativo en la escuela. In: FERREIRA, N. S. C. **A gestão da educação na sociedade mundializada**: por uma nova cidadania. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.
- SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Em aberto**, Brasília, ano 3, n. 22, jul./ago. 1984.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias de educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **Movimento revista de educação**, ano 3, n. 4, 2016.
- SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300013>. Acesso em: 17 jan 2022.
- SILVA, S. Democracia, Estado e educação: uma contraposição entre tendências. **RBP AE**, v.26, n.1, p. 31-54, jan./abr. 2010.
- VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação. **Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7179-4-4-rojeto-politicopedagogico-escola-ilma-passos/file>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, p.11-35, 1998.
- VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.
- VIEIRA, S. L. Escola – função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – *Campus Olinda*
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA PRÉ-PROJETO PARA A LINHA DE PESQUISA
PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EPT**

Entrevista

Prezado(a) Professor(a):

Meu nome é Gerciane Rondônia Vidal, pesquisadora do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFPE – *Campus Olinda*. A entrevista abaixo, refere-se a minha Dissertação de Mestrado, intitulada: **Gestão Democrática: Participação Docente na Gestão do Currículo do Ensino Médio Integrado**. Com o objetivo geral de: **Analisar as formas de participação dos docentes no processo de tomada de decisões das atividades ligadas à gestão do currículo**.

Agradeço antecipadamente pela sua participação nesta pesquisa, tendo em vista que sem sua contribuição essa pesquisa não seria possível. As respostas mencionadas nesta entrevista serão utilizadas para fins de pesquisa. E as suas informações pessoais serão mantidas em sigilo.

Nome: _____.

Gênero: Masculino () Feminino () Outros () Especifique: _____.

PERGUNTAS (Curso de Eletrônica)

1. A quanto tempo o(a) senhor(a) trabalha como docente no curso técnico integrado ao ensino médio de Eletrônica? Na área de formação técnica ou dos conhecimentos gerais?
2. Além do curso de Eletrônica, atualmente, em quantos outros cursos integrados o(a) senhor(a) leciona?
3. O(A) senhor(a) participa de alguma atividade relacionada com a gestão escolar no IFPE *campus Recife*? Quais?
 - a) Conselho escolar
 - b) Conselho de classe

- c) Reunião de planejamento e definição do currículo
- d) Planejamento de ensino coletivo
- e) outros, especificar: _____.

4. Existem formas de organização coletiva para tomada de decisões no curso integrado de Eletrônica? Quais? Quem faz parte dessas organizações coletivas (docentes, discentes, técnicos, pais)?

5. Que documentos que tratam sobre a organização do trabalho pedagógico do IFPE *campus* Recife o(a) senhor(a) poderia dizer que conhece? Qual(is) deles o(a) senhor(a) participou da elaboração?

- a) Projeto Político Pedagógico Institucional () conhece () participou da construção
- b) Projeto Pedagógico do Curso (EMI) de Eletrônica
() conhece () participou da construção/reformulação
- c) outros, especificar: _____.

6. Como se concebeu a última definição ou reformulação do Projeto Pedagógico do Curso do curso integrado de Eletrônica? Quem eram os membros e como eles foram escolhidos?

7. Como o(a) senhor(a) organiza o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico (plano de ensino) no curso integrado de Eletrônica?

8. Existem formas dos docentes que atuam no curso integrado de Eletrônica, participarem dos processos de decisão nas questões relativas à gestão do currículo? Quais?

9. Na sua opinião, a participação dos professores nos processos de decisão sobre a gestão do currículo do curso técnico integrado ao ensino médio de Eletrônica do IFPE *campus* Recife pode influenciar na qualidade do ensino oferecido? De que forma?

APÊNDICE B – CONVITE PARA PARTICIPAR DA PESQUISA

30/07/2022 19:46

Convite

Convite

Prezado(a) professor(a),

Sou Gerciane Rondônia Vidal, mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) oferecido pelo IFPE campus Olinda, sob a orientação da Profª. Drª. Edlamar Oliveira dos Santos.

Estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada "Gestão Democrática: Participação Docente na Gestão do Currículo do Ensino Médio Integrado", que tem como objetivo geral analisar as formas de participação dos docentes no processo de tomada de decisões das atividades ligadas à gestão do currículo.

Envio esse formulário com o objetivo de convidá-lo a participar, como voluntário(a), de dois encontros, via Google Meet:

1. Entrevista Semiestruturada, individualmente, de até 60 minutos; e
2. Uma roda de conversa de até 60 minutos para avaliar e contribuir com o produto educacional (Cartilha) a ser desenvolvido pela pesquisadora.

Observação: Antes da realização da entrevista, no primeiro encontro, a pesquisadora explicará como o estudo será feito e apresentará o TCLE.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FACOTTUR, recebendo o número CAAE: 48687021.4.0000.0127. Os dados são públicos e podem ser consultados na Plataforma Brasil.

Disponibilizamos, neste convite, o link para download do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente assinado pela pesquisadora responsável e sua orientadora. O TCLE visa assegurar seus direitos enquanto participante da pesquisa e informar sobre a natureza desta investigação. Orientamos que guarde uma cópia do TCLE em seus arquivos.

Para ler na íntegra o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido basta clicar no link a seguir: https://docs.google.com/uc?export=download&id=1gQpe9u5iQho6opyfV_Uqf4Hf4HeTCgk

CONTATO:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail: gr.vidal2011@hotmail.com e também pelo WhatsApp (81) 9 9784-3148.

***Obrigatório**

1. E-mail *

30/07/2022 19:46

Convite

**Informações
de Pessoais**

As seguintes informações serão para fins de pesquisa e para contato com a pesquisadora para agendar a realização da Entrevista Semiestruturada e uma reunião para avaliação da Cartilha a ser desenvolvida pela pesquisadora, caso aceite participar da pesquisa como voluntário(a). Assumo o compromisso com o sigilo e a privacidade dos seus dados, em nenhum momento seu nome será citado na pesquisa.

2. Nome: *

3. Telefone:

4. Gênero: *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino
 Outro: _____

5. Em que área de conhecimento você atua, mais diretamente, como professor no curso técnico em Eletrônica integrado ao ensino médio? *

Marcar apenas uma oval.

- conhecimentos básicos *Pular para a pergunta 6*
 conhecimentos profissionais *Pular para a pergunta 7*

Seção sem título

30/07/2022 19:46

Convite

6. Em que área do conhecimento básico do Ensino Médio Integrado você atua? *

Marcar apenas uma oval.

- Linguagens e suas Tecnologias
- Matemática e suas Tecnologias
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Consentimento da Participação como Voluntário(a)

7. Consentimento da Participação da Pessoa como Voluntário(a) *

Após ter lido o TCLE e ter tido a oportunidade de conversar e esclarecer as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo Gestão Democrática: Participação Docente na Gestão do Currículo do Ensino Médio Integrado. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Marcar apenas uma oval.

- aceito participar *Pular para a pergunta 8*
- não aceito participar

Contato

8. Como gostaria de ser contactado para o agendamento da entrevista e reunião para avaliação da cartilha? (marque quantas opções desejar) *

Marque todas que se aplicam.

- Ligação (telefone)
- WhatsApp
- E-mail

30/07/2022 19:46

Convite

9. Solicitamos que nos envie opção de dia e horário para realização da entrevista *
(duração de 60 min a 90 min).

Agradecemos pela sua participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – *Campus Olinda* MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PRÉ-PROJETO PARA A LINHA DE PESQUISA PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EPT

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016; e Carta Circular nº 1/2021 CONEP/SECNS/MS)

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada Gestão Democrática: Participação Docente na Gestão do Currículo dos Cursos de Ensino Médio Integrado, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Gerciane Rondônia Vidal, Rua Aurora, nº 105, Várzea Fria, São Lourenço da Mata - PE, CEP: 54740-720, telefone da pesquisadora (81) 997843148 e e-mail: gr.vidal2011@hotmail.com (inclusive ligações a cobrar).

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos lhe forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

- **Objetivos primários e secundários:** Objetivo primário é analisar as formas de participação dos docentes no processo de tomada de decisões das atividades ligadas à gestão do currículo. Objetivos secundários consistem em discutir sobre os princípios que fundamentam uma gestão democrática; analisar a participação dos docentes na gestão do currículo do curso de EMI; e elaborar uma cartilha que trate das formas de participação dos docentes na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.
- **Justificativa para a realização da pesquisa:** O debate sobre a gestão democrática no âmbito da escola pública tem ocupado lugar de destaque no debate do campo educacional, porque já há um entendimento consolidado de que a gestão escolar influencia na qualidade da educação. Pesquisa realizada por Maia e Manfio (2010, p. 492) nos diz que há melhoria da qualidade de ensino com a vivência da democratização da gestão, via participação da comunidade no processo de decisão na escola, inclusive na escolha do gestor. A especificidade do processo educativo exige que na definição dos

fins da educação se tenha em mente, como premissa, a valorização de uma formação humana integral por meio de uma educação emancipatória. Para alcançarmos esses objetivos, estamos defendendo um modelo de gestão democrático, como esse modelo de gestão precisa ser construído por aqueles que não detêm o poder na sociedade, a participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão nas questões relativas à gestão educacional precisa ser garantida. Visamos, por meio dos dados analisados e construídos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa delinear as diretrizes que podem incidir nos processos de decisão quanto à gestão do currículo no IFPE *campus* Recife nos cursos de EMI e criar uma cartilha que dê mais visibilidade às possibilidades de gestão democrática para estimular a participação dos docentes nos processos de decisão no que se refere a gestão do currículo.

- **Descrição de procedimentos:** O projeto de pesquisa é de abordagem qualitativa e de cunho exploratório, dividindo-se em: análise documental (documentos institucionais), entrevista semiestruturada e desenvolvimento pela pesquisa de um Produto Educacional (Cartilha). A entrevista semiestruturada será aplicada, individualmente, a 8 (oito) professores(as) que atuam no curso técnico integrado ao ensino médio em eletrônica do IFPE *campus* Recife e terá a duração de 60 minutos. Iremos criar uma cartilha informativa demonstrando as possibilidades de vivência uma gestão democrática através da organização do trabalho pedagógico a partir das informações levantadas na análise dos documentos institucionais e na entrevista semiestruturada. Informamos que você irá participar, individualmente, de uma entrevista semiestruturada e de uma reunião com os demais participantes da pesquisa para avaliação da cartilha, as duas reuniões serão via *Google Meet* pois devido a pandemia da COVID-19 as autoridades sanitárias têm orientado a população a exercer o distanciamento social.

Ressaltamos, que os riscos decorrentes do ambiente virtual quanto a possibilidade de invasão de privacidade e confidencialidade, podem ocorrer, apesar dos cuidados que a pesquisadora tenha com os dados coletados e armazenados no computador pessoal.

- **Desconfortos e riscos esperados:** A participação neste estudo não oferece prejuízos materiais ao(a) participante, portanto, no que se refere aos riscos imateriais, ressaltamos, eles são nulos quanto a integridade física, saúde, honra e imagem do participante; porém, com relação aos aspectos psicológicos os riscos são mínimos: o perguntado pode se constranger por não saber responder algum questionamento. Pode ser uma pesquisa realizada virtualmente, existe um risco mediano de vazamento de dados e por consequência dano à privacidade, visando a proteção dos dados dos participantes a pesquisadora dispõe no computador privado onde os dados serão armazenados de software de proteção de dados.

Ao assinar esse documento o(a) senhor(a) devidamente declara que foi informado(a) dos riscos acima descritos e de qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa será de inteira responsabilidade da pesquisadora. A pesquisa se dispõe a prestar assistência aos pesquisados que venham a sofrer algum dano decorrente desta pesquisa.

- **Benefícios esperados:** Os benefícios da pesquisa estão voltados à promoção da participação docente na gestão do currículo dos cursos de EMI, essas vantagens vão estar materializadas nos conhecimentos a serem construídos cientificamente, por meio da metodologia e ferramentas de pesquisa. Através do saber que será construído será possível conhecer como está consolidada a gestão democrática, bem como, as formas de participação docente na gestão do currículo no IFPE *campus* Recife no âmbito dos cursos de EMI.

Um outro ganho com esse trabalho consiste no desenvolvimento de um Produto Educacional (cartilha) o qual, também será construído a partir dos resultados levantados nesta pesquisa.

A cartilha visa a participação por parte dos professores na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, tornando essa gestão cada vez mais coletiva e participativa, fato de grande relevância social porque a participação irá promover e/ou fortalecer uma vivência da cidadania no ambiente escolar.

Aos pesquisados será garantido o acesso aos resultados da pesquisa. Destacamos que o resultado dessa pesquisa será feito em atenção aos direitos civis, sociais e culturais.

- **Compromisso:** A pesquisa se compromete a não realizar nenhum tipo de discriminação, estigmatização ou preconceito de qualquer natureza.
- **Assistência:** Todos os direitos dos pesquisados serão respeitados sendo garantida a ajuda de assistência imediata, integral e gratuita.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa por meio de documentos e entrevistas semiestruturadas, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Orientamos a guarda deste documento eletrônico em seus arquivos pessoais.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da **FACOTTUR** no endereço: Av. Ministro Marcos Freire, 1387 – Bairro Novo, Olinda - PE, CEP: 53030-010. Telefone: (81) 99217-1071; e-mail: comite.etica@facottur.org.

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO

Após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo de Gerciane Rondônia Vidal, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Dessa forma, concedo meu pronunciamento, abaixo, quanto ao aceite voluntário em participar da pesquisa:

- aceito participar**
- não aceito participar.**

APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – CAMPUS OLINDA**
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
PRÉ-PROJETO PARA A LINHA DE PESQUISA PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EPT

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Gestão Democrática: Participação Docente na Gestão do Currículo do Ensino Médio Integrado

Pesquisador responsável: Gerciane Rondônia Vidal

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Olinda

Telefone para contato: (81) 997843148

E-mail: gr.vidal2011@hotmail.com

A pesquisadora do projeto acima identificada assume o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados (informações da entrevista semiestruturada e documentos institucionais) serão estudados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o voluntário da pesquisa.

A pesquisadora declara que os dados coletados nesta pesquisa por meio de uma entrevista semiestruturada e de documentos institucionais, ficarão armazenados no computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço Rua Aurora, nº 105, Várzea Fria, São Lourenço da Mata - PE, CEP: 54740-720, pelo período de mínimo 5 anos.

A Pesquisadora declara, ainda, que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, da Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda - FACOTTUR.

Recife, 17 de junho de 2021

Assinatura pesquisadora responsável

Assinatura da orientadora

APÊNDICE EPRODUTO EDUCACIONAL



Gestão democrática no currículo integrado e participação coletiva dos docentes

Gerciane Rondônia Vidal
Edlamar Oliveira dos Santos

Olinda / 2022





Descrição Técnica

Origem do Produto Educacional: esta produção técnica educacional decorre da dissertação intitulada "Gestão democrática no currículo integrado e participação coletiva dos docentes".

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica

Categoria: Cartilha

Idioma: Português

País: Brasil






Apresentação

A gestão democrática tem como princípio a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão e tem sua finalidade estabelecida na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

A finalidade da educação consiste no oferecimento de uma formação que contemple todas as dimensões humanas e seja inspirada em princípios humanísticos que visem o bem comum, capacitem para a cidadania e preparem para o trabalho.

Acreditamos que o currículo da escola pode ser o caminho para se atingir essas finalidades educacionais. A instituição escolar que é gerida por princípios democráticos constrói o percurso formativo coletivamente, por meio do envolvimento de todos os profissionais da educação.

A cartilha tem como finalidade compartilhar os mecanismos existentes no IFPE - campus Recife - de participação na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Esperamos que este documento ajude na construção de uma reflexão a respeito da participação dos docentes nos espaços democráticos existentes na instituição, bem como a ampliá-los.



Como os docentes do IFPE campus Recife podem colaborar para o fortalecimento de uma Gestão Democrática do Currículo Integrado na EPT?

Para respondermos a essa pergunta, vamos apresentar os seguintes conceitos:

- Gestão Democrática
- Currículo Integrado na EPT



O que é a Gestão democrática?



É um princípio a ser seguido pelas escolas públicas brasileiras, no que se refere à organização institucional, e que tem como preceito a participação coletiva nas tomadas de decisões.

Este princípio tem sua base na Constituição Federal Brasileira de 1988.

O que dizem os teóricos sobre a Gestão Democrática?

"A gestão democrática da educação, enquanto construção coletiva da organização da educação, da escola, das instituições, do ensino, da vida humana, faz-se, na prática, quando se tomam decisões [...]" (FERREIRA, 2008, p. 310).

"O princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos" (OLIVEIRA; MENEZES, 2018, p. 880).



O que é a participação na gestão democrática?



A participação em um contexto democrático visa dar voz à comunidade escolar, para que expressem sua opinião e, por meio do debate coletivo, tomem decisões e sejam autores nas construções pedagógicas.

Por que exercer a participação na gestão democrática?

- Possibilidade de exercer seu direito de cidadania;
- Permite que possa expressar sua opinião e contribuir pessoalmente com o tipo de instituição que se deseja;
- Leva ao maior conhecimento da instituição e tomada de decisão;
- Exige que o indivíduo tome parte de algo, essa ação cria um sentimento de pertencimento.



O que é o Currículo Integrado na EPT?

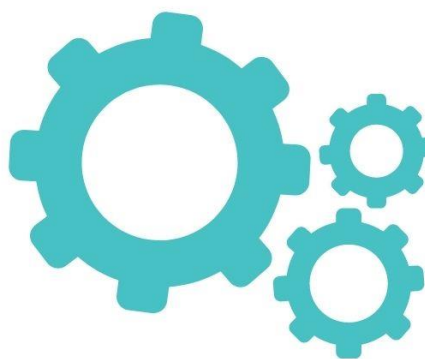


Para tratar do currículo integrado, é importante tomar como referência a função social da escola. De acordo com Saviani (2003), a escola tem a função de proporcionar meios que permitam o acesso ao conhecimento em suas formas mais desenvolvidas.

Desse modo, o autor entende currículo como “[...] organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas nos espaços escolares. Um currículo é pois uma escola funcionando” (p. 18).

O currículo compreende uma das dimensões do planejamento educacional, no qual estão estabelecidos os conteúdos escolares que se colocam a serviço de determinado tipo de formação. O currículo envolve concepções de:

- Mundo
- Ser humano
- Sociedade
- Educação
- Ensino e aprendizagem



O que é o Currículo Integrado na EPT?



Percebe-se, assim, que o processo de construção do currículo pressupõe diálogos e tomadas de decisões entre os pares, no tocante à seleção dos conhecimentos e organização curricular.

No currículo integrado, essa formação objetiva a superação de uma educação que separa e hierarquiza os conhecimentos técnicos e conhecimentos gerais.

Portanto, o currículo integrado na EPT procura abordar os conhecimentos da educação técnica profissional, de forma articulada aos conhecimentos da educação básica.

O que dizem os teóricos sobre o Currículo Integrado na EPT?

Para Kuenzer (2001, p. 43-44), o currículo integrado promete “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura”.

De acordo com Ramos (2014, p. 84), o conceito de formação humana integral “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”.

Após a apresentação desses conceitos básicos, voltamos a nossa pergunta inicial...

Como os docentes do IFPE campus Recife podem colaborar para o fortalecimento de uma Gestão Democrática do Currículo Integrado na EPT?

Por meio da participação nas tomadas de decisão do trabalho pedagógico, tanto dos docentes que fazem parte dos conhecimentos gerais quanto aqueles que integram os conhecimentos técnicos profissionais.

Apresentamos a seguir os espaços participativos identificados no Curso Integrado de Eletrônica e algumas considerações.



Elaboração dos documentos institucionais que versam sobre o trabalho pedagógico.



Participação nos órgãos colegiados



Comissões de trabalho



Reuniões dos Núcleos de Conhecimentos e/ou Departamentos

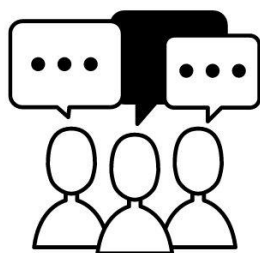
Elaboração dos documentos institucionais que versam sobre o trabalho pedagógico.



- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): documento institucional que visa o crescimento da instituição. Portanto, para sua construção, é necessário, inicialmente, que seja feito um diagnóstico da realidade para, em seguida, se definir aonde se quer chegar.

Para aproximar a comunidade escolar desse documento, acreditamos que seja importante:

- Realização de eventos, como palestras e rodas de conversas,
- Elaboração de materiais informativos que possam trazer contribuições de diferentes perspectivas a partir dos autores que fazem a escola.



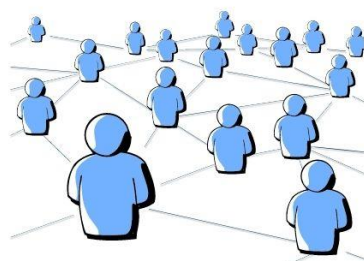
Elaboração dos documentos institucionais que versam sobre o trabalho pedagógico.



- Projeto Político-pedagógico Institucional (PPPI): é um documento que deve ser construído coletivamente, e que revela qual a intenção educativa da instituição.

As considerações feitas para o PDI também são válidas para a construção do PPPI.

- Acrescentamos a importância de se manter um canal aberto de discussão com toda a comunidade escolar para coletar informações e esclarecer dúvidas, permanentemente.
- Os meios de comunicação poderiam ser um fórum de debate virtual, bem como publicações e estratégias em redes sociais e na página da instituição.



Elaboração dos documentos institucionais que versam sobre o trabalho pedagógico.



- Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrônica Integrado (PPC): neste documento são apresentados aspectos de natureza pedagógica e técnicos normativos, que convergem para a definição de caminhos a serem seguidos no percurso formativo do estudante.

A organização e sistematização dos conhecimentos que integram o currículo do curso, também, fazem parte do PPC. Evidencia-se no processo de planejamento de um PPC a importância de discussões e tomadas de decisões dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.



Os dados da entrevista, resultantes da pesquisa aplicada na dissertação que deu origem a este produto educacional, revelaram que não existe um momento de trabalho coletivo entre os docentes dos conhecimentos gerais e aqueles dos conhecimentos técnicos profissionais, para definição do currículo do curso.

Elaboração dos documentos institucionais que versam sobre o trabalho pedagógico.



O que pode ser feito para superar essa necessidade?

- Criação de espaços coletivos de debates por área de conhecimento;
- Cursos de capacitação sobre o currículo na EPT;
- Grupos de estudo e de trabalho coletivo para tratarem da temática do currículo integrado na EPT, visando maior integração entre os campos do conhecimento na formação do estudante.



Participação nos órgãos colegiados



- Conselho escolar: a participação no conselho escolar pode se dar diretamente por meio do aceite do convite para ser membro do mesmo e, também, de forma indireta, dando contribuições às consultas públicas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE determina que:

“Esses Conselhos representam a comunidade escolar, revestindo-se de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico, administrativo e orçamentário da instituição [...]” (IFPE, 2015, p. 231).



Participação nos órgãos colegiados



- Conselho de classe: é um espaço de debate entre docentes, pedagogos e alunos sobre o andamento do processo pedagógico.

Para o fortalecimento deste órgão, é importante garantir a participação de todos os professores (formação técnica profissional e formação geral).



De acordo com o Projeto Político-pedagógico Institucional do IFPE, o Conselho de Classe:

“[...] é responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação contínua e sistemática do desempenho acadêmico das turmas” (IFPE, 2014, p. 52).

Participação nos órgãos colegiados



- Conselho de classe: é um órgão que tem função consultiva, propositiva e deliberativa sobre as atividades do curso. Deve ser composto, essencialmente, por todos docentes do curso, com participação de representantes dos alunos.

Esse órgão pode ser um meio de articulação entre os conhecimentos, metodologias e profissionais que fazem parte de um curso.



- Em consonância com o PPPI (2012), é importante criar os colegiados de cursos técnicos.
- É importante também garantir a formalização desse órgão nos documentos institucionais.



Comissões de trabalho



As comissões são formas democráticas e participativas de trabalho. O nascimento de uma comissão decorre de alguma demanda pontual, portanto, elas são organizações temáticas e geralmente, também, são temporárias.



A participação nas comissões contribui para o andamento das atividades do curso.

As comissões de trabalho podem contribuir para que haja maior diálogo com a comunidade acadêmica da seguinte forma:

- Dar feedback sobre as contribuições enviadas pela comunidade;
- compartilhar o resultado final do trabalho realizado pela comissão com a comunidade escolar, no site da instituição e nas redes sociais.



Reuniões dos Núcleos de Conhecimentos e Departamentos



As reuniões dos núcleos de conhecimento ou dos departamentos permitem aos docentes discutir assuntos voltados a sua área de trabalho juntamente com seus pares. Esses encontros podem ser importantes momentos de tomadas de decisão, no que se refere à condução do processo formativo e de exercício do trabalho colaborativo.

Identificamos por meio das entrevistas que essas reuniões acontecem, de modo geral, semanalmente e de forma virtual.



Para fortalecer a existência desse espaço de diálogo e decisão, é importante:

- Institucionalizar horário para essas reuniões dos núcleos;
- Promover seminários e colóquios que favoreçam as discussões temáticas relativas aos processos de ensino-aprendizagem.

Contribuições para o Currículo

Os espaços colegiados de discussão e decisão podem contribuir para maior articulação entre os docentes da formação geral e formação técnica profissional.

Desse modo, entende-se ser importante:

- Incentivar a reformulação de cursos de forma coletiva;
- Criar grupo de trabalho que levante as demandas sociais de formação, para ajudar nas atualizações do currículo;
- Instituir um processo sistemático de revisão do currículo.



Para a vivência de um currículo integrado consideramos importante:

- O diálogo com outras instituições que já tenham avançado nos projetos de integração para troca de ideias;
- Eventos sobre a temática da integração do currículo, com apresentação de trabalhos científicos;
- Promoção de oficinas de integração entre docentes-docentes e estudantes-docentes.

Considerações Finais

A enumeração de algumas formas de participação tem o objetivo de socializar com os docentes do curso técnico integrado em eletrônica ideias de participação democrática.

Que a cartilha seja um canal de compartilhamento de informações, estimule a divisão do poder de decisão e ajude no processo de integração entre os docentes dos conhecimentos básicos e os docentes dos conhecimentos técnicos profissionais.

A construção e o fortalecimento de espaços de participação coletiva proporcionam uma vivência de democracia e cidadania no espaço escolar, melhora da qualidade da educação, além de estabelecer um vínculo da comunidade escolar com a instituição.



Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 dez. 2019.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: resignificando conceitos e possibilidades. In: _____; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (orgs). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Plano de desenvolvimento institucional do instituto federal de Pernambuco 2014 - 2018.** Recife, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Documento de organização acadêmica.** Recife, 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Ivana Campos; MENEZES, Ione Vasques. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, n. 169, p. 876-900, jul./set. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%c3%b3ria-e-pol%c3%adtica-daeduca%c3%a7%c3%a3oprofissional.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003(a).

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliadores: Professores do Curso Técnico Integrado em Eletrônica – IFPE *Campus* Recife


22/07/2022 14:07

Questionário de avaliação: produto educacional

Questionário de avaliação: produto educacional

Prezado professor(a), saudações!

Com alegria e satisfação, venho compartilhar o produto educacional elaborado a partir da pesquisa de campo realizada com o senhor(a) e os(as) professores(as) do curso técnico integrado em eletrônica.

 Agradecemos por ter feito parte desse trabalho, nesse momento convidamos o(a) senhor(a) para:

Avaliar esta produção técnica que consiste em uma cartilha – “Gestão democrática: participação dos docentes nas decisões do currículo” – em anexo, o processo avaliativo objetiva convidá-los a contribuir para construção final deste material pedagógico.

Desde já agradecemos pelas contribuições!

***Obrigatório**

1. E-mail *

2. Em que área de formação você atua no curso técnico integrado de eletrônica? *

Marcar apenas uma oval.

- Formação geral
- Formação técnica profissional

Na escala de 1 a 5, onde 1 é insatisfeito e 5 é totalmente satisfeito, indique o seu grau de satisfação em relação à cartilha, no que diz respeito a:

22/07/2022 14:07

Questionário de avaliação: produto educacional

3. A Cartilha contribui para o fortalecimento de uma gestão democrática do currículo? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. O conteúdo da cartilha encontra-se organizado no sentido de estimular a participação dos(as) professores(as)? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. O conteúdo da cartilha informa sobre as formas de participação e convida os(as) professores(as) a ampliá-las? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. A disponibilidade da Cartilha em meio digital ou impresso pode facilitar sua discussão, aplicação e avaliação entre os(as) professores(as)? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22/07/2022 14:07

Questionário de avaliação: produto educacional

7. As imagens têm correspondência dialógica com o conteúdo da Cartilha? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. A Cartilha apresenta soluções possíveis de serem aplicadas? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Escreva suas contribuições, críticas e ideias para a construção final da cartilha.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE F – ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO DEMOCRÁTICA: PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA GESTÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Pesquisador: GERCIANE RONDONIA VIDAL

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 48687021.4.0000.0127

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.985.741

Apresentação do Projeto:

Não consta "Apresentação" do projeto. Segue-se "Introdução" transcrita do documento.

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa se inscreve no debate da gestão democrática, com ênfase nas formas de gestão do currículo do ensino médio integrado. Desse modo, o objeto de estudo da investigação proposta, compreende a relação entre a gestão democrática e as formas de participação dos professores nos processos de tomada de decisões das questões que envolvem o currículo. O projeto está vinculado à linha de pesquisa práticas educativas em educação profissional e tecnológica do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A escolha da temática gestão democrática consiste na minha experiência de acompanhar os desafios enfrentados por familiares que atuavam profissionalmente como professoras em escolas públicas e na gestão educacional. Tem igual importância a minha trajetória profissional como servidora pública na Universidade Federal de Pernambuco, que me possibilitou atuar na gestão, mais especificamente na coordenação geral dos cursos de especialização lato sensu. Essa experiência foi de muito aprendizado, pois precisei lidar com os desafios e a construção de

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387

Bairro: BAIRRO NOVO

CEP: 53.030-010

UF: PE

Município: OLINDA

Telefone: (81)99217-1071

E-mail: comite.etica@facottur.org

FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR



Continuação do Parecer: 4.995.741

estratégias democráticas de gestão educacional. Neste movimento, foi possível traçar diálogos com coordenadores de cursos, atender e conciliar diálogos entre discentes e a coordenação, além das demandas internas de controle e gestão, como relatórios, planejamentos e planilhas.

Essas experiências pessoais e profissionais instigaram a pesquisa sobre a gestão democrática e sua relação com a gestão do currículo. Essas questões são fundamentais para pensarmos a dinâmica do trabalho pedagógico que ganha força na materialização do currículo no contexto escolar. Por isso, ao discutirmos a relação entre a gestão democrática e o currículo, reforçamos a importância do trabalho coletivo no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de objetivos e metas educacionais.

Os estudos sobre a gestão democrática na escola pública e a gestão do currículo poderão contribuir para instigar as discussões sobre o debate e o reconhecimento do poder da participação por parte dos docentes e da comunidade escolar na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, e por consequência, solidificar a compreensão de que a participação coletiva vai culminar na melhoria da qualidade do ensino, orientada por uma perspectiva de educação e formação humana.

O debate sobre a gestão democrática no âmbito da escola pública tem ocupado lugar de destaque na discussão do campo educacional, porque já há um entendimento consolidado de que a gestão escolar influencia na qualidade da educação. Pesquisa realizada por Maia e Manfio (2010, p. 492) nos diz que há melhoria da qualidade de ensino com a vivência da democratização da gestão, via participação da comunidade no processo de decisão na escola, inclusive na escolha do gestor.

O desenvolvimento de uma prática educativa imbuída do compromisso com a formação humana busca “abarcas os valores, as técnicas, a ciência, a arte, o esporte, as crenças, o direito, a filosofia, enfim, tudo aquilo que compõe a cultura produzida historicamente e necessária para a formação do ser humano-histórico em seu sentido pleno” (PARO, 2010, p. 771). A especificidade do processo educativo exige que na definição dos fins da educação se tenha como premissa, a valorização de uma formação humana integral por meio de uma educação emancipatória.

Como almejamos que esses fins educacionais, dentre outros aspectos, manifestem uma concepção de educação e formação humana que vise o bem comum; sua delimitação no

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387
Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-010
UF: PE **Município:** OLINDA
Telefone: (81)99217-1071 **E-mail:** comite.etica@facottur.org

FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR



Continuação do Parecer: 4.995.741

ambiente escolar não tem como ser de outra de outra forma senão democrática. Portanto, a concretização dos objetivos educacionais se dará por meio da participação de todos que fazem a comunidade escolar. Neste sentido, a gestão escolar coletiva e participativa assume um papel importante no processo educativo, pois além de fixar os objetivos educacionais ela irá atuar para a concretização deles, por meio do currículo escolar.

Para alcançarmos os propósitos educacionais, destacamos a necessidade de um modelo de gestão que não seja autoritário e não centralize o poder. Trata-se, de um modelo de gestão que tem como princípio a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões nas questões relativas à gestão do trabalho pedagógico.

Os estudos bibliográficos realizados sobre o percurso histórico da gestão educacional e suas implicações na gestão escolar, demonstraram que o processo de gestão na escola é marcado por características autoritárias, hierárquicas e centralizadoras, heranças, também, de um regime político ditatorial que durou mais de 20 anos no Brasil.

Portanto, o contexto da gestão da educação brasileira, é marcado historicamente pela centralização do poder e pela tendência de implementação dos conceitos e princípios da Administração Empresarial na gestão das escolas públicas. Tal tendência tem o objetivo de racionalizar as ações dos gestores e tornar mais econômico o processo de utilização dos recursos disponíveis, que já são escassos, para se alcançar os objetivos educacionais da forma mais econômica possível.

De acordo com Oliveira (2008) essa tendência é uma atividade frequente, acrescento que também é uma atitude histórica, que se deu no período republicano e se repete na era contemporânea. Sander (2007, p. 69) reforça essa percepção de absolvição pela administração pública de conceitos e práticas do gerencialismo empresarial e associa esse fenômeno ao neoliberalismo que está implementado em nossa sociedade. Estudos, como o de Paro (2010, 2012) e Saviani (1984), também corroboram com a defesa de que a transposição de teorias administrativas do campo econômico para o campo educacional não colabora para se alcançar uma formação humana plena.

Oportuno ressaltar que a importância do princípio da Gestão Democrática ganhou força e materialidade na Constituição Federal de 1988. A perspectiva cidadã da CF/1988, consolidasse ao questionar a forma autoritária e centralizadora em que se pautavam os governos que

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387

Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-010

UF: PE **Município:** OLINDA

Telefone: (81)99217-1071

E-mail: comite.etica@facottur.org

FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR



Continuação do Parecer: 4.995.741

compunham o período da ditadura militar no Brasil.

A carta Magna do país foi e continua sendo considerada uma peça fundamental para construção do Estado democrático no Brasil, na medida em que vislumbra e assegura uma perspectiva cidadã que coaduna com a propagação de valores de inspiração democráticos e a ampliação de relações democráticas nas instituições sociais, dentre elas a escola.

A garantia do princípio da gestão democrática na CF/1988 e a luta popular por mais participação e democratização do espaço escolar, contribuíram para assegurar a existência desse princípio em outros documentos no campo da educação escolar.

Tem igual importância, outros documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Esses documentos reforçam a necessidade do desenvolvimento de práticas educativas pautadas pela concepção de gestão democrática no contexto escolar, além disso, contribuem com "[...] a descentralização do poder exercida através da construção coletiva e da autonomia da própria escola" (PIRES; GONÇALVES, 2019, p. 3). Importante salientar que as conquistas democráticas na esfera legislativa precisam ser valorizadas e, principalmente, vivenciadas pela comunidade escolar.

Diante das questões apresentadas acerca do princípio da gestão democrática, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: de que forma os professores participam dos processos de tomada de decisões nas questões relativas à gestão do currículo no Ensino Médio Integrado? Definimos como objetivo geral: analisar as formas de participação dos docentes no processo de tomada de decisões das atividades ligadas à gestão do currículo.

E estabelecemos como objetivos específicos que nos ajudarão no desenvolvimento das tarefas de pesquisa: discutir sobre os princípios que fundamentam uma gestão democrática; analisar a participação dos docentes na gestão do currículo dos cursos de EMI; e por fim elaborar uma cartilha que trate das formas de participação dos docentes na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Essa cartilha consistirá em nosso produto educacional, conforme exigência do programa de mestrado profissional na área do ensino a que estamos vinculados.

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387

Bairro: BAIRRO NOVO

CEP: 53.030-010

UF: PE

Município: OLINDA

Telefone: (81)99217-1071

E-mail: comite.etica@facottur.org

FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR



Continuação do Parecer: 4.995.741

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter exploratório que será desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) campus Recife. Os sujeitos participantes da pesquisa serão os docentes que atuam no curso técnico de Eletrônica, ofertado de forma integrada ao ensino médio.

As contribuições desse estudo têm uma dimensão social, na medida em que anuncia possibilidades de construção de conhecimentos que podem ajudar para o fortalecimento de ações democráticas baseadas na participação dos docentes nas tomadas de decisões relativas à gestão do currículo na escola.

Na dimensão acadêmica ressaltamos a elaboração do produto educacional, a partir das questões apresentadas pelos achados da pesquisa. Os dados construídos por meio do processo de pesquisa deverão integrar a proposta de produto educacional que será uma cartilha, que possibilite reflexões sobre a participação dos professores na organização do currículo dos cursos de EMI. A cartilha será apresentada para avaliação e discutida com os docentes que participaram da entrevista. Nessa direção, o produto educacional poderá contribuir para fomentar a discussão das questões relativas às práticas de gestão democrática, no tocante ao desenvolvimento curricular no âmbito da escola.

O projeto de pesquisa foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo tratou da gestão escolar e abordou os conceitos e princípios que fundamentam a gestão no ambiente escolar. Fizemos uso do conceito amplo de gestão, que consiste na "utilização racional de recursos para a realização de determinados fins" (PARO, 2012, p. 25). Destacamos a atividade de gestão como uma atividade tipicamente humana e ressaltamos a importância social da escola como principal instituição responsável pelo processo educativo formal do ser humano, mas que possui marcas históricas de dualidade, para chamarmos atenção para o mérito da definição dos objetivos na gestão escolar, tendo como premissa a formação humana integral.

No segundo capítulo tratamos de uma modalidade específica da educação nacional brasileira, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com ênfase na oferta desenvolvida pela forma integrada ao ensino médio. Ressalta-se que o oferecimento do ensino integrado como possibilidade de formação humana visa à abordagem de forma integrada dos conhecimentos gerais e dos conhecimentos específicos da área profissional, o que exige novas formas de se pensar e fazer o

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387
Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-010
UF: PE **Município:** OLINDA
Telefone: (81)99217-1071 **E-mail:** comite.etica@facottur.org

FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR



Continuação do Parecer: 4.995.741

currículo, em conexão com os princípios da gestão curricular guiados por um projeto de gestão escolar que repousa no princípio da gestão democrática.

No capítulo terceiro, apresentamos a abordagem de pesquisa que orienta este estudo, bem como informações sobre o campo de pesquisa, sujeitos e procedimentos metodológicos e instrumentos utilizados para a coleta das informações e proposta de análise dos dados.

Por último, ressaltamos que todos os procedimentos metodológicos serão realizados de forma remota devido a pandemia da COVID-19, bem como tomarão como referência os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, assumimos a responsabilidade de conduzir este estudo respeitando as normativas e princípios éticos e se comprometendo com a confidencialidade das informações obtidas nos documentos e na entrevista semiestruturada bem como de sua utilização, apenas, para os fins a que propõe esta pesquisa, conforme estabelecido pela legislação pertinente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: analisar as formas de participação dos docentes no processo de tomada de decisões das atividades ligadas à gestão do currículo.

Objetivos específicos:

- discutir sobre os princípios que fundamentam uma gestão democrática;
- analisar a participação dos docentes na gestão do currículo dos cursos de EMI; e por fim
- elaborar uma cartilha que trate das formas de participação dos docentes na gestão do currículo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

AVALIAÇÃO DOS RISCOS E BENEFÍCIOS

Os riscos e benefícios passaram a ser descritos no projeto, conforme transcrição a seguir, apresentando-se de forma clara, embora concisa. O projeto expressa que o estudo não promoverá riscos materiais e nem imateriais, assim como não promoverá discriminação, estigmatização e

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387
Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-010
UF: PE **Município:** OLINDA
Telefone: (81)99217-1071 **E-mail:** comite.etica@facottur.org

FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR



Continuação do Parecer: 4.995.741

preconceito. Também nos esclarece limitações quanto a confidencialidade em virtude do uso de ferramenta virtual para a coleta de dados.

RISCOS E BENEFÍCIOS

A participação neste estudo não oferece prejuízos materiais ao(a) participante. Quanto aos riscos imateriais integridade física, saúde, honra e imagem do participante os riscos são nulos; entretanto, com relação aos aspectos psicológicos os riscos são mínimos: o perguntado pode se constranger por não saber responder algum questionamento.

Por se tratar de uma pesquisa realizada virtualmente, existe um risco mediano de vazamento de dados e por consequência dano à privacidade, visando à proteção dos dados dos participantes a pesquisadora dispõe no computador privado, onde os dados serão armazenados de software de proteção de dados. Destacamos, todavia, que os riscos decorrentes do ambiente virtual quanto à possibilidade de invasão de privacidade e confidencialidade, podem ocorrer apesar dos cuidados que a pesquisadora tenha com os dados coletados e armazenados no computador pessoal.

Os benefícios da pesquisa estão voltados à promoção da participação docente na gestão do currículo dos cursos de EMI, essas vantagens vão estar materializadas nos conhecimentos a serem construídos cientificamente, por meio dessa pesquisa. O saber construído permitirá conhecer como está consolidada a gestão democrática, bem como, as formas de participação docente na gestão do currículo no IFPE campus Recife no âmbito dos cursos de EMI. Outro ganho com esse trabalho consiste no desenvolvimento do Produto Educacional o qual já explicitamos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentadas todos os Termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387

Bairro: BAIRRO NOVO

CEP: 53.030-010

UF: PE

Município: OLINDA

Telefone: (81)99217-1071

E-mail: comite.etica@facottur.org

**FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR**



Continuação do Parecer: 4.995.741

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1725393.pdf	23/08/2021 20:28:14		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	23/08/2021 20:27:35	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Outros	Convite.pdf	23/08/2021 20:26:34	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoFinal.pdf	23/08/2021 20:26:04	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	23/08/2021 17:57:13	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	23/08/2021 17:55:37	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoConfidencialidadeTCDU.pdf	23/08/2021 17:50:20	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/08/2021 17:30:56	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Outros	Autorizacao_Arquivo.pdf	17/06/2021 21:12:40	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Outros	CurriculoGerciane.pdf	11/05/2021 18:31:05	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Outros	CurriculoEdlamar.pdf	11/05/2021 18:30:26	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Declaração de concordância	CartaAnuencialFPEOlinda.pdf	07/05/2021 17:52:09	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TARPDRetorIFPE.pdf	27/04/2021 12:46:06	GERCIANE RONDONIA VIDAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387
Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-010
UF: PE **Município:** OLINDA
Telefone: (81)99217-1071 **E-mail:** comite.etica@facottur.org

FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO E TURISMO
DE OLINDA - FACOTTUR



Continuação do Parecer: 4.995.741

OLINDA, 20 de Setembro de 2021

Assinado por:
Juliana Kelle de Andrade Lemoine Neves
(Coordenador(a))

Endereço: AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, 1387
Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-010
UF: PE **Município:** OLINDA
Telefone: (81)99217-1071 **E-mail:** comite.etica@facottur.org

ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA EM PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
REITORIA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 Avenida Professor Luiz Freire, n 500 – Cidade Universitária – Recife – CEP: 50.540-740
 (081) 2125-1691- propesq@reitoria.ifpe.edu.br

TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE

(Aprovado pela Resolução CONSUP IFPE Nº 29, de 18, de setembro de 2017)

DADOS DO (A) PESQUISADOR(A)

Nome: Gerciane Rondônia Vidal
 Cargo/Instituição: Técnica em Assuntos Educacionais/UFPE
 Telefone(s) com DDD: (81) 99784-3148
 E-mail: gr.vidal2011@hotmail.com

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.
 Curso/Instituição: Mestrado ProfEPT/ IFPE *campus* Olinda
 Título da pesquisa: Gestão Democrática: Participação Docente na Gestão do Currículo do Ensino Médio Integrado.
 Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Edlamar Oliveira dos Santos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco autoriza a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

- 1) A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções nº 196/96 e nº 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados;
- 2) O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE;
- 3) O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida;
- 4) Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE.

Recife, ____ de _____ de _____

JOSE CARLOS DE SA
 JUNIOR:75545624449

Assinado de forma digital por JOSE
 CARLOS DE SA JUNIOR:75545624449
 Dados: 2021.04.13 21:03:54 -03'00'

Assinatura e carimbo do(a) Reitor(a)

Observação: Para a realização da pesquisa é imprescindível a apresentação do TERMO DE ANUÊNCIA. O TERMO deve estar assinado e carimbado pelo(a) Reitor(a) do IFPE.

ANEXO C – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DE ARTIGO



O trabalho intitulado **A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO INTEGRADO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA**, de autoria de **Gerciane Rondônia Vidal** e **Edlamar Oliveira dos Santos** foi aprovado na modalidade ARTIGO COMUNICAÇÃO ORAL, para apresentação no evento III SIPROTEC - Seminário Integrado IFC-FURB de Educação Profissional e Tecnológica a ser realizado 17/06/2022.

BLUMENAU-SANTA CATARINA-BRASIL

{assinatura.comissao}

Jorge da Cunha Dutra - 3siprotec@gmail.com

Data do Aceite:17/06/2022